

Relatório de **Gestão Integrado**

MINISTÉRIO da Gestão e da
Inovação em Serviços Públicos
MGI

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO DO MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI)

ROL DE RESPONSÁVEIS EM 2024

MINISTRA DE ESTADO
Esther Dweck

SECRETÁRIA-EXECUTIVA
Cristina Kiomi Mori

SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO
Adauto Modesto Junior

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A
TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO
Francisco Gaetani

SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA PARA A
TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO ADJUNTA
Celina Pereira

SECRETÁRIO DE GESTÃO E INOVAÇÃO
Roberto Seara Machado Pojo Rego

SECRETÁRIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO ADJUNTA
Kathyana Dantas Machado Buonafina

SECRETÁRIO DE GOVERNO DIGITAL
Rogerio Souza Mascarenhas

SECRETÁRIA DE GOVERNO DIGITAL ADJUNTA
Luanna Sant'Anna Roncaratti

SECRETÁRIO DE GESTÃO
DE PESSOAS
José Celso Cardoso Jr.

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE
PESSOAS ADJUNTA
Regina Coeli Moreira Camargos

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES
DE TRABALHO
Jose Lopez Feijóo

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE
TRABALHO ADJUNTA
Patrícia Vieira da Costa

SECRETÁRIO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO
DA UNIÃO
Lucio Geraldo De Andrade

SECRETÁRIA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO
DA UNIÃO ADJUNTA
Carolina Gabas Stuchi

SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO
DAS ESTATAIS
Elisa Vieira Leonel

SECRETÁRIA/O DE COORDENAÇÃO
DAS ESTATAIS ADJUNTA/O
Ana Paula Cunha Machado Cavalcante
e Pedro Luiz Costa Cavalcante

SECRETÁRIO DE SERVIÇOS
COMPARTILHADOS
Cilair Rodrigues de Abreu

SECRETÁRIA DE SERVIÇOS
COMPARTILHADOS ADJUNTA
Isabela Gomes Gebrim

DIRETORA-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL
Ana Flavia Magalhaes Pinto

DIRETORA-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL
ADJUNTA
Gecilda Esteves Silva

EXPEDIENTE BASEADO NO ROL DE
RESPONSÁVEIS DO MGI EM 2024,
CONFORME A INSTRUÇÃO NORMATIVA
TCU - Nº 84/2020, ART. 7º



BRASÍLIA, MARÇO DE 2025.
Secretaria de Serviços Compartilhados do MGI:
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 2º andar
Zona Cívico-Administrativa, Brasília-DF
Contato: governanca@economia.gov.br

Mensagem da Ministra

EM BUSCA DE TRANSFORMAR O ESTADO e fortalecer as capacidades estatais para garantir a oferta de políticas e serviços à população, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) desempenha um papel de múltiplas faces. Sua atuação abrange desde a digitalização dos serviços públicos até a administração de recursos humanos, do patrimônio da União e da governança das empresas estatais. O foco está na entrega de mais e melhores serviços públicos e na construção de um Estado inclusivo, democrático e eficiente.

Mais de 4.500 serviços governamentais estão agora acessíveis digitalmente através da plataforma gov.br. Mais de 22 milhões de brasileiros e brasileiras possuem a nova Carteira de Identidade Nacional (CIN), iniciativa que se acelerou em 2024 para garantir uma identificação segura para serviços públicos, benefícios sociais e relações comerciais e bancárias.

A reconstrução de um Estado inclusivo demanda inovação e escuta ativa da sociedade. O diálogo entre as esferas federativas, presente em diversas iniciativas do MGI, reforça o caráter democrático das transformações em andamento, como na implementação da CIN, na elaboração da Estratégia Nacio-

ESTHER DWECK

nal de Governo Digital e na instauração dos Fóruns Estaduais de Apoio ao Programa de Democratização dos Imóveis da União.

Na gestão do patrimônio público, passamos de uma postura de venda de imóveis da União a qualquer preço para uma abordagem que democratiza seu uso e os direciona para as políticas públicas prioritárias, considerando sua função social e ambiental. Para as empresas públicas, a perspectiva é de fortalecimento da governança, com ênfase em aumento da competitividade, inovação, eficiência, diversidade e sustentabilidade.

Retomamos o diálogo com as servidoras e os servidores. Foram instaladas 38 mesas de negociação em 2024 que, junto com as oito mesas de 2023, abarcaram todas as categorias civis do Poder Executivo Federal. As negociações resultaram em Termos de Acordo para reposição salarial e reestruturação de carreiras e planos de cargos que cobriram 100% dos servidores e das servidoras civis. Estamos reestruturando os quadros do Estado com profissionais qualificados e aliando o processo de recrutamento à inovação, como ilustrado pela primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU).

Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

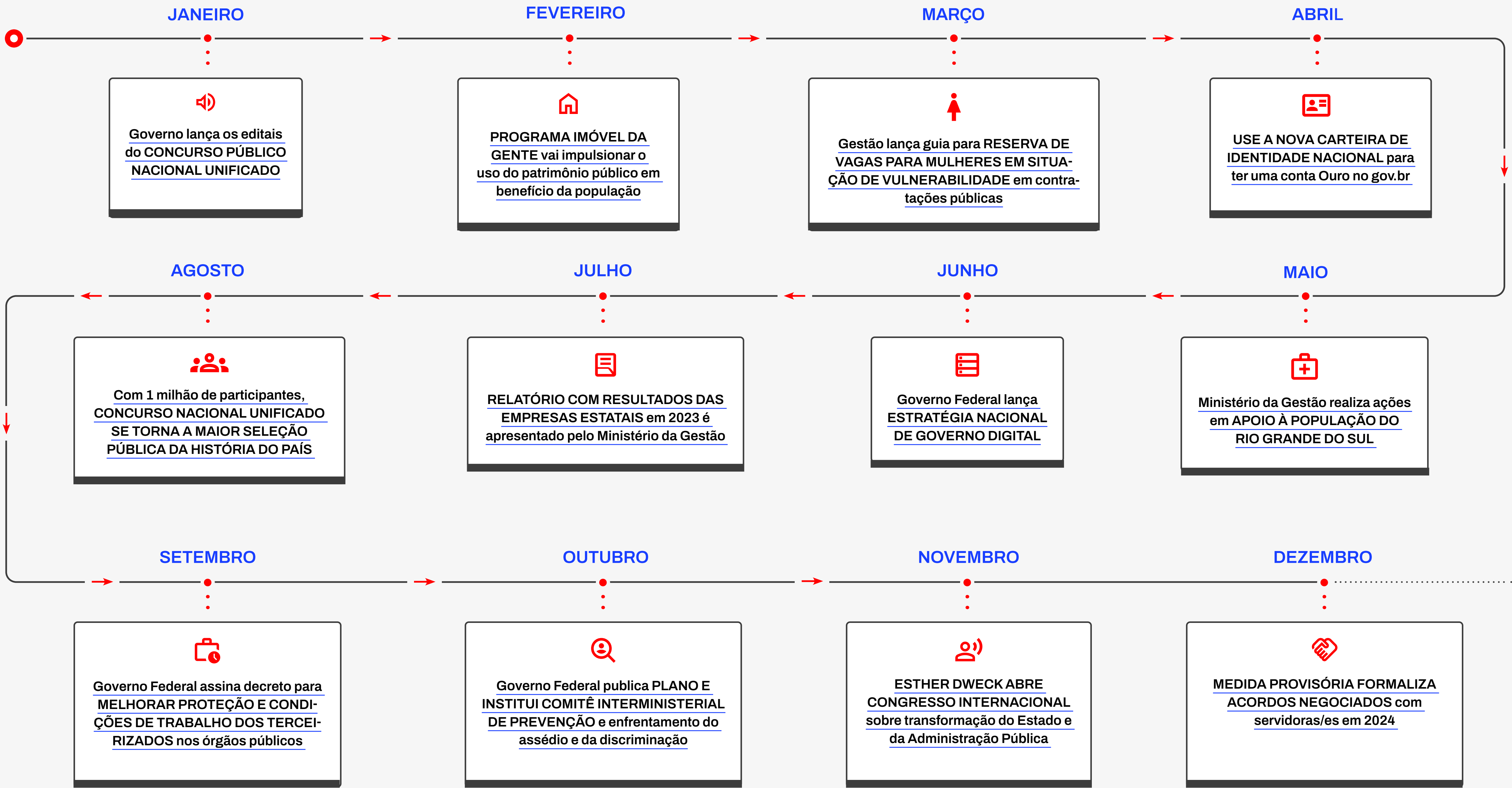
Na administração pública, também investimos na gestão colaborativa e na prestação de serviços compartilhados de suporte. Isso é uma realidade para os 13 ministérios que fazem parte do ColaboraGov, resultando em economia e maior qualidade e eficiência. Para garantir o direito à memória, incluindo preservação digital e a gestão documental, o Arquivo Nacional iniciou em 2024 o planejamento para realização da 2ª Conferência Nacional de Arquivos com ampla participação da sociedade civil.

Este relatório apresenta essas e diversas outras frentes de trabalho em que o ministério atuou em 2024 para garantir a melhoria da vida da população. Assim, buscamos nos aproximar de um futuro mais sustentável, inclusivo e democrático. Com este documento, cumprimos o dever constitucional de prestar contas à sociedade, a quem dirigimos nossos esforços. Para isso, ele foi elaborado com precisão, completude e foco estratégico, a fim de oferecer um retrato transparente e robusto do ministério.

"Este relatório apresenta frentes de trabalho em que o ministério atuou em 2024 para garantir a melhoria da vida da população. Assim, buscamos nos aproximar de um futuro mais sustentável, inclusivo e democrático."

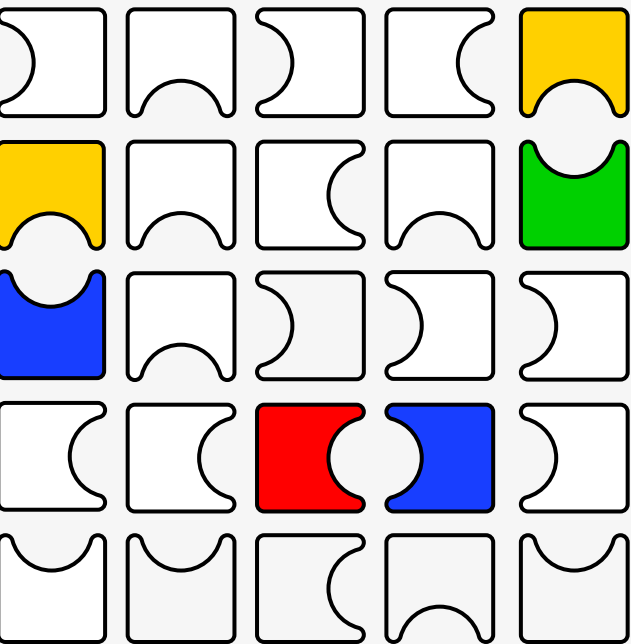


FOTO: Fabio Rodrigues-Pozzebom / Agência Brasil



MGI EM NÚMEROS

OBJETIVO E METAS ALCANÇADAS PELO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS EM 2024



OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Promover a inovação, a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços públicos

- Em 2024, o objetivo estratégico 1 se tornou o alicerce da estratégia do MGI
- Promove colaboração entre governo e sociedade
- Está conectado a todos os demais objetivos estratégicos
- O objetivo estratégico 1 orienta ações com princípios de inovação, qualidade e gestão integrada
- Ele reforça a confiança e a modernização do serviço público, com foco em pessoas e sustentabilidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Valorizar servidoras e servidoras/es públicas/es para um serviço público de qualidade



CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO (CPNU)

- 6.640 vagas em 21 órgãos federais
- 970 mil candidatas/os Aprovadas/os já começaram a tomar posse em 2025
- Composição de quadros com diversidade regional
- Mais inclusão e diversidade no serviço público



NOVAS FORMAS DE LIDERANÇA

- 55 mil servidoras/es participaram da pesquisa “Vozes do Serviço Público”
- Formação de 51 lideranças negras pelo Programa LideraGov



REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS PÚBLICAS

- 100% de reajuste salarial para das/os servidoras/es federais
- Instituição de nova carreira para povos indígenas
- Publicação de diretrizes para otimizar planos e cargos



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA GESTÃO DE PESSOAS

- 1,3 milhão de pessoas atendidas com mais acessibilidade e eficiência
- Ingresso digital para novas/os servidoras/es
- Prova de vida por biometria no app sougov
- Validação cadastral com dados de raça/cor



PLANO FEDERAL DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO

- Escuta ativa e apoio às pessoas afetadas
- Medidas para reduzir riscos psicossociais
- Capacitação sobre assédio e discriminação
- Ações educativas para um serviço público mais inclusivo



NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM SERVIDORAS/ES

- Mais valorização para quem serve ao país
- Auxílio-alimentação subiu 52%, agora é R\$ 1.000
- Assistência pré-escolar aumentou 51%
- Reajustes entre 5% e 100% na assistência à saúde

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

Transformação digital da administração pública



EXPANSÃO DA PLATAFORMA GOV.BR

Facilitação do acesso a serviços públicos com mais segurança e agilidade

Mais de 4,9 mil serviços públicos disponíveis

Oferta de mais de 90% de serviços digitais, facilitando acesso remoto

41% das declarações de imposto de renda pré-preenchidas pela conta gov.br



AMPLIAÇÃO DA REDE GOV.BR

Expansão da rede para um serviço público mais acessível

1.520 municípios participantes em 2024

121 milhões de brasileiras/os atendidas/os

Aumento de 109% em relação a 2023



CENTRO DE EXCELÊNCIA EM PRIVACIDADE E SEGURANÇA NO SETOR PÚBLICO

50 materiais educativos criados em linguagem simples

Emissão de 2 mil alertas de segurança cibernética

Lançamento de pós-graduação em Privacidade na UnB



STARTUPS GOV.BR

Suporte técnico para transformação digital em projetos com impacto social e econômico

20 projetos estratégicos em execução

16 projetos concluídos



ACESSIBILIDADE DIGITAL

4.384 serviços de acessibilidade disponibilizados

90% dos serviços no gov.br com acessibilidade

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

Consolidar o sistema de identificação e implantar a Carteira de Identidade Nacional em todo o país



CARTEIRA DE IDENTIDADE NACIONAL (CIN)

Integração com CPF e conta gov.br para uma identificação digital segura

Mais de 17,1 milhões de CINs expedidas desde 2023 até dezembro de 2024

14,42 milhões de documentos expedidos apenas em 2024 (84,3% do total)



SEGURANÇA E PRIVACIDADE NA IDENTIFICAÇÃO

Implantação do Sistema de Identificação Civil com base de dados centralizada

Auditoria biométrica e construção de serviço biométrico federal em andamento

21 estados e o DF emitindo exclusivamente a CIN

R\$ 47 milhões garantidos para acelerar emissão em 2025 e 2026

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

Aperfeiçoar modelos de compras governamentais e parcerias públicas como indução ao desenvolvimento inclusivo e sustentável



APOIO AO RIO GRANDE DO SUL DURANTE CATÁSTROFE CLIMÁTICA DE 2024

418 municípios do estado atendidos

Agilidade nas compras para aquisição de kits de limpeza, serviços urbanos e combustíveis



G20 | CÚPULA DE LÍDERES NO RIO DE JANEIRO

Fortalecimento do papel do Brasil no cenário global

Contratação centralizada para o evento com economia de R\$ 129 milhões



PROGRAMA CALHA NORTE

Aquisições centralizadas de veículos e equipamentos agrícolas para a faixa de fronteira

Beneficiados 4 órgãos federais, 26 órgãos municipais e 18 municípios

Economia de R\$ 220,8 milhões Fortalecimento da infraestrutura nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste



ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

Criação da Comissão Interministerial de Contratações Sustentáveis

Criação de margens de preferência para priorizar produtos brasileiros Incentivo à inovação, emprego e geração de renda no Brasil

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

Aprimorar o uso e a destinação do patrimônio da União por meio da gestão participativa, racional, socioambientalmente justa



DEMOCRATIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - IMÓVEL DA GENTE

Instalação de 27 fóruns para o Programa Democratização de Imóveis da União

474 imóveis destinados para políticas públicas, beneficiando 27 unidades federativas e 238 municípios

25 imóveis para habitação social (4.593 famílias beneficiadas)

22 imóveis para regularização fundiária (160 mil famílias beneficiadas)

429 imóveis para outros programas e políticas públicas

Destinação de Imóveis para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades

51 imóveis reservados com 26 entidades selecionadas

Destinação de áreas para educação

6 áreas da União para institutos federais com mais de 8 mil vagas em SP, SC, PE, AC e MG



AMPLIAÇÃO DA PROMOÇÃO DA FUNÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS IMÓVEIS DA UNIÃO

6 unidades de conservação regularizadas

5 unidades de conservação entregues ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Destinação de áreas para comunidades tradicionais

2.536 famílias beneficiadas, incluindo:

- 100 famílias indígenas com área cedida à FUNAI
- 272 famílias atendidas por assentamentos agroextrativistas via INCRA
- 2.164 Termos de Autorização de Uso Sustentável emitidos para 2.150 famílias
- Concessão de autorização de uso sustentável à comunidade Quilombola Vidal Martins (170 hectares), em SC

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

Ampliar o acesso aos documentos, por meio do fortalecimento da gestão de documentos e arquivos



ARQUIVO NACIONAL

Fortalecimento da preservação do patrimônio documental e acessibilidade à informação

2,1 milhões de documentos acessados

18.667 atendimentos e 900 mil documentos disponibilizados

649.047 documentos preservados no Sistema de Informações (SIAN)

958.315 documentos digitalizados

82.824 documentos restaurados, com foco em itens de alta relevância

APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS

Criação da Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal

Convocação da II Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ)



IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE ARQUIVOS E DOCUMENTOS (SIGA) ACELERA SIGA

165 órgãos atendidos em todas as regiões do país

Suporte técnico e financeiro a 22 órgãos federais no Rio Grande do Sul afetados por inundações

Destinação de R\$ 14,6 milhões para recuperação de acervos no estado



IDENTIFICAÇÃO DE FUNDOS ARQUIVÍSTICOS COM FOCO EM GÊNERO E RAÇA

Indexação de 25 fundos arquivísticos promovendo visibilidade de documentos sobre grupos historicamente marginalizados

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8

Fortalecer as empresas estatais

Empresas estatais investiram R\$ 96,2 bilhões em 2024, sendo 97,2% financiados com recursos próprios

Mais de 17.600 pessoas foram contratadas



FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Lançamento do Programa Inova Inclui remodelagem de negócios, formação continuada e fomento à pesquisa acadêmica

Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão Assinado por 33 empresas e 5 ministérios

Reformulação da Carta Anual de Políticas Públicas para tornar as informações mais claras e acessíveis à sociedade

123 empresas estatais 44 com controle direto da União

Publicado o Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais 2024 com mais detalhes sobre as empresas

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9

Aprimorar os processos e serviços de gestão patrimonial



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E MELHORIA DOS SERVIÇOS

- Nova versão do Portal de Serviços da SPU mais moderna e intuitiva
- Projeto Startup SPU + Ágil Reformulação de serviços para reduzir prazos e melhorar o atendimento
- Avanços no Sistema SPUnet com implantação de três módulos

Cadastro consolidado de novos imóveis
Geração e assinatura digital de contratos 100% online

Produção de dados cartográficos integrados



MELHORIA DA GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL DA SPU

- Implantação do Sistema Estruturador de Gestão dos Imóveis Públicos Federais para centralizar informações
- Integração entre diferentes níveis de governo e órgãos
- Formação e capacitação contínua do corpo técnico da SPU



APRIMORAMENTO DO CONTROLE DOS IMÓVEIS DA UNIÃO

- 55 audiências públicas realizadas em 11 estados
- 19.257,79 km de terrenos marginais 5.831,65 km de terrenos de marinha demarcados
- Demarcações no Pará, Maranhão, Amazonas, Mato Grosso e Paraná

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

Aperfeiçoar estruturas de atuação governamental, modelos de governança e gestão para mais e melhores políticas públicas



REVISÃO DAS REGRAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MGI e AGU revisaram o Decreto-Lei 200/1967, com seminários virtuais que reuniram mais de 6 mil pessoas



TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

MGI lançou documento sobre um Estado mais inclusivo, com 15 eixos para melhorar a administração pública



APERFEIÇOAMENTO DAS PARCERIAS E TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

- Transferegov.br aprimorado para rastrear emendas e projetos do Novo PAC, com R\$ 21,6 bilhões em execução
- Fóruns regionais e nacionais fortaleceram a Rede de Parcerias



PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Parcerias com 5 estados para levar práticas de gestão e inovação aos municípios



APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO E DESEMPENHO

- MGI modernizou a gestão pública com foco em transparência, inovação e monitoramento de entregas
- 175 instituições e 72.148 participantes aderiram ao novo sistema de gestão e desempenho



EXPANSÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO NACIONAL

SEI foi ampliado para 144 instituições federais e 16 estados, com mais de 1 bilhão de documentos digitais em 2024



APERFEIÇOAMENTO DO ATENDIMENTO AOS SISTEMAS ESTRUTURANTES

Central de Atendimento modernizada com novos canais de suporte, como WhatsApp e chatbots



MODERNIZAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

Acesso ao sistema agora é feito via login gov.br

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

Consolidar e gerir a Infraestrutura Nacional de Dados



INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS

Mais de 977 serviços integrados

Economia de R\$ 3,21 bilhões em 2024

697,4 milhões de transações realizadas

207 unidades integradas

1,6 milhões de comunicações personalizadas enviadas

Novas diretrizes para comunicação digital com cidadã/ãos

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12

Formar e desenvolver as competências de agentes públicas/os

2 milhões de certificados de participação em capacitação emitidos em 2024

9 mil certificados emitidos para estrangeiras/os

Semana de Inovação 2024
Maior evento de inovação do setor público na América Latina, com 15 mil participantes



FORMAÇÃO DE SERVIDORAS/ES FEDERAIS

Capacitação de 80 técnicas/os do IPEA e 103 analistas do Ministério do Planejamento e Orçamento

Em 2025, mais de 6 mil novas/os servidoras/es serão formadas/os

FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES FEDERATIVAS

680 mil certificados emitidos para servidoras/es estaduais e municipais

Mais de 250 lideranças capacitadas em 2024



TRANSFORMAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

Lançamento de programas feministas e antirracistas com 150 iniciativas e 8 mil certificados

50 mil certificações em inteligência artificial

29º Congresso CLAD Brasil como referência global em gestão pública

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13

Prover serviços de suporte compartilhados e difundir soluções de alta qualidade para toda administração pública federal



AMPLIAÇÃO E APRIMORAMENTO DO COLABORAGOV

Expansão do ColaboraGov para 13 ministérios, dobrando sua capacidade de atendimento

1.791 demandas de compras e contratações agrupadas para otimizar processos

2.787 itens doados para otimizar a gestão patrimonial

10 órgãos com frota modernizada com veículos híbridos

Desenvolvidos projetos de arquitetura para espaços de amamentação, convivência e coworking



GESTÃO DE PESSOAS

Gestão das folhas de pagamento de 40.670 pessoas em 13 órgãos, com R\$ 1 bi/mês em remuneração

2.329 servidoras/es capacitadas/es com economia de R\$ 169.194,85

Implementação do Painel de Gestão de Pessoas, centralizando dados e melhorando a eficiência do serviço público

Ações de preparação para aposentadoria implementadas com foco no bem-estar e valorização



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Mais transparência e eficiência em ferramentas como Compartilha Serviço, Compartilha Gestão e Central de Painéis

Semana da Governança de Dados sobre cultura de dados e uso de inteligência artificial

/ SOBRE O RGI 2024



O RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO (RGI) de 2024 reflete o compromisso do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) com a transparência, a participação social e a geração de valor público. Alinhado à Estrutura Conceitual Internacional para Relato Integrado, desenvolvido pelo International Integrated Reporting Council (IIRC), e às diretrizes do Tribunal de Contas da União, o documento adota uma abordagem estratégica, clara e acessível. O objetivo é oferecer aos órgãos de controle e, principalmente, à sociedade **informações sobre os resultados**

alcançados no ano, destacando o impacto das ações do ministério e sua contribuição para uma administração pública inovadora e capaz de gerar serviços públicos efetivos.

A edição de 2024 do relatório apresenta uma série de inovações e melhorias. Seu projeto editorial propõe um formato ainda mais conciso e intuitivo, empregando técnicas de linguagem simples e elementos visuais que facilitam a compreensão de um público amplo, de modo que o documento possa ser bem compreendido por pessoas sem formação prévia em direito, administração pública ou contabilidade, por exemplo. Nosso intuito é estimular o engajamento de cidadãos e cidadãs, incluindo jornalistas, pesquisadoras/es, ativistas e demais pessoas para exercer seu direito ao controle e participação social.

Para disseminar as informações do RGI a um público ainda mais extenso e diversificado, o MGI vai publicar um sumário executivo bilíngue e peças visuais com um resumo do relatório. Assim, esperamos atingir mais pessoas e fomentar o valioso diálogo entre governo e sociedade.

Com um projeto gráfico inspirado no modernismo da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, o RGI explora a geometria e os grafismos para estimular uma leitura fluida e envolvente. O conteúdo é organizado em blocos temáticos e hipertextos, proporcionando uma navegação ágil, variada e intuitiva para diferentes públicos.

Desde a criação do MGI, em 2023, o relatório de gestão do ministério enfatiza a estratégia como eixo central, demonstrando a relação entre os objetivos estratégicos e os

resultados obtidos. A partir de uma construção integrada, buscamos evidenciar a comparabilidade das informações, a coerência com a série histórica e permitir a avaliação do desempenho institucional. Em adição, o RGI 2024 passa a abranger relatos sobre atuação social e ambiental, em articulação com o modelo ESG (Environmental, Social and Governance), internacionalmente reconhecido.

O documento traz ainda marcas da parceria firmada com a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI), fortalecendo a adoção das melhores práticas nacionais e internacionais. Essa colaboração visa a aprimorar o relato integrado do MGI e a capacitar os ministérios atendidos pelo Centro de Serviços Compartilhados - ColaboraGov em ferramentas eficazes de gestão, governança e prestação de contas. A parceria possibilita a troca de experiências e a disseminação de conhecimentos essenciais para que o pensamento integrado ultrapasse o relato e envolva a estruturação de processos de gestão com foco na geração de valor pela administração pública.

Ao final, nossas leitoras e leitores são convidadas/os a responder um formulário de avaliação do documento, incentivando a participação social e a melhoria contínua do processo de prestação de contas.

Com essa abordagem, o RGI reafirma seu papel como ferramenta essencial de transparência e governança e peça central na prestação de contas. Ao tornar as informações mais acessíveis, **o MGI reforça seu propósito ligado à responsabilidade pública, à ampliação das capacidades estatais e à construção de um setor público inovador e alinhado às necessidades da sociedade.**

/ COMO NAVEGAR NESTE RELATÓRIO

As páginas deste relatório possuem seções navegáveis. Na parte superior, os capítulos funcionam como botões. Caso queira navegar entre as seções, basta clicar nos capítulos para acessá-los de forma ágil.

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 4

Também na parte superior, as setas ← → permitem uma navegação entre as páginas.

←

5

→

O ícone que representa uma pequena casa 🏠 possibilita que você retorne ao sumário interativo do documento.

🏠

O sumário é uma seção navegável que permite o acesso direto aos principais títulos e subtítulos.

Várias partes do relatório permitem o acesso a endereços eletrônicos e documentos externos. Os ícones do clips 📎 e da seta ↶, bem como a presença do marcador de texto tachado, indicam a presença de hiperlinks:

📎

Comitê Ministerial de Governança (CMG).

Além disso, algumas seções do documento possuem botões que são representados por contornos com bordas retangulares, chanfradas e circulares. Esses botões podem servir para o acesso a endereços externos ou seções internas.

PARA CONHECER
MAIS

Acompanhe as entregas
e a execução do PPA no MGI

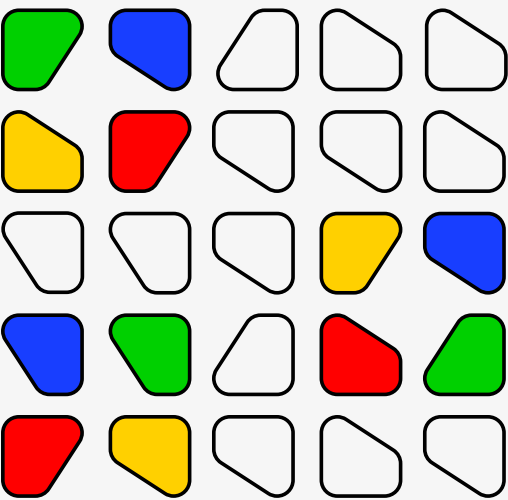
CLIQUE AQUI

FOTO: Felipe Chemicatti / Acervo MGI

↶

ACOMPANHE A EXECUÇÃO DESSA POLÍTICA AQUI

Sumário



1 —

VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- Estrutura organizacional 17
- Base jurídica 18
- Governança a serviço da estratégia 19
- Geração de valor público pelo MGI 21
- Cadeia temática do MGI 23
- Políticas públicas e programas de governo 25
- Relação com ambiente externo e destinatárias/es de bens e serviços 28
- Sustentabilidade ambiental e social 30
- Quem somos 34

2 —

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

- Estratégia 38
- Mapa Estratégico MGI 2023-2027 39
- Indicadores de governança e gestão 40
- Principais ações de supervisão, controle e de correição 42
- Desempenho do MGI em 2024 43

3 —

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

- Gestão de riscos do MGI 86

4 —

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

- Informações orçamentárias e financeiras 91
- Fundos 95
- Informações de custos 96
- Informações contábeis 99

Visão geral, organizacional e ambiente externo

NESTE CAPÍTULO, O MGI apresenta o que fazemos, quem somos e em que contexto atuamos. Exploramos nossa missão, visão de futuro, quais valores regem nossa atuação, como geramos valor público e como respondemos aos desafios do ambiente externo. Também é possível conhecer nossos direcionadores estratégicos, o programa previsto no Plano Plurianual de 2024 a 2027 (Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento) e nossas ações de sustentabilidade socioambiental, em busca de um desenvolvimento verde, digital e inclusivo.



O MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI) é responsável por promover uma gestão pública eficiente, inovadora e voltada para a redução das desigualdades. Ele integra a estrutura do governo federal e foi criado pela Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

Sua atuação envolve áreas como:



Gestão de
pessoas



Coordenação de
políticas públicas



Transformação
digital



Ampliação da
capacidade estatal



Governança
de dados



Gestão do **Cadastro Ambiental Rural (CAR)** em âmbito federal



Administração de
patrimônio público



Fomento da
cooperação federativa



Supervisão de **compras governamentais**



O MGI possui como direcionadores estratégicos sua missão, visão e valores, aprovados como parte de seu planejamento estratégico por meio da Resolução nº 1/2023, editada pelo Comitê Ministerial de Governança (CMG).

Missão

AMPLIAR E QUALIFICAR A GESTÃO, OS SERVIÇOS E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.

Visão

ATUAR COMO LIDERANÇA DA TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO, fundada nos valores democráticos, para a promoção da inovação em políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento sustentável e o pleno exercício da cidadania.

Valores

Colaboração, democracia, diversidade, integridade, participação, qualidade, sustentabilidade.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

SECRETARIA EXECUTIVA

ORGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA À MINISTRA DE ESTADO

GABINETE MIINISTERIAL

ASSESSORIA ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIVERSIDADE

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

ASSESSORIA ESPECIAL DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ASSESSORIA DE ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

OUVIDORIA

CORREGEDORIA

CONSULTORIA JURÍDICA

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

Diretoria do Cadastro Ambiental Rural

SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Diretoria de Modelos Organizacionais

Diretoria de Inovação Governamental

Diretoria de Normas e Sistemas de Logística

Diretoria de Informações, Serviços e Sistemas de Gestão

Diretoria de Transferências e Parcerias da União

Central de Compras

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

Diretoria de Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação

Diretoria de Plataformas de Serviços Públicos Digitais

Diretoria de Difusão da Transformação Digital

Diretoria de Infraestrutura de Dados

Diretoria de Identidade Digital

Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Diretoria de Provimento e Movimentação de Pessoal

Diretoria de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas

Diretoria de Soluções Digitais

Diretoria de Governança e Inteligência de Dados

Diretoria de Serviços de Aposentados e de Pensionistas e Órgãos Extintos

SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO

Diretoria de Benefícios, Previdência e Atenção à Saúde

Diretoria de Relações de Trabalho no Serviço Público

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Diretoria de Política de Pessoal e Previdência Complementar de Estatais

Diretoria de Orçamento e de Qualidade dos Gastos das Estatais

Diretoria de Governança e Avaliação de Estatais

Diretoria de Inovação e Inteligência em Gestão de Estatais

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Diretoria de Gestão e Governança

Diretoria de Receitas Patrimoniais

Diretoria de Caracterização e Incorporação de Imóveis

Diretoria de Destinação de Imóveis

Diretoria de Modernização e Inovação

SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas

Diretoria de Gestão Estratégica

Diretoria de Gestão de Pessoas

Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Diretoria de Tecnologia da Informação

Diretoria de Administração e Logística

ARQUIVO NACIONAL

Diretoria de Gestão Interna

Diretoria de Processamento Técnico, Preservação e Acesso ao Acervo

Diretoria de Gestão de Documentos e Arquivos

ENTIDADES VINCULADAS

- a. **Autarquia:** Instituto Nacional de Tecnologia da Informação [ITI]
- b. **Empresa pública:** Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev
- c. **Fundações:**
- Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap
 - Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal do Poder Executivo - Funpresp - Exe

FONTES: Decreto nº 12.102, de 8/7/2024, alterado pelo Decreto nº 12.333, de 20/12/2024 e informações prestadas pelas unidades ao Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG)

ELABORAÇÃO: Coordenação de Modernização Organizacional (COMOR/CGPLA/DGE/SSC/MGI), em janeiro de 2025

BASE JURÍDICA

LEI Nº 14.600

DE 19 DE JUNHO DE 2023

Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios.

DECRETO Nº 12.102

DE 08 DE JULHO DE 2024

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança, e altera o Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023.

DECRETO Nº 12.333

DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

PORTARIA MGI Nº 7.660

DE 24 DE OUTUBRO DE 2024

Aprova os Regimentos Internos dos órgãos de assistência direta e imediata à autoridade máxima e dos órgãos específicos singulares do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

FOTO: Felipe Chemicatti / Acervo MGI



ESCULTURA "A JUSTIÇA", DO ARTISTA ALFREDO CESCHIATTI. A obra está localizada de frente para o palácio do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, e simboliza um ideal de justiça igualitária e democrática. Trata-se da representação de uma mulher sentada, com uma venda nos olhos, segurando no colo uma espada, símbolos recorrentes atribuídos à deusa grega Têmis e ao Poder Judiciário.

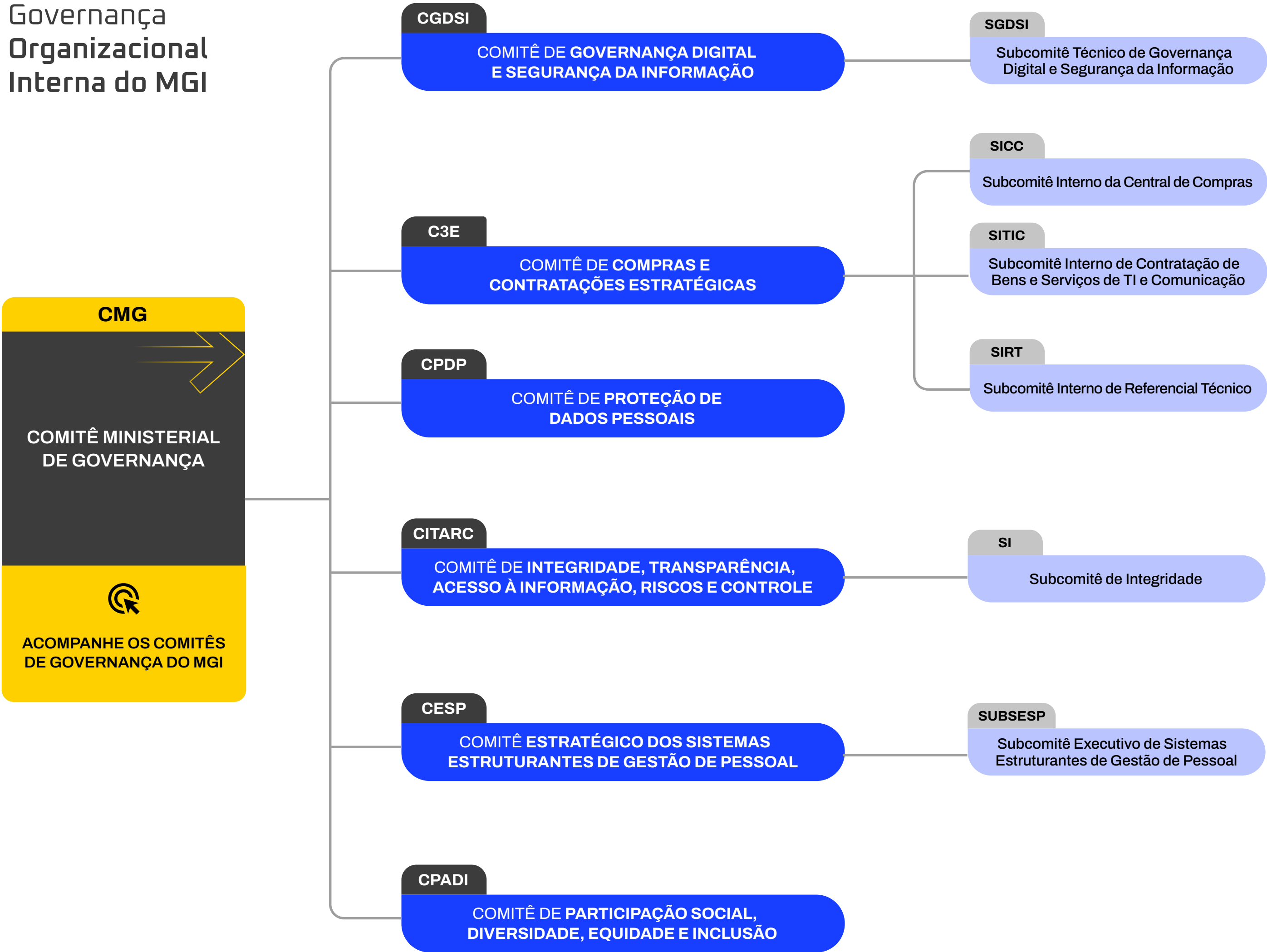
GOVERNANÇA A SERVIÇO DA ESTRATÉGIA

A governança do MGI é estruturada por meio do [Comitê Ministerial de Governança \(CMG\)](#), regulamentado pela [Portaria MGI nº 5.896, de 17 de outubro de 2023](#), e de seis colegiados temáticos, responsáveis pela definição de políticas e diretrizes transversais relacionadas a:

- [Compras e contratações estratégicas](#)
- [Governança digital e segurança da informação](#)
- [Integridade, transparência, acesso à informação, riscos e controle](#)
- [Proteção de dados pessoais](#)
- [Sistemas estruturantes de gestão de pessoal](#)
- [Participação social, diversidade, equidade e inclusão](#)

A essas instâncias cabe acompanhar a implementação de medidas efetivas de cumprimento e avaliação dos objetivos estratégicos do ministério. Em 2024, o MGI instituiu o Comitê Estratégico dos Sistemas Estruturantes de Pessoal (Cesp) e o Comitê de Participação Social, Diversidade, Equidade e Inclusão (CPADI), que se somaram aos quatro outros colegiados formalizados em 2023. Ao todo, o CMG e os seis comitês temáticos realizaram 19 reuniões em 2024, sendo uma extraordinária e 18 ordinárias. A imagem a seguir representa a estrutura de governança do MGI.

Estrutura de Governança Organizacional Interna do MGI



Entre as principais entregas dos comitês ao longo de 2024, destacam-se:

- Aprovação do [0 Programa de Governança em Privacidade do MGI pelo CPDP](#)
- Aprovação do [0 Guia de Gestão de Riscos do MGI pelo CITARC](#)
- Aprovação do [0 Plano Diretor de Tecnologia da Informação](#), do [0 Plano de Dados Abertos](#) e do [Plano de Transformação Digital do MGI pelo CGDSI](#)
- Aprovação do [0 Portfólio de Projetos da Central de Compras do MGI para 2024 e de contratações de grande vulto do MGI](#), da Polícia Federal, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pelo C3E
- Aprovação do Plano Anual dos Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal pelo Cesp

FOTO: Acervo Museu Casa dos Contos



MUSEU CASA DOS CONTOS O MGI atua também para preservar a memória e a cultura brasileira. É o caso da gestão do Museu Casa dos Contos, em Ouro Preto (MG). Em 2024, o espaço recebeu mais de 172 mil visitantes e atendeu centenas de pesquisadoras/es, consolidando-se como um dos mais visitados do estado. Ao longo dos anos, o MGI tem garantido a realização de obras para conservação do museu, assegurando que a Casa dos Contos continue tocando gerações.

GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO PELO MGI

A geração de valor público pelo MGI baseia-se no **fortalecimento das capacidades estatais para uma gestão pública eficiente, eficaz, efetiva, inovadora, sustentável e com foco na redução das desigualdades**. Isso significa que o ministério trabalha para trazer benefícios concretos para a sociedade. Para tanto, o MGI se concentra em:

- **FORTALECER AS CAPACIDADES ESTATAIS**

Melhorar as ferramentas, processos e resultados dos órgãos públicos

- **GESTÃO EFICIENTE, EFICAZ E EFETIVA**

Garantir que os recursos públicos sejam usados sem desperdício, alcancem os objetivos com resultados que façam diferença na vida das pessoas

- **INOVAÇÃO**

Buscar novas ideias e tecnologias para melhorar o funcionamento do governo

- **SUSTENTABILIDADE**

Fazer tudo isso considerando as pessoas e o meio ambiente, garantindo qualidade de vida hoje, sem prejudicar as futuras gerações

- **REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

Trabalhar para que os serviços públicos cheguem a todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis



FOTO: Acervo Público do Distrito Federal/ Fundo Novacap



FOTO: Felipe Chemicatti / Acervo MGI

Em resumo, o MGI busca melhorar como o governo federal atua para que todas as cidadãs e cidadãos tenham acesso a serviços públicos de qualidade, com igualdade de oportunidades. A cadeia de valor do MGI representa os macroprocessos desempenhados pelo ministério, por meio dos quais o valor público é gerado. A cadeia temática do MGI é constituída pelos seguintes macroprocessos.

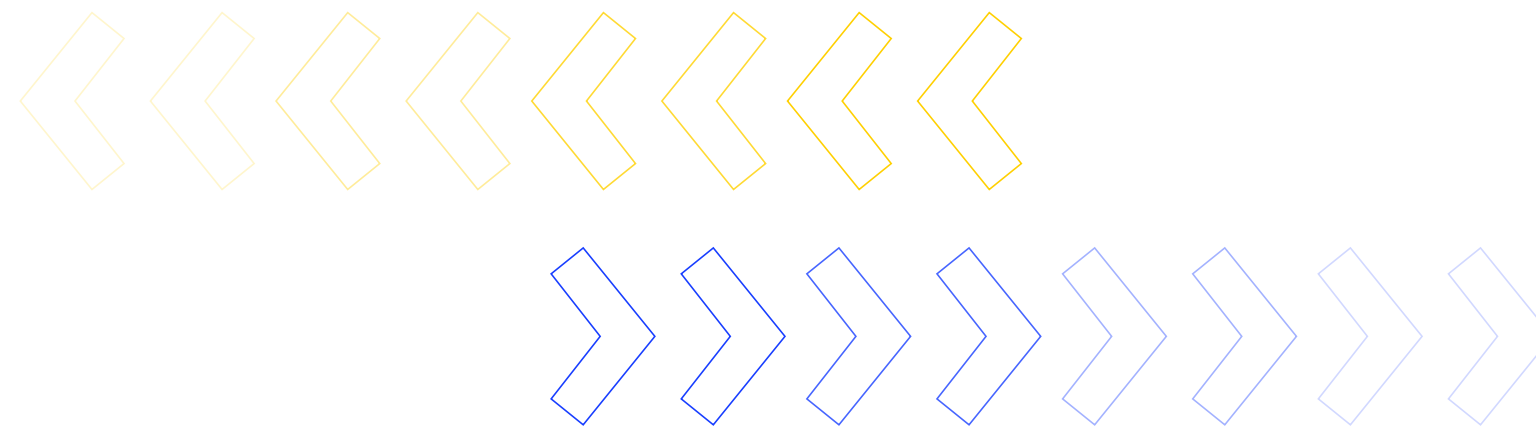
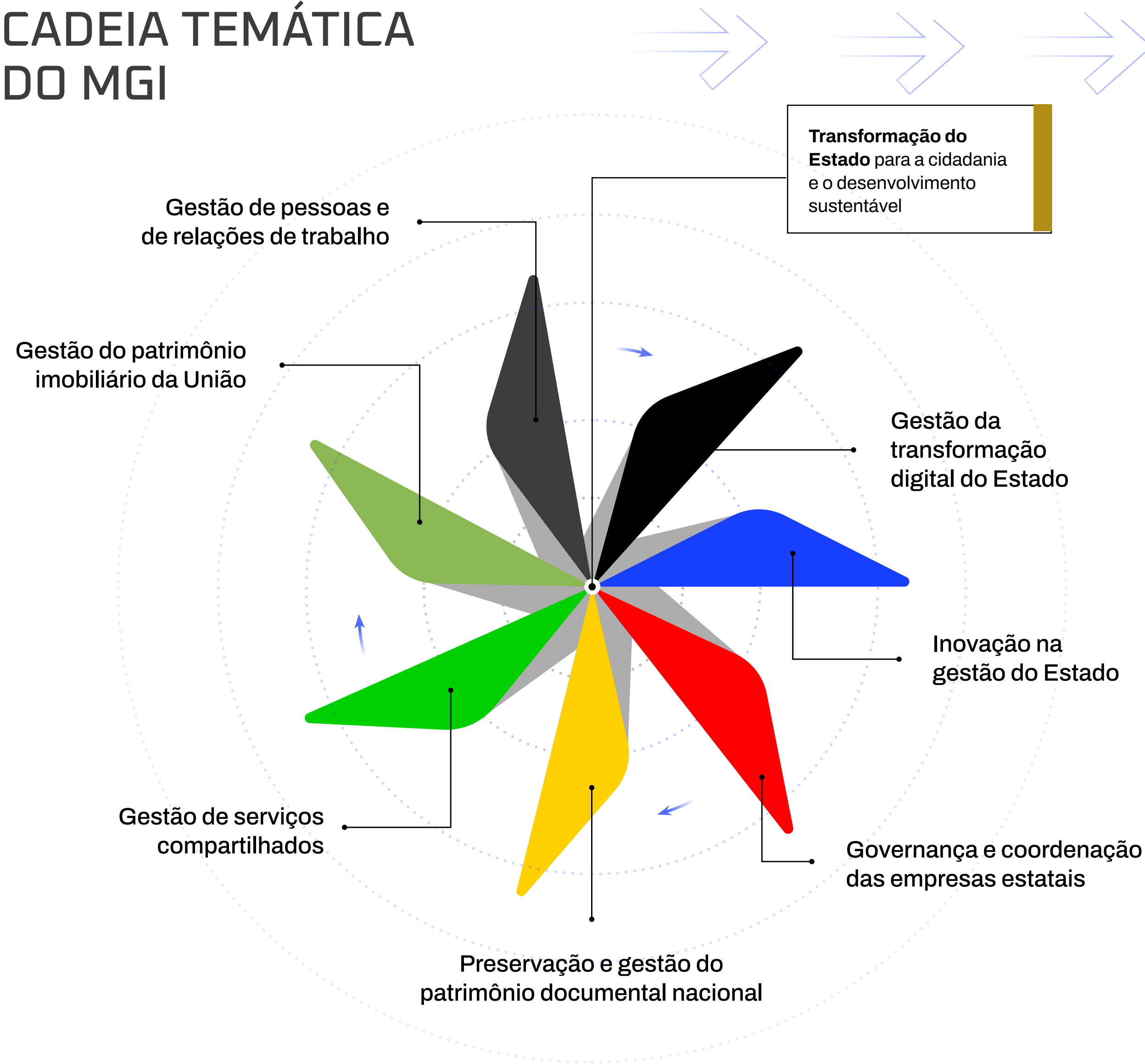


FOTO: Felipe Chemicatti / Acervo MGI



- **INOVAÇÃO NA GESTÃO DO ESTADO**, com o objetivo de impulsionar melhorias nos serviços públicos, fomentar o desenvolvimento econômico com inclusão e sustentabilidade e fortalecer a governança pública
- **GESTÃO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO ESTADO** para viabilizar a modernização, eficiência e inovação nos serviços públicos por meio da adoção de tecnologias digitais, promovendo maior acessibilidade, transparência e integração de serviços
- **GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO** para compor uma força de trabalho mais capacitada e alinhada com as necessidades do Estado
- **GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO** para o adequado uso, preservação e destinação dos imóveis da União, garantindo a função socioambiental e arrecadadora desses bens
- **GESTÃO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS** com a finalidade de otimizar a oferta de serviços de suporte administrativo para 12 ministérios, além do próprio MGI
- **PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NACIONAL** para garantir a proteção, conservação e acesso contínuo à memória histórica e cultural do país, apoiando a promoção da transparência, pesquisa e educação
- **GOVERNANÇA E COORDENAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS** como indutoras de boas práticas de gestão e de alinhamento com as políticas públicas, promovendo eficiência, transparência e desenvolvimento econômico
- **TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO PARA A CIDADANIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** é o direcionador estratégico que perpassa as diversas frentes de atuação do MGI, sendo o seu objetivo no Plano Plurianual - PPA 2024-2027

CADEIA TEMÁTICA DO MGI



VALORES PÚBLICOS GERADOS

GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE , inclusiva e sustentável	EMPRESAS ESTATAIS FORTALECIDAS e atuantes para o desenvolvimento do país	PATRIMÔNIO DOCUMENTAL preservado e acessível
SERVIÇOS DE SUPORTE ao Estado integrado	PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO da União valorizado, com destinação democrática e sustentável	AGENTES PÚBLICOS FORTALECIDOS para entrega de melhores serviços públicos à população
SERVIÇOS PÚBLICOS digitais acessíveis, ancorados em infraestrutura pública digital		

A partir de seus macroprocessos, o MGI é capaz de oferecer **respostas e soluções de impacto positivo para a sociedade**, incluindo cidadãos/ãos, empresas e organizações da sociedade civil e para a administração pública brasileira, aos quais os valores públicos gerados que compõem a cadeia de valor se direcionam.

Por meio de relacionamentos estratégicos com a sociedade, órgãos da administração pública federal, estados e municípios, empresas públicas, servidoras/es públicas/os e de parcerias-chave com fornecedores de tecnologia, academia, organismos internacionais, entidades sindicais e setor privado, o MGI fortalece as capacidades estatais e contribui para a melhoria da gestão pública.

A cadeia temática é apresentada em forma de um cata-vento, em que cada pá é essencial para fazê-lo girar, em um movimento dinâmico e sinérgico. O direcionador estratégico funciona como eixo central, que orienta e coordena o movimento. Já as cores relacionam elementos da cadeia temática e valores públicos gerados.



POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

O Plano Plurianual - PPA para o período de 2024 a 2027 foi criado pela Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024. Ele apresenta, por meio de programas, os objetivos e as metas da administração pública federal para o período de quatro anos.

O MGI é responsável pelo Programa 2301 - Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento, que tem como objetivo geral a ampliação e melhoria da gestão, dos serviços e das políticas de governo, trazendo benefícios para a sociedade e a administração pública. O programa é composto por objetivos específicos e entregas, conforme as informações a seguir.

PROGRAMA 2301 Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS AO PROGRAMA

21CQ

Gestão do governo digital

20U4

Governança do patrimônio imobiliário da União

8690

Fiscalização e controle do uso e ocupação de imóveis da União

20U1

Aperfeiçoamento da gestão pública

2810

Promoção do acesso ao patrimônio documental nacional

4743

Coordenação e governança das empresas estatais federais

OBJETIVO ESPECÍFICO

0126 • IMPLANTAR O SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO do cidadão com o estabelecimento da Carteira de Identidade Nacional

ENTREGAS

- Cadastros administrativos do governo federal integrados ao sistema
- Certificados digitais da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) emitidos
- Certificados digitais avançados gov.br emitidos

- Assinaturas qualificadas realizadas
- Assinaturas gov.br avançadas realizadas
- Acordos de uso de serviços da ID digital firmados por municípios com mais de 300 mil habitantes
- Emissão de cerca de 17.800.000 Carteiras de Identidade Nacional (CIN), totalizando cerca de 9% da população do Brasil
- Emissão de cerca de 10,7 milhões de Certificados digitais da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, cumprindo 95% da meta. A ICP-Brasil é um sistema que emite certificados digitais para identificar virtualmente pessoas e empresas e promover transações digitais
- Emissão de aproximadamente 15,4 milhões de certificados digitais avançados gov.br, superando a meta de 9 milhões de instrumentos. Os certificados funcionam como uma identidade virtual, permitindo a assinatura de documentos digitais
- Realização de cerca de 900 mil assinaturas e 122 mil assinaturas avançadas no portal de assinatura eletrônica, superando a meta
- Atendimento a 60% dos municípios brasileiros com integração de alguma solução de identificação digital (CIN digital e login gov.br), cumprindo a meta

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

OBJETIVO ESPECÍFICO

0263 • AMPLIAR A DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO para políticas públicas, com foco na habitação de interesse social

ENTREGAS

- Imóveis destinados para políticas públicas
- Imóveis destinados para habitação de interesse social

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

- Destinação de 474 imóveis da União para políticas públicas, contemplando 27 estados e 238 municípios. Entre os imóveis destinados, destacam-se 51 para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, sendo 26 para Entidades selecionadas pelo Ministério das Cidades
- Valor total dos imóveis destinados de aproximadamente R\$ 7,5 bilhões, superando a meta de R\$ 1 bilhão
- Atendimento a cerca de 160 mil famílias em 27 estados e 238 municípios, por meio do Programa de Democratização de Imóveis da União - Imóvel da Gente

OBJETIVO ESPECÍFICO

0286 • FORTALECER AS CAPACIDADES ESTATAIS pelo aperfeiçoamento do sistema de carreiras e de gestão de pessoas, pela qualificação no recrutamento e desenvolvimento de competências e pela democratização das relações de trabalho na administração pública federal

ENTREGAS

- Programa de formação e de inovação em políticas públicas estruturado mediante parceria formalizada com órgãos estratégicos
- Agente público certificado em ação de desenvolvimento da Enap
- Agente público certificado na Escola Virtual GOV-EV.G
- Processos negociais realizados por meio da Mesa Nacional de Negociação Permanente
- Produtos de dados inseridos ou evoluídos no Observatório de Pessoal

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

- Certificação de cerca de 1,8 milhão de agentes públicos, superando em 370% a meta, com destaque para capacitação sobre “Gestão Municipal - Capacidades para uma melhor gestão”

- Abertura e atendimento de 100% dos processos negociais com entidades sindicais, com efetivação de 42 termos de acordo com diversas categorias de servidoras/es públicas/os federais

OBJETIVO ESPECÍFICO

0298 • IMPULSIONAR A ADESÃO AOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DE GESTÃO para a promoção da inovação, da transformação e da ampliação da capacidade do Estado para geração de valor na prestação de serviços públicos

ENTREGAS

- Serviços e soluções de modernização da gestão ofertados a estados e municípios
- Projeto ColaboraGov

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

- Adesão de 71% de órgãos da administração pública que buscam soluções que aumentem a capacidade institucional, por meio do uso de ferramentas de processo eletrônico e na oferta de serviços compartilhados como Almoxarifado Virtual Nacional e compra direta de passagens. A adesão superou em 65% a meta

- Implementação de 14 ações de modernização em MA, BA, PI, RN e PB, envolvendo a integração de sistemas estaduais à prova de vida e destinação de imóveis no Programa Imóvel da Gente
- Atendimento a 13 ministérios, no âmbito do Centro de Serviços Compartilhados – ColaboraGov, cumprindo a meta

OBJETIVO ESPECÍFICO

0418 • AMPLIAR A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL na União e nos demais entes federados

ENTREGAS

- Termos de adesão de municípios à Rede gov.br assinados
- Serviços mais usados do gov.br incluídos no *corpus* do VLibras (solução de acessibilidade que traduz conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais)
- Aumentar o percentual de serviços públicos digitais vinculados à Interface de Programação de Aplicação (API na sigla em inglês) de avaliação de serviços
- Ampliar o número de órgãos com planos de transformação digital pactuados

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

- Aumento de 89% no percentual de municípios que utilizam uma das plataformas de governo digital, superando a meta de 15%
- Adesão de cerca de 1.520 municípios à Rede gov.br, superando a meta de 400 municípios
- Inclusão de 1.750 serviços do gov.br no Corpus do VLIBRAS, que é uma solução de acessibilidade que traduz conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais, superando a meta de 300 serviços
- Aumento de 31% no percentual de serviços públicos digitais, medido pela avaliação de satisfação de serviços pelo usuário, na forma de API (conjunto de ferramentas para aplicações de software), cumprindo a meta
- Alcance de 40 órgãos com planos de transformação digital pactuados

OBJETIVO ESPECÍFICO

0419 - AMPLIAR O ACESSO AOS DOCUMENTOS, por meio do fortalecimento da gestão de documentos e arquivos, sob coordenação do Arquivo Nacional, assegurando o direito à informação e à memória do país

ENTREGAS

- Programa de Preservação Documental Pró-Acesso à Informação e à Memória implantado
- Programa de Democratização do Direito à Memória e à História, com foco em gênero e raça, implantado
- Programa de Aceleração do Sistema de Gestão de Arquivos e Documentos (SIGA) implantado
- Programa de ampliação da articulação de arquivos públicos e privados

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

- Preservação de cerca de 907 mil documentos para consulta pública, superando em 360% a meta
- Preservação de cerca de 650 mil documentos em condição de acesso à consulta pública, superando a meta de 60 mil
- Identificação de 100% dos fundos arquivísticos com foco em gênero e raça, trazendo informações dos acervos por marcadores de gênero, raça e regionalidade
- Adesão de cerca de 165 órgãos públicos ao Sistema de Gestão de Arquivos e Documentos (SIGA), um aumento de 25% em relação a 2023. Apoio a 15 órgãos do Rio Grande do Sul, afetados por inundações, com destinação de

mais de 14 milhões de reais para o tratamento de acervos danificados

- Total de 728 arquivos públicos privados e comunitários participantes do sistema nacional de informações de arquivos

OBJETIVO ESPECÍFICO

0424 • PROMOVER O ALINHAMENTO ENTRE AS EMPRESAS estatais federais e as políticas públicas

ENTREGAS

- Novo Sistema de Informações e Relacionamento das Estatais implantado

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

- Desenvolvimento de 30% dos módulos do novo Sistema de Informações e Relacionamento das empresas estatais, que será utilizado para recebimento e tratamento de dados e documentos das empresas estatais

OBJETIVO ESPECÍFICO

0534 • INDUZIR POLÍTICAS ESTRATÉGICAS DE COMPRAS E PARCERIAS governamentais que impulsionem o desenvolvimento econômico e social inclusivo, solidário e sustentável

ENTREGAS

- Contratações centralizadas realizadas

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

- Elevação para 74% do índice de adesão e utilização do sistema ComprasGov por entes federativos no âmbito das compras governamentais. Esse índice superou em 5% o percentual previsto no PPA. O ComprasGov é uma plataforma eletrônica desenvolvida para centralizar e otimizar as compras públicas, buscando maior eficiência, transparência e economia de recursos

PARA CONHECER
MAIS

[Acompanhe as entregas
e a execução do PPA no MGI](#)

[CLIQUE AQUI](#)

RELAÇÃO COM AMBIENTE EXTERNO E DESTINATÁRIAS/OS DE BENS E SERVIÇOS

No MGI, a Ouvidoria atua como instância de integridade, controle e participação social. Ela é responsável por acolher, tratar e responder às manifestações da sociedade, como denúncias, reclamações, elogios, solicitações de providências e sugestões. Além disso, atua na gestão das atividades relacionadas ao acesso à informação, conforme a Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), e nas iniciativas decorrentes da Política de Transparência e Acesso à Informação da administração pública federal.

A Ouvidoria também é responsável pela gestão do Portal Brasileiro de Dados Abertos do MGI, que atualmente conta com 102 conjuntos de dados publicados e monitora 49 itens de transparência, conforme previsto no Guia de Transparência Ativa elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU). Uma versão atualizada do [Plano de Dados Abertos](#) foi publicada após aprovação do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI), em abril de 2024.

A Ouvidoria promove a participação ativa de usuárias/os de serviços públicos na administração pública, monitora a atualização da [Carta de Serviços do MGI](#) no Portal gov.br — avaliando os 77 serviços prestados atualmente —, propõe melhorias na prestação de serviços e estimula a adoção de processos de mediação e conciliação entre os usuárias/os e os órgãos ou entidades públicas.

De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, **a Ouvidoria do MGI registrou quase 23 mil atendimentos. Desses, mais de 19 mil foram manifestações de ouvidoria. Mais de 3 mil pedidos de acesso à informação e 554 recursos foram recebidos. Os gráficos a seguir detalham os números.**

Painel da Lei de Acesso à Informação

Dados referentes ao MGI

DADOS COLETADOS ENTRE JANEIRO E DEZEMBRO DE 2024

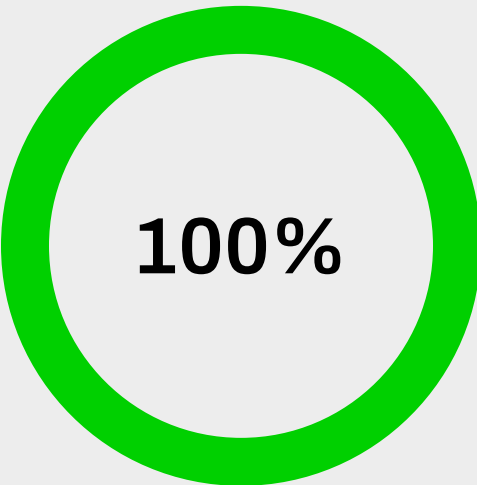
→ PEDIDOS
RECEBIDOS

3.245

🕒 TEMPO MÉDIO
DE RESPOSTA

19,⁹⁶ dias

STATUS DOS PEDIDOS



DAS SOLICITAÇÕES
RESPONDIDAS

Atuação direcionada a públicos estratégicos

A atuação do MGI envolve intensa articulação com estados e municípios em diversas iniciativas. Assim, em 2024, o MGI consolidou importantes ações de cooperação federativa que impulsionam a eficiência, a inovação e a inclusão no setor público brasileiro. Conheça algumas:

PORTAL FEDERATIVO DO MGI

Em 2024, o governo lançou o [Portal Federativo](#), que reúne informações em um único local sobre mais de 30 soluções gratuitas para beneficiar estados e municípios. São sistemas, painéis gerenciais, apoio metodológico e capacitações para que entes federados acessem e executem recursos federais, melhorem a prestação de serviços públicos e firmem parcerias para uso do patrimônio da União.

PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO

O Programa Nacional de Gestão e Inovação oferece mais de 30 serviços para a inovação e gestão pública nos estados, que se comprometem a replicar as iniciativas para os municípios do seu território. Em 2024, cinco estados (além do piloto com Maranhão em 2023) passaram a integrar o programa: Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Espírito Santo.

Por meio do compartilhamento de soluções tecnológicas, como tramitação eletrônica de processos, prova de vida digital e capacitações sobre compras públicas, a parceria gera economia de recursos e maior acesso da população a serviços públicos de qualidade.

No relacionamento do MGI com o os parlamentares e o Congresso Nacional, destacam-se as seguintes ações:

APOIO À MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA E REGULAMENTAÇÃO PARA A GESTÃO PÚBLICA

O MGI realiza interlocução com o Poder Legislativo, garantindo que propostas legislativas e normativas estejam alinhadas com as diretrizes estratégicas do ministério. Em 2024, por exemplo, o MGI dialogou com parlamentares e outras instituições públicas para aprimorar o projeto de lei que renova a política de cotas em concursos públicos (PL nº 1.958/2021). Da mesma forma, atuou para a aprovação do Projeto de Lei nº 2.258/2022, que dispõe sobre os concursos públicos federais. A lei inova ao criar a possibilidade de o concurso ser realizado total ou parcialmente a distância, pela internet ou por plataforma eletrônica com acesso individual seguro e em ambiente controlado — desde que garantida a igualdade de acesso às ferramentas e aos dispositivos do ambiente virtual.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O MGI focou ainda em construir consensos políticos para aprovar iniciativas como governo digital, interoperabilidade de sistemas e transparência pública. Um dos exemplos foi a participação na construção do posicionamento de governo sobre o projeto que regulamenta o uso da inteligência artificial no Brasil (PL nº 2.883/2023) com a Casa Civil, Secretaria de Relações Institucionais e outros órgãos.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

Em relação ao desenvolvimento e valorização de servidoras/es públicas/os e reestruturação de carreiras, o MGI elaborou a Medida Provisória 1.203, transformada no PL nº 1.213/2024, que deu cumprimento aos acordos firmados na Mesa Nacional de Negociação Permanente para reestruturação das carreiras da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da Agência Nacional de Mineração - ANM, de analista técnico de políticas sociais - ATPS e de analista de tecnologia da informação - ATI. Assim, a medida foi aprovada e transformada em lei, cumprindo acordo com as categorias que participaram da negociação.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

Repensar as iniciativas do Estado para um **desenvolvimento verde, digital e inclusivo é pauta do MGI** desde sua criação, continuamente reforçada pelas lideranças internas. Conheça os resultados de iniciativas que marcaram 2024.

PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO MGI

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do MGI, publicado em novembro de 2024, foi o resultado de esforço para integrar governança e sustentabilidade por meio de uma abordagem consciente em relação ao meio ambiente, ao mesmo tempo que prioriza a responsabilidade social e o uso eficiente dos recursos públicos. O plano define a estratégia para contratações e operações logísticas do MGI, abarcando os ministérios do ColaboraGov.

COLABORAGOV

O CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DO MGI, CHAMADO DE COLABORAGOV, promove o compartilhamento de atividades de suporte administrativo, como gestão de pessoas, orçamento, administração e logística, tecnologia da informação e gestão estratégica. Atualmente 13 ministérios são atendidos.

Esses processos deverão estar alinhados com as metas de sustentabilidade nos aspectos econômicos, sociais e ambientais e com a legislação orçamentária, buscando ações sustentáveis voltadas para o **uso eficiente de recursos naturais e materiais, gestão de resíduos, eficiência energética, gestão de água e qualidade de vida no ambiente de trabalho**. Além da vinculação ao planejamento estratégico do MGI e ao Plano Plurianual - PPA, o PLS observou as diretrizes tecidas pela Estratégia Federal de Desenvolvimento e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Nesse contexto, o MGI, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil, está desenvolvendo um projeto de cooperação técnica internacional sobre fortalecimento de capacidades para modernização e aprimoramento da gestão estatal da União. O PNUD atua no Brasil há mais de 50 anos e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país. Alinhado aos ODS e à Agenda 2030, o projeto abrange diversas áreas-chave, como a promoção da equidade de gênero e raça, a consolidação de ações sustentáveis e o desenvolvimento de metodologias voltadas para gestão pública.

Outra conexão a ser destacada é com o **Programa Pró-Integridade do MGI**, que aborda a integridade de **maneira abrangente e busca a sustentabilidade com foco social**. Esse pilar é essencial para a administração pública federal, pois promove a equidade e a justiça, incentiva oportunidades iguais, mitiga discriminações e contribui para uma

sociedade mais equilibrada. Ao adotar a sustentabilidade social como princípio, o programa visa a agregar valor à entrega do serviço público, assegurar qualidade de vida e bem-estar para servidoras/es e cidadãos/ãos e garantir a oferta de serviços essenciais, como saúde, segurança, educação e habitação, com eficiência e responsabilidade social. O Pró-Integridade estimula a formação de equipes resilientes e colaborativas, que pautam seu comportamento nos valores institucionais do MGI, reforçando uma cultura organizacional baseada na colaboração, na integridade, na sustentabilidade, na democracia, na participação, na diversidade, na qualidade e, especialmente, no respeito mútuo.

FOTO: Felipe Chemicatti / Acervo MGI



O Plano Diretor de Logística Sustentável do MGI é fundamentado **em sete eixos temáticos**:



Com vigência até dezembro de 2026, a implementação do PLS envolveu a participação e o engajamento de todas as unidades administrativas do MGI. As metas estabelecidas no plano recebem monitoramento contínuo e avaliação periódica dos indicadores de desempenho. O PLS do MGI gera impactos positivos também entre os ministérios participantes do ColaboraGov, tendo em vista o caráter colaborativo entre as 13 Pastas atendidas no compartilhamento de atividades de suporte administrativo.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO MGI

Contratação de mulheres em situação de violência

É COMUM QUE UMA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA MANTENHA MULHERES em um ciclo de violência doméstica. Sem opções de sustento próprio e autônomo, elas seguem sendo submetidas a violações. Com o objetivo de atuar nesse problema, em 2024 o MGI deu início à implementação do [Decreto nº 11.430/23](#), que regulamentou incisos da Nova Lei de Licitações e Contratos [\(Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021\)](#), reservando 8% das vagas de contratos de mão de obra terceirizada para essas mulheres. Assim a iniciativa oferece oportunidades e fortalece a independência econômica delas, um fator crucial para romper o ciclo de violência.

Ao longo do ano, sua implementação demandou articulação com os órgãos públicos de cada estado responsáveis por acolhimento de mulheres vítimas de violência. Como resultado, **foram assinados acordos para implementar a iniciativa nos órgãos federais de oito unidades da Federação** (Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Maranhão, Bahia e Amapá). Nesses estados, os órgãos federais receberam orientações detalhadas, fluxos processuais e modelos de documentos para operacionalizar a reserva de vagas. Outros órgãos públicos foram orientados com diretrizes para a execução, a partir da publicação do

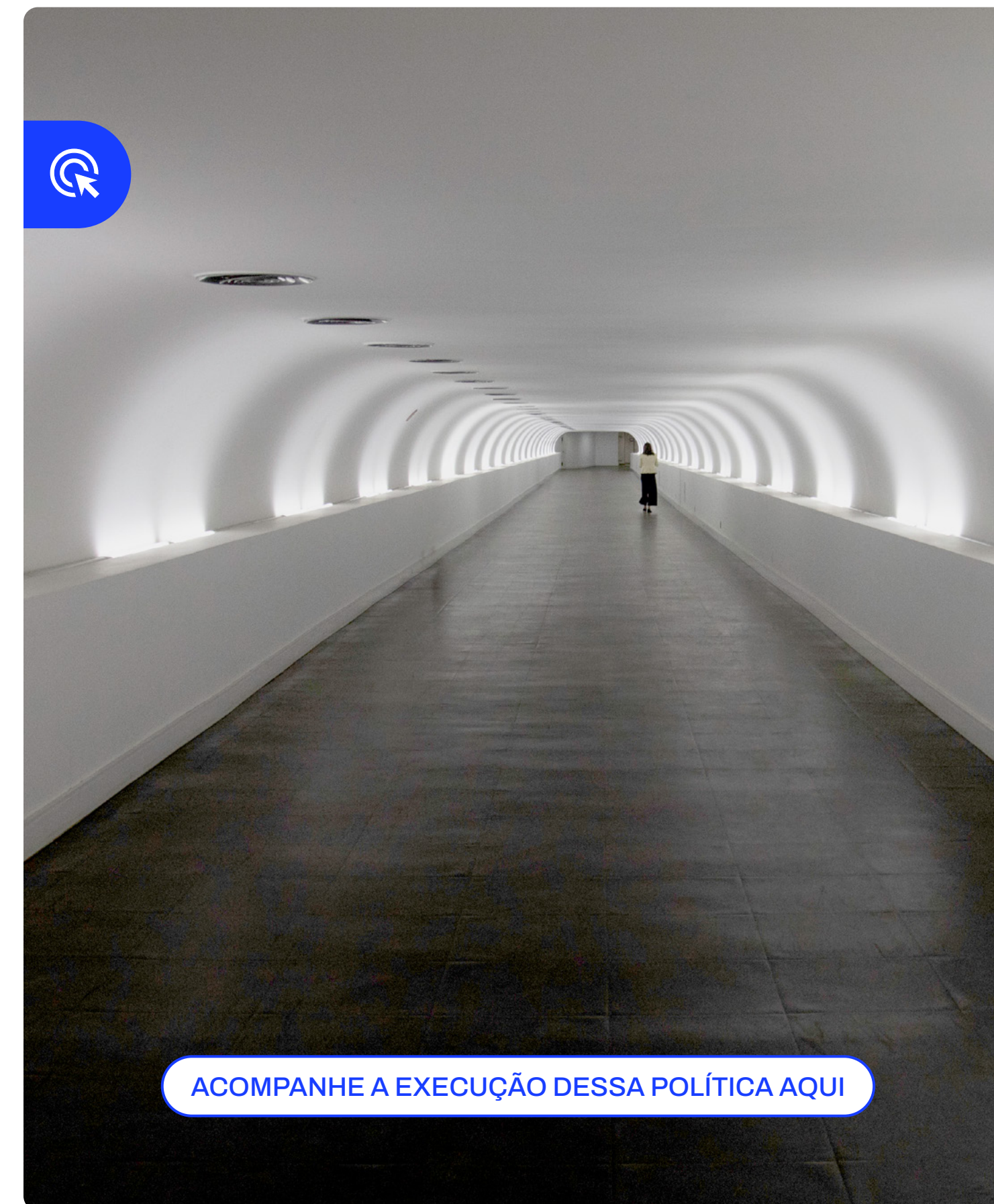
[Caderno de Logística](#) referente ao assunto.

A iniciativa conquistou o primeiro lugar no 28º Concurso de Inovação do Setor Público 2024, na categoria “Inovação em Serviços ou Políticas Públicas no Poder Executivo Federal”.

O foco principal da iniciativa é utilizar o poder de contratação do Estado para promover empregabilidade e inclusão social de mulheres em situação de violência doméstica

Além disso, o próprio MGI foi pioneiro na execução da política ao inserir 14 mulheres no contrato de assistente administrativo. Elas já estão trabalhando desde o segundo semestre do ano passado, tanto no ministério como nos órgãos atendidos pelo ColaboraGov em 2024. A perspectiva é de ampliação da política em 2025, pois, em Brasília, a cada nova demanda por contratação, a prioridade são as mulheres público-alvo, por meio de parceria firmada com a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal. Nos estados com parceria firmada, também serão abertas vagas ao longo do ano.

FOTO: Felipe Chemicatti / Acervo MGI



[ACOMPANHE A EXECUÇÃO DESSA POLÍTICA AQUI](#)

Selo PNUD de Igualdade de Gênero e Raça nas Instituições Públicas



A iniciativa oferece apoio e reconhecimento aos esforços das organizações do setor público para alcançar a **equidade entre homens e mulheres**, por meio de uma metodologia internacionalmente utilizada, que orienta a gestão da instituição nos avanços necessários e faz a medição dos progressos, certificando a organização, ao final do ciclo, com um selo de reconhecimento correspondente ao estágio alcançado (ouro, prata ou bronze).

Em julho de 2024, a ministra Esther Dweck assinou a adesão ao programa. Em seguida, a equipe do MGI passou a trabalhar nas atividades de implementação, em parceria com o PNUD, para contratação de consultoria especializada, que apoiará o ministério no levantamento de informações internas e proposição de plano de trabalho para o alcance das metas.

Instalação do Comitê de Participação Social, Diversidade, Equidade e Inclusão (CPADI)



Em dezembro de 2024 foi criada estrutura colegiada e de governança do MGI com a finalidade de subsidiar, acompanhar e criar iniciativas relacionadas a participação social, diversidade, equidade e inclusão.

O [CPADI](#) promove a interlocução com movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada para representatividade e escuta nas políticas públicas; incentiva a troca de experiências entre as unidades do ministério; facilita a articulação para efetividade de ações; e apoia a disseminação de soluções para a promoção da participação social, diversidade, equidade e inclusão na gestão organizacional e na formulação e implementação de políticas públicas. Assim, **o comitê constitui um modelo dinâmico, eficiente e participativo para a conscientização das áreas internas, produção e pulverização de iniciativas em suas temáticas para toda a estrutura do MGI.**

Projeto Cine Bloco K



Realizado ao longo do ano de 2024, o **Projeto Cine Bloco K exibiu mensalmente filmes e documentários relacionados a temas sociais**, como o enfrentamento à LGBTQIA+fobia, meio ambiente, direitos da juventude, direitos da pessoa idosa, importância do turismo para comunidades locais, direitos dos povos indígenas, Zumbi dos Palmares e consciência negra, entre outros.

Em dezembro, foi realizado um dia todo de festival, com exibição das 20 produções audiovisuais trabalhadas ao longo do ano, com realização de debate com participação de autoridades, diretoras/es e produtoras/es das obras apresentadas. A iniciativa ocorre no bloco K, onde fica o MGI na Esplanada dos Ministérios, em parceria com o Ministério do Planejamento e Orçamento, que ocupa o mesmo prédio. Sempre no horário de almoço, a exibição tem por público-alvo servidoras/es dos órgãos.

QUEM SOMOS

No MGI somos 8.781 servidoras e servidores. Desse total, 5.953 estão em exercício no órgão, ou seja, não estão atuando em outra instituição. Nesta seção você pode conhecer melhor o perfil das pessoas que atuam no MGI executando as políticas e entregando os resultados apresentados neste relatório à população.

 5.953

SERVIDORAS E SERVIDORES
ESTÃO EM EXERCÍCIO NO MGI

 833

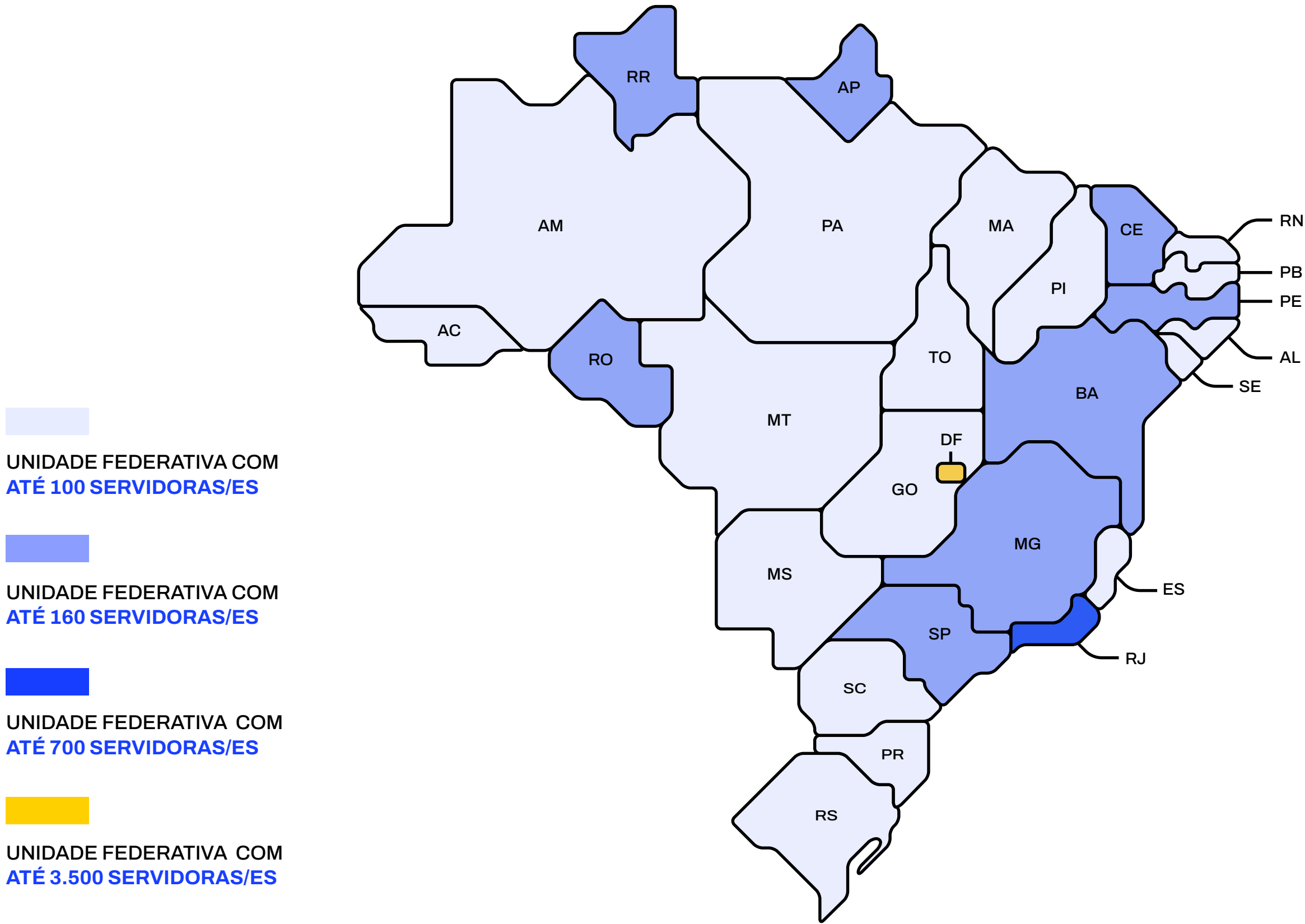
PODEM SE APOSENTAR
A QUALQUER TEMPO

esse número representa
aproximadamente 10%
de servidoras/es do ministério



Número de servidoras/es do MGI por unidade da Federação [UF]

O MGI está presente em todas as
unidades federativas

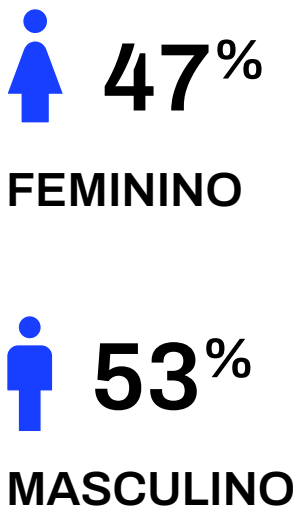


%	UF	Nº
0,38%	AC	23
0,87%	AL	52
0,70%	AM	42
1,78%	AP	106
1,78%	BA	137
2,30%	CE	120
55,11%	DF	3.281
1,12%	ES	67
1,12%	GO	67
0,94%	MA	56
2,04%	MG	122
1,05%	MS	63
0,65%	MT	39
1,32%	PA	79
1,32%	PB	79
2,57%	PE	153
0,92%	PI	55
1,12%	PR	67
10,68%	RJ	636
0,89%	RN	53
2,38%	RO	142
2,45%	RR	146
1,05%	RS	63
1,61%	SC	96
0,70%	SE	42
2,46%	SP	147
0,33%	TO	20
100%	TOTAL	5.953

O MGI OBSERVA AS POLÍTICAS SOCIAIS atualmente estabelecidas, em atendimento ao Decreto nº 11.443, de 2023. Nossos cargos e funções comissionados de liderança, de níveis 1 a 12, estão 45% ocupados por pessoas negras. Já os de níveis 13 a 17 estão em uma ocupação de 34%.

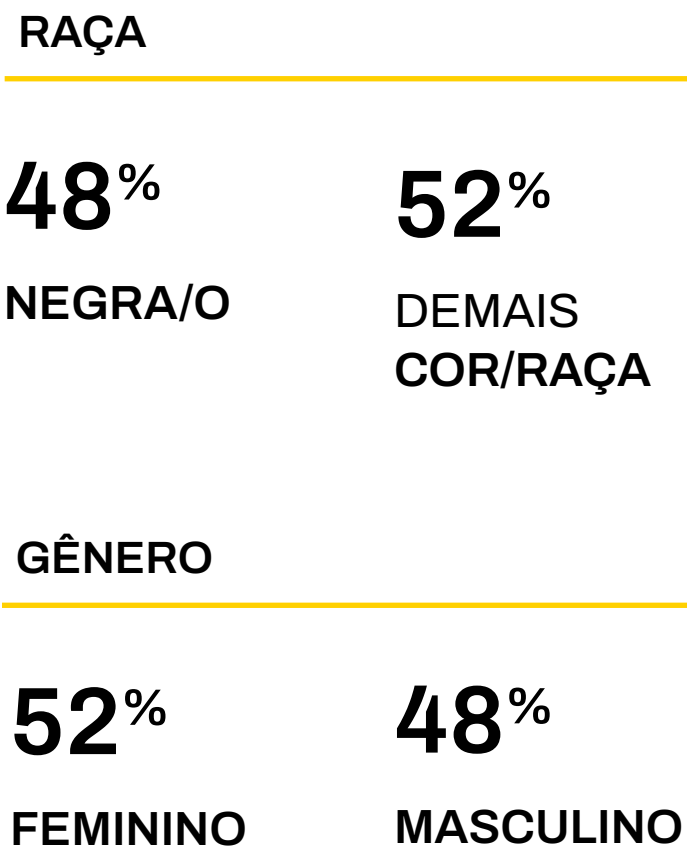
Além disso, é possível observar uma busca por equilíbrio de gênero nos cargos/funções de liderança. A numeração dos cargos de liderança reflete o nível na hierarquia organizacional, sendo que o 17 equivale a secretária/o de Estado. Ministra e secretária-executiva ocupam cargos de natureza especial, não abrangidos pelo Decreto nº 11.443/23.

DIVISÃO POR GÊNERO

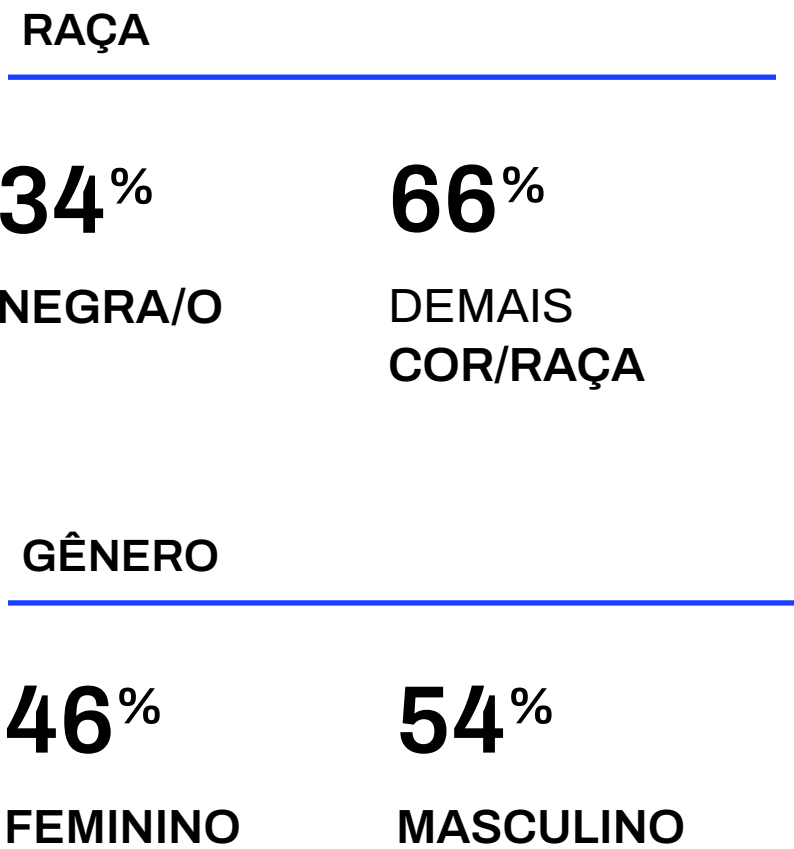


LIDERANÇA DO MINISTÉRIO

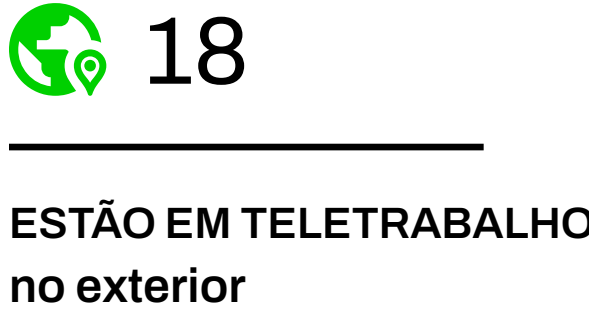
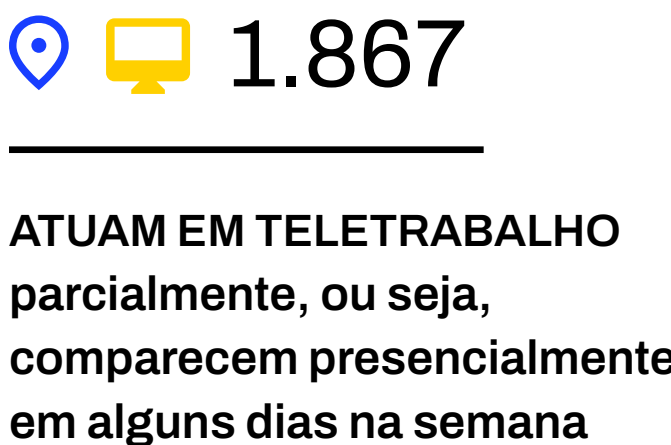
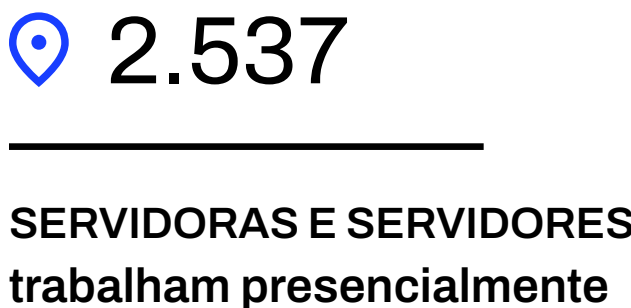
CARGOS CCE/FCE 1 A 12



CARGOS CCE/FCE 13 A 17



TELETRABALHO



O PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO é regulamentado pelas Instruções Normativas nº 24 e 53 de 2023, e, no MGI, é monitorado pelo Sistema Petrvs desde novembro de 2024. O modelo auxilia a substituição do tradicional controle de frequência de agentes públicas/os pelo de entregas de participantes, em vínculo com as entregas das unidades e da organização.

Governança, estratégia e desempenho

A TRAJETÓRIA DO MGI é guiada por uma visão clara de futuro e pelo compromisso em gerar valor para a sociedade brasileira. Definir aonde queremos ir e como pretendemos chegar exige planejamento estratégico, acompanhamento constante de metas e resultados e uma estrutura de governança capaz de apoiar decisões e assegurar o alinhamento em todo o percurso. Este capítulo revela como os esforços de gestão se traduzem em entregas concretas para a população.



O MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

(MGI) institucionalizou, ainda em 2023, seu Comitê Ministerial de Governança (CMG), responsável pela definição de estratégias e diretrizes de governança pública, inovação, planejamento, transparência, eficiência administrativa e difusão de melhores práticas de gestão. O comitê se reúne ordinariamente a cada três meses, com foco na avaliação da estratégia definida no planejamento estratégico institucional do ministério.

Em 2024, o CMG se reuniu quatro vezes para avaliar a estratégia do MGI e outras entregas vinculadas aos direcionadores estratégicos do órgão, como sua [cadeia de valor](#). As reuniões evidenciaram o compromisso do ministério com a transformação do Estado e o desenvolvimento sustentável, a partir da discussão de temas como:

- Ritos de monitoramento estratégico periódicos
- Revisão dos riscos estratégicos
- Informes gerenciais sobre atividades de comitês temáticos
- Organização e participação do ministério em grandes eventos, como a reunião do G-20 Brasil 2024 e o 29º Congresso do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD
- Ações em resposta às enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024

Por meio da estrutura de governança do MGI, o CMG e demais comitês temáticos do ministério debatem os resultados alcançados e as perspectivas de futuro dos programas e iniciativas estratégicas. Essa estrutura se configura como um **espaço de diálogo e apoio à alta administração governamental para melhorar o desempenho institucional e aprimorar o processo decisório.**



ESTACIONAMENTO COM CARROS, dois edifícios da Esplanada e Catedral Metropolitana e Museu da República ao fundo.

ESTRATÉGIA

Ainda em 2023, o MGI definiu seu mapa estratégico com vigência até 2027. **Os objetivos estratégicos abarcam áreas fundamentais para a transformação do Estado, como promover a inovação na gestão pública, valorizar servidoras/es públicas/os, modernizar processos de compras e gerir de forma eficiente o patrimônio público.** Esses objetivos estão alinhados ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e às políticas nacionais de modernização da administração pública, buscando consolidar um **Estado mais eficiente, inclusivo e sustentável.**

Os indicadores de desempenho vinculados aos objetivos incluem métricas como:

- Aumento da digitalização dos serviços públicos por meio da plataforma gov.br
- Emissão e implementação da Carteira de Identidade Nacional (CIN) em todas as unidades da Federação
- Ampliação da destinação de imóveis da União para políticas públicas, especialmente para habitações de interesse social

As metas pactuadas para o ano abrangeram consolidar a governança digital, democratizar relações de trabalho e ampliar a acessibilidade dos serviços públicos. Em 2024, foram alcançados resultados expressivos, como a implementação de sistemas de identificação mais seguros, a realização de reformas no modelo de concursos públicos e a expansão de iniciativas de transformação digital em parceria com estados e municípios, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pelo PPA 2024-2027.

Os resultados alcançados em 2024 significaram também uma economia acumulada superior a R\$ 3 bilhões, devido à interoperabilidade de dados e à destinação de 412 imóveis da União para programas e políticas públicas estratégicas. Esses avanços demonstram o impacto das iniciativas estratégicas do MGI no fortalecimento da capacidade estatal e na melhoria de políticas públicas, cumprindo sua missão de promover uma administração pública mais inovadora, sustentável e voltada para as necessidades da sociedade.

Monitoramento da estratégia do MGI

O MGI tem desempenhado um papel estratégico na modernização do serviço público brasileiro, com foco em eficiência, transparência e inovação. Programas com impacto social positivo têm sido impulsionados por uma gestão mais alinhada e focada em resultados.

Após a publicação do PPA 2024-2027, o MGI realizou oficinas, entre junho e julho de 2024, com diversas secretarias para revisar e alinhar o planejamento estratégico a outras estratégias de governo. Esses encontros também permitiram avançar nas iniciativas estratégicas. Em 2025, novas oficinas serão realizadas para aperfeiçoar os processos de planejamento e definir resultados-chave quantitativos, priorizando a eficiência das iniciativas.

O monitoramento contínuo das iniciativas estratégicas tem identificado oportunidades de melhoria, promovendo maior integração entre secretarias, o compartilhamento de

boas práticas e o fortalecimento de uma cultura organizacional orientada a resultados. Dessa forma, as entregas apresentadas neste relatório refletem o impacto dessa abordagem inovadora.

Com base nos avanços de 2024, o ministério está desenvolvendo uma nova versão do Sistema de Gestão da Estratégia (SisGE), que aprimorará o monitoramento estratégico com maior produtividade e assertividade. Essa modernização reforça o compromisso do MGI com a entrega de políticas públicas de qualidade, otimizando recursos e beneficiando servidoras/es e sociedade. Assim, o ministério consolida sua posição como referência em gestão pública, promovendo soluções modernas e sustentáveis para os desafios do país.

Até o momento, as ações de curto prazo têm sido planejadas e monitoradas mensalmente, com base em diretrizes estratégicas e resultados esperados. Em reuniões trimestrais, a ministra de Estado recebe informações de secretarias e diretorias responsáveis, assegurando alinhamento e controle das entregas prioritárias. Essa prática garante que os projetos estejam em conformidade com os objetivos de longo prazo estabelecidos no PPA 2024-2027.

Com o novo sistema, o MGI espera aprimorar seu planejamento e monitoramento, com metas anuais que possibilitem maior precisão no acompanhamento dos resultados e na prestação de contas à sociedade.

MAPA ESTRATÉGICO MGI 2023-2027

MISSÃO

AMPLIAR E QUALIFICAR A GESTÃO, OS SERVIÇOS E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.

VISÃO

ATUAR COMO LIDERANÇA DA TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO, fundada nos valores democráticos, para a promoção da inovação em políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento sustentável e o pleno exercício da cidadania.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

PROMOVER A INOVAÇÃO, A MELHORIA DA GESTÃO E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS em articulação com instituições da administração pública federal, cooperação federativa com estados e municípios e diálogo com a sociedade

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

VALORIZAR AS SERVIDORAS E OS SERVIDORES PÚBLICOS PARA PLENO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES e melhoria da qualidade do serviço prestado, aprimorando concursos e carreiras, promovendo a profissionalização da burocracia e a democratização das relações de trabalho

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

APERFEIÇOAR MODELOS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS e parcerias públicas como instrumentos de indução ao desenvolvimento inclusivo e sustentável do país

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8

FORTALECER AS EMPRESAS ESTATAIS, COM ADEQUADA GOVERNANÇA CORPORATIVA, revalorizando a propriedade pública e seu papel no desenvolvimento inclusivo e sustentável do país

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

CONSOLIDAR E GERIR A INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS para facilitar a governança, a integração e o uso de dados nas políticas públicas com segurança, respeito à privacidade e à proteção das informações

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

LIDERAR E PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL da administração pública, em cooperação federativa, com segurança, transparência e foco nas pessoas

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

APRIMORAR O USO E A DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO por meio da gestão participativa, racional, socioambientalmente justa, priorizando o atendimento às políticas públicas

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9

APRIMORAR OS PROCESSOS E SERVIÇOS DE GESTÃO PATRIMONIAL, com transformação digital e foco nas pessoas

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12

FORMAR E DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS DOS AGENTES PÚBLICOS, necessárias para melhor servir à sociedade, com agilidade e inovação adaptadas aos contextos dinâmicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

CONSOLIDAR O SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E IMPLANTAR A CARTEIRA DE IDENTIDADE NACIONAL em todo o país, ampliando o acesso aos serviços públicos e a confiança na relação com a população

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

AMPLIAR O ACESSO AOS DOCUMENTOS, por meio do fortalecimento da gestão de documentos e arquivos, assegurando o direito à informação e à memória do país

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

APERFEIÇOAR ESTRUTURAS DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL, modelos de governança e gestão para mais e melhores políticas públicas

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13

PROVER SERVIÇOS DE SUPORTE COMPARTILHADOS e difundir soluções de alta qualidade para toda administração pública federal

VALORES



COLABORAÇÃO



DEMOCRACIA



DIVERSIDADE



INTEGRIDADE



PARTICIPAÇÃO



QUALIDADE



SUSTENTABILIDADE

Mais da metade das respostas do MGI ao levantamento iESGo atingiu o estágio aprimorado, com somente 18,56% das práticas em estágios mais incipientes de maturidade (estágios inicial e inexpressivo). As unidades diretamente envolvidas nas temáticas com respostas insatisfatórias elaboraram, então, um plano de ação para melhorar os itens mais sensíveis. Dos 18 itens críticos, 8 (8,25%) já foram considerados atendidos ainda em 2024, e 10 (10,31%) estão em processo de atendimento.

Em síntese, o MGI tem buscado qualificar as respostas para a próxima edição do levantamento, aperfeiçoar práticas já existentes e implementar ações de governança, com foco em sustentabilidade social e ambiental (subíndice com o menor percentual alcançado no ano de 2024 – e único, dos listados a seguir, em que a pontuação obtida pelo MGI não ficou acima da média dos seus pares).

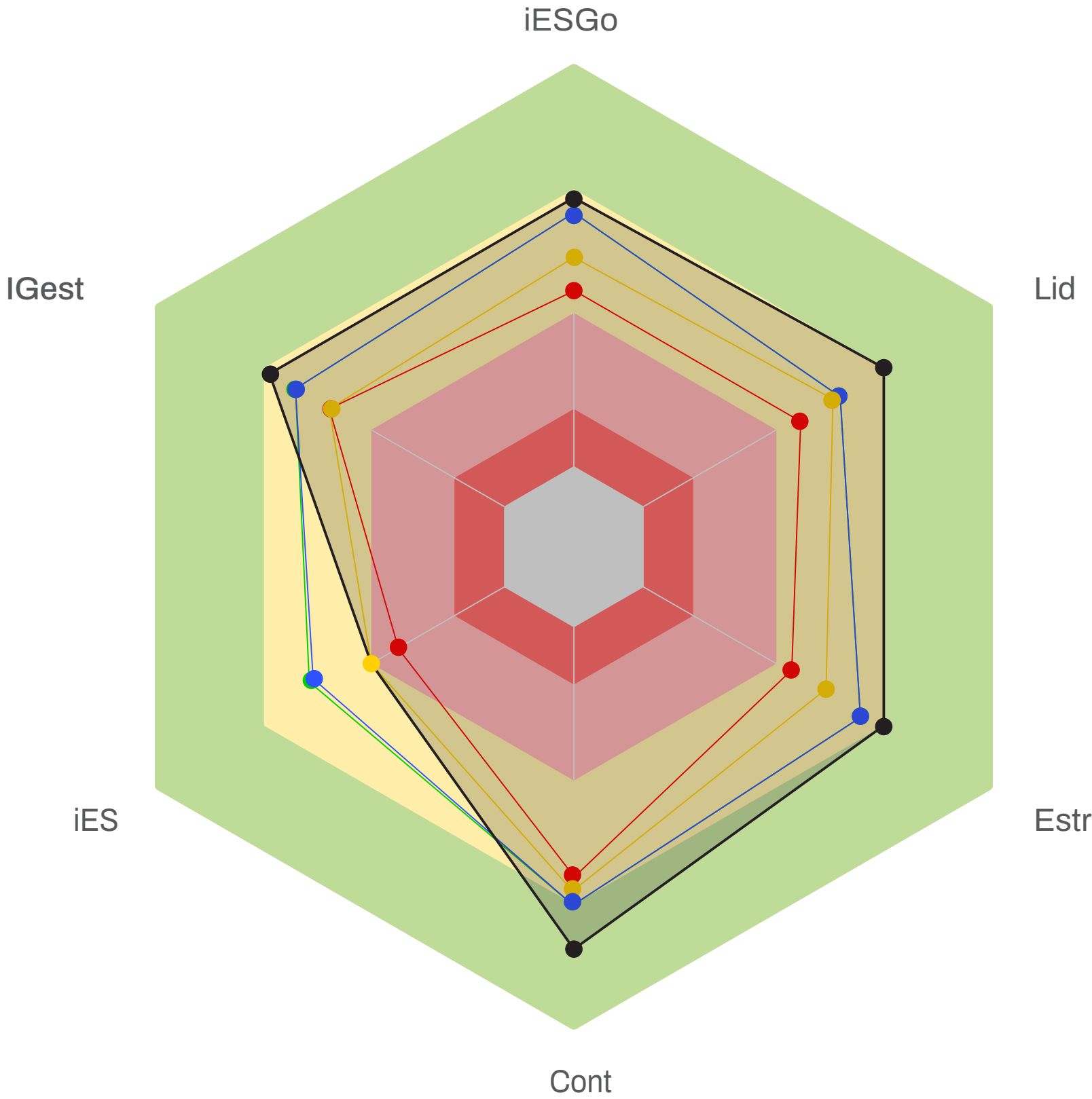
IESGo 2024 MGI

Indicador IESGo
Índice ESG

- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- Área temática: ministério
- Natureza jurídica: órgão público
- Administração: direta
- Poder: Executivo

FAIXA DE CLASSIFICAÇÃO

	Aprimorado	70 a 100%
	Intermediário	40 a 69,9%
	Inicial	15 a 39,9%
	Inexpressivo	0 a 14,9%



▪ iESGo
Índice ESG

▪ Lid
Capacidade em
Liderança

▪ Estr
Capacidade em
Estratégia

▪ Cont
Capacidade em
Controle

▪ iES
Índice Integrado de
Sustentabilidade
Ambiental e Social

▪ iGest
Índice de Gestão
Pública

PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E DE CORREIÇÃO

EM 2024, O MGI ADOTOU UMA SÉRIE DE AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO, como o início da operação piloto do Sistema de Controle de Demandas, que objetiva aperfeiçoar o gerenciamento de demandas de órgãos de controle e a produção de relatórios com informações de qualidade; cooperação na proposta de regulamentação de dispositivos da nova Lei de Licitações e Contratos relacionados à gestão de riscos e de controle preventivo; e monitoramento do Plano de Integridade da Pasta para reporte ao Subcomitê de Integridade (SI) e ao Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle (CITARC). Em destaque está o apoio executivo prestado na realização das diversas reuniões periódicas do CITARC, do SI e da Rede GIRC (Governança, Integridade, Riscos e Controles), concebida para estimular o debate e a sistematização de boas práticas relacionadas à governança, integridade, gestão de riscos e controles internos.

Entre as ações de controle conduzidas no MGI, em 31 de dezembro de 2024 havia 99 abordagens de órgãos de controle em curso na Pasta, sendo 16 realizadas pela CGU e 83 conduzidas pelo TCU. Na ocasião, o sistema e-Aud da CGU registrava 383 recomendações em monitoramento no

MGI, sendo 68 já tratadas e respondidas, mas aguardando análise pela CGU; e 315 recomendações a serem tratadas e respondidas no prazo fixado. Desse total, 129 tiveram o monitoramento iniciado em 2024. Outras 181 recomendações ao MGI foram concluídas pela CGU no ano de 2024.

Em relação às deliberações do TCU, em 31 de dezembro de 2024 havia 96 acórdãos em monitoramento, com 230 recomendações ou determinações ao MGI. O número abrange 95 deliberações já tratadas e respondidas, mas pendentes de análise pela Corte de Contas, e 119 deliberações ainda em tratamento.

Corregedoria

Ao longo de 2024, o MGI, por meio de sua corregedoria, analisou 141 processos entre denúncias e representações. Destes, 70 foram arquivados e seis foram encaminhados para procedimento acusatório e um para sindicância patrimonial. Em relação às apurações, foram instaurados 15 processos correccionais (11 processos administrativos disciplinares; três processos administrativos de responsabilização e uma sindicância acusatória). Diante do descumprimento de um termo de ajustamento de conduta, um processo foi convertido em processo administrativo disciplinar.

No período, foram julgados 20 processos correccionais, que resultaram em uma demissão; uma destituição de cargo; 14 arquivamentos sem aplicação de penalidade; duas anulações parciais de processos e dois pedidos de revisão. Entre

as condutas investigadas, apuradas e julgadas no MGI estão: acúmulo ilícito de cargos públicos; reconhecimento de dívida; valimento do cargo para favorecimento próprio ou de terceiros; e conflito de interesses e dilapidação do patrimônio. Para mais informações, acesse [@ aqui](#).

Comissão de ética

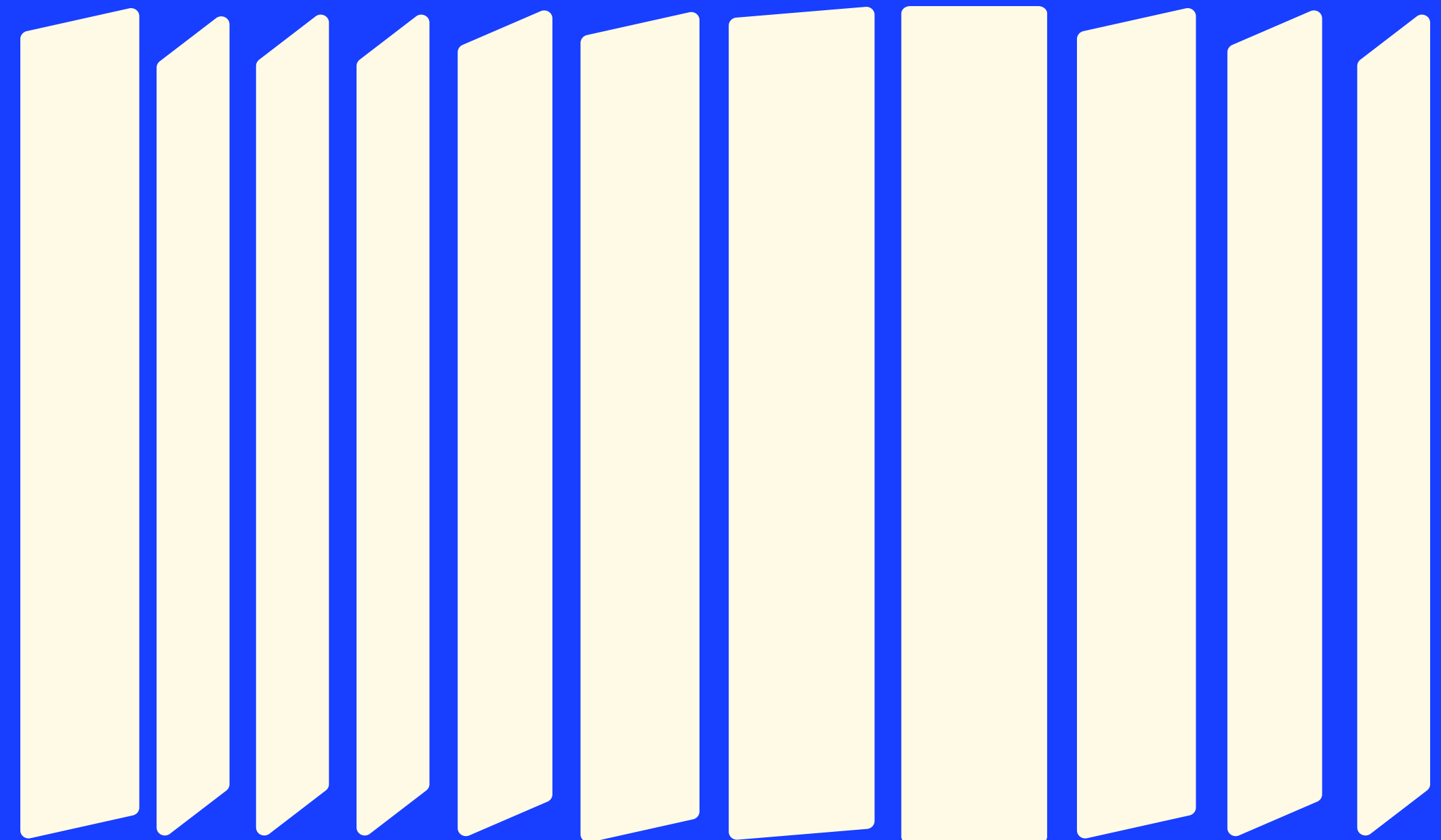
Em 2024, no seu segundo ano de atuação, a Comissão de Ética do MGI consolidou-se como instância consultiva e orientativa de referência, desempenhando um papel essencial na promoção de um ambiente organizacional pautado pela confiança, respeito mútuo e ética. Ao longo do ano, a comissão conduziu reuniões ordinárias e extraordinárias, recebeu denúncias sobre possíveis desvios éticos, analisou consultas relacionadas a conflitos de interesse e pedidos de autorização para o exercício de atividades privadas.

A Comissão de Ética também implementou ações estratégicas voltadas para a conscientização e prevenção, como a iniciativa Comissão de Ética em Ação, com palestras sobre ética no trabalho, comunicação não-violenta e saúde mental. Estendeu sua atuação ao organizar o evento Pró-Integridade Convida, abordando o tema do conflito de interesses, e Conversa com Especialista, que visou à capacitação contínua de participantes.

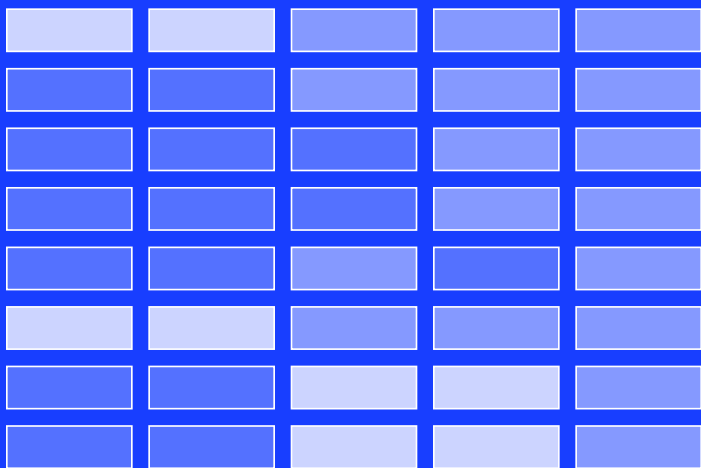


DESEMPENHO DO MGI EM 2024

A seguir, o MGI apresenta os principais resultados obtidos durante o ano de 2024, relacionados à sua estratégia.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 1



PROMOVER A INOVAÇÃO, A MELHORIA DA GESTÃO E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, em articulação com instituições da administração pública federal, cooperação federativa com estados e municípios e diálogo com a sociedade

A partir de uma revisão da estratégia em 2024, o **OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 do MGI se tornou central e transversal no mapa estratégico, funcionando como alicerce que sustenta e orienta os demais objetivos.** Ao promover a inovação, a melhoria da gestão e a qualidade dos serviços públicos em articulação com diversos níveis de governo e diálogo com a sociedade, ele estabelece uma base de colaboração, eficiência e responsabilidade que permeia todas as ações estratégicas. Assim, o objetivo 1 cria o ambiente necessário para o desenvolvimento de políticas públicas mais integradas, modernas e responsivas às demandas da sociedade.

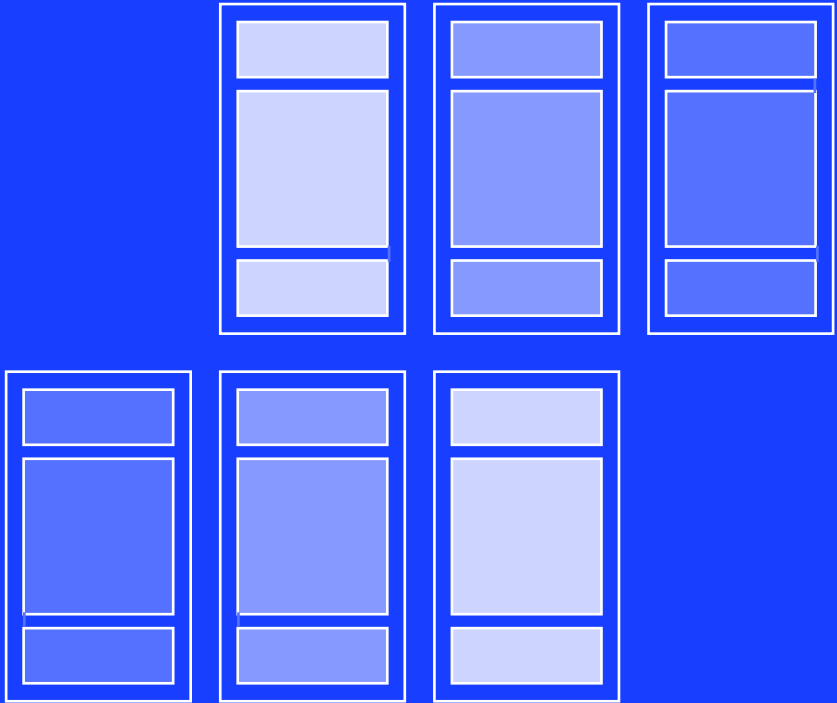
Essa transversalidade se reflete no suporte direto a outros objetivos. Por exemplo, a valorização de servidoras/es públicas/os (objetivo estratégico 2) e o aprimoramento das competências de agentes públicas/os (objetivo estratégico 12) dependem de uma gestão inovadora e articulada que assegure a profissionalização e o fortalecimento da

burocracia estatal. Da mesma forma, a transformação digital da administração pública (objetivo estratégico 3) e a consolidação de infraestruturas de dados (objetivo estratégico 11) só podem ser plenamente alcançadas com uma governança eficiente e um diálogo contínuo entre diferentes níveis de governo e a sociedade.

O objetivo estratégico 1 é também um pilar estratégico que orienta a implementação de iniciativas de grande alcance. **Ele assegura que essas ações sejam guiadas por princípios de inovação, qualidade e gestão integrada, fundamentais para o fortalecimento da confiança pública.** Assim, ao direcionar e dar coesão às estratégias do MGI, o objetivo estratégico 1 alinha os objetivos específicos e reafirma o compromisso com a modernização e a eficiência do serviço público brasileiro, sempre com foco nas pessoas e no desenvolvimento sustentável.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

VALORIZAR AS SERVIDORAS E OS SERVIDORES PÚBLICOS PARA PLENO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES e melhoria da qualidade do serviço prestado, aprimorando concursos e carreiras, promovendo a profissionalização da burocracia e a democratização das relações de trabalho



Valorizar as servidoras e os servidores públicos é fundamental para garantir que desempenhem suas funções com excelência e comprometimento. A valorização se traduz em investimentos em capacitação e formação contínua, que aprimoram habilidades técnicas e promovem um ambiente de trabalho mais motivador e colaborativo. Além disso, a revisão e a modernização dos concursos públicos e das carreiras são essenciais para atrair e reter talentos, assegurando que profissionais estejam alinhadas/os com as demandas contemporâneas da administração pública. Ao oferecer oportunidades de crescimento e desenvolvimento, cria-se um ciclo virtuoso que

beneficia tanto servidoras/es quanto sociedade, resultando em serviços públicos de maior qualidade.

A promoção da profissionalização da burocracia e a democratização das relações de trabalho são passos cruciais para fortalecer a confiança da população nas instituições públicas. Ao estabelecer processos transparentes e justos, que valorizem a diversidade e a inclusão, é possível construir um ambiente em que todas as pessoas se sintam respeitadas e ouvidas. **Com servidoras/es preparadas/os e motivadas/os, a administração pública se torna mais responsiva às necessidades da sociedade, contribuindo para um governo mais justo e eficaz.**





INICIATIVA ESTRATÉGICA

Concurso Público Nacional Unificado (CPNU)

O MGI implementou o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), uma iniciativa inovadora que visa a preencher **6.640 vagas em diversos cargos de 21 órgãos** e entidades do Poder Executivo federal. Em 18 de agosto de 2024, cerca de 970 mil candidatos de todo país participaram da prova do CPNU. A conclusão do concurso está prevista para 2025, quando as primeiras pessoas aprovadas começarão a assumir seus cargos. O CPNU tem como objetivos:

- **AMPLIAR E FOMENTAR** a democratização do acesso da população às oportunidades
- **COMPOR OS QUADROS DO SETOR PÚBLICO**, promovendo maior inclusão e representatividade regional
- **REALIZAR UMA SELEÇÃO CÉLERE E SIMULTÂNEA** para distintos órgãos com muitas vagas, padronizando e qualificando os processos de seleção

Com isso, **busca-se fortalecer as capacidades do Estado na prestação de políticas públicas**. Com servidoras e servidores mais representativos de todas as diferentes regiões do país, com vivência em diferentes contextos, será possível, ao longo do tempo, a formulação de políticas públicas mais aderentes às realidades regionais, contribuindo, assim, para maior efetividade em todo o país.



FOTO: Tânia Rêgo / Agência Brasil



FOTO: Paulo Pinto / Agência Brasil

EM AGOSTO DE 2024, as provas do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) mobilizaram 970 mil candidatos de todo o país



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento da gestão do atendimento a aposentados e pensionistas, da gestão documental e da gestão de pessoas dos ex-territórios

Em 2024, as iniciativas focaram na **integração e humanização do atendimento a 171 mil pessoas aposentadas e pensionistas**, priorizando as necessidades específicas de acessibilidade desse grupo. Isso resultou no aumento da celeridade e confiabilidade na prestação do serviço. O tempo médio para a concessão de pensões ficou abaixo de 11 dias, enquanto o de aposentadorias foi inferior a 29 dias, eliminando a espera por requerimentos de aposentadorias e reduzindo o tempo de análise das revisões de pensões.

O MGI também realiza a gestão de aproximadamente 30 mil pessoas, entre servidoras, aposentadas e pensionistas, advindas dos ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. No ano de 2024, o MGI recebeu o aporte da força de trabalho de 3 mil servidoras/es transpostas/os à União e atuou para sua alocação ótima em cerca de 100 órgãos de todos os Poderes, de maneira capilarizada por todo território nacional.

Neste ano, ocorreu ainda a instalação da Fábrica de Digitalização, que atingiu a marca de 6,3 milhões de imagens e 15 mil processos digitalizados em 2024 para assentamentos funcionais. A ação contribui ainda para a inclusão, pois envolve parceria com associação de pessoas com deficiência, que emprega 55 profissionais no projeto.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Consolidação do ciclo laboral do servidor com enfoque no desenvolvimento, desempenho individual e gestão estratégica de pessoas

Em 2024, o MGI realizou quatro importantes ações:

1. Estabeleceu critérios e procedimentos claros para a avaliação de servidoras/es em estágio probatório, que serão publicados em decreto presidencial, tornando o processo mais justo e padronizado
2. Lançou a pesquisa Vozes do Serviço Público, que colheu informações de 55 mil servidoras/es federais para melhorar condições de trabalho
3. Elaborou instrução normativa sobre a acumulação de cargos públicos, a ser publicada em 2025, alinhada às regras constitucionais. O normativo vai permitir identificar e resolver possíveis casos de acumulação indevida de cargos
4. O Programa LideraGov, voltado para o desenvolvimento de líderes em cargos de alta gestão, promoveu, na sua última edição, a formação de 51 servidoras/es efetivas/os autodeclaradas pretas/os e pardas/os. O intuito é acelerar o atingimento da igualdade de raça na administração pública federal e **fomentar a representatividade racial entre as lideranças do setor público.**



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Reestruturação do sistema de carreiras

Em 2024, a lei de reestruturação de carreiras (Lei nº 14.875, de 31 maio de 2024) reorganizou cargos e carreiras públicas de impacto social com vistas ao fortalecimento das políticas das áreas sociais, da tecnologia da informação, do setor da mineração e da segurança pública. Ela permitiu a criação de uma carreira específica para melhor atendimento de um grupo sub-representado da sociedade brasileira — os povos indígenas.

Em seguida, o MGI publicou diretrizes para otimização e racionalização dos planos, carreiras e cargos efetivos na Portaria MGI nº 5.127, de 13 de agosto de 2024. O normativo traz orientações para a simplificação da estrutura de carreiras, privilegiando o agrupamento daquelas com atribuições semelhantes e a criação de carreiras transversais. Com a medida, pela primeira vez, o governo federal estabelece e dá transparência a premissas que devem orientar e organizar o sistema para o futuro.

Por fim, o MGI coordenou a Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, que estabelece **reajustes salariais, em 2025 e 2026, para 100% de servidoras/es e empregadas/os públicos do Poder Executivo federal**; reestruturação de cargos efetivos, planos de cargos e carreiras; e alteração das regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, entre outros temas.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Realização do dimensionamento da força de trabalho

O dimensionamento da força de trabalho identifica lacunas e levanta necessidades de pessoal e perfis profissionais. A metodologia permite dimensionar as necessidades de novas contratações, demonstrar entregas represadas e, assim, otimizar a alocação de servidoras/es com base nos perfis e necessidades de entregas.

Com esse propósito, em 2024, o dimensionamento da força de trabalho foi iniciado em 50% dos órgãos e entidades da administração pública federal, já tendo sido implementados totalmente em 10% destes.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Transformação digital em gestão de pessoas

O MGI se dedicou, em 2024, a transformar a gestão de pessoas pelo uso de tecnologias digitais inovadoras, tornando-a mais eficiente e estratégica. Assim, implementou diversas soluções digitais que agregam segurança, comodidade e acessibilidade a servidoras/es, aposentadas/os e pensionistas – um público de 1,3 milhão de pessoas.

Entre as medidas, destacam-se:

- Disponibilização da funcionalidade de ingresso, por via totalmente digital, às pessoas aprovadas em concursos públicos da administração pública federal
- Realização de prova de vida por meio de biometria via aplicativo sou.gov
- Realização do ciclo de validação cadastral por meio digital, com a inclusão de dados sobre raça/cor, que embasarão estudos e políticas futuras
- Antecipação via sistema do pagamento do 13º salário para servidoras/es federais do Rio Grande do Sul para amenizar as consequências da calamidade resultante de fortes chuvas que atingiram o estado em 2024
- Investimento na infraestrutura de dados com a criação de repositório para centralizar o armazenamento de dados de gestão de pessoas



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Instituição da Unidade Gestora Centralizada dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) da União (Uniprev)

Em 2024 o MGI apresentou à Casa Civil uma nova proposta para instituir uma entidade gestora exclusiva para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União. O texto foi encaminhado para aprimoramento e posterior envio ao Congresso Nacional. A expectativa é que a centralização traga ganhos de escala, mais eficiência decorrente da padronização e otimização de processos, redução de erros e prevenção de possíveis fraudes. Experiências de centralização em outros entes revelaram também ganhos em transparência, controle e democratização.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Coordenação do Plano Federal de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação na Administração Pública

Em 2024, foram instituídos o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação e, relacionado a ele, **o plano federal**. Um dos objetivos do plano é **fomentar a gestão humanizada nos espaços institucionais, sejam eles físicos ou virtuais, com escuta ativa, orientação e acompanhamento das pessoas afetadas, de modo a mitigar os riscos psicossociais da violência no trabalho.**

Para isso, ele detalha ações de prevenção, acolhimento, sensibilização, capacitação, entre outras.

O programa foi resultante de processo participativo. Ainda em 2023, o governo federal instituiu um grupo de trabalho interministerial liderado pelo MGI para garantir que seus órgãos mantenham uma cultura laboral baseada no respeito mútuo e na dignidade humana, prevenindo situações de assédio e discriminação. O relatório final foi entregue em fevereiro de 2024 e subsidiou o [Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024](#), que instituiu o programa. Ele engloba o plano federal e planos setoriais de implementação e monitoramento.

O plano federal foi instituído pela [Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024](#). Já os planos setoriais referem-se à implementação do plano federal em cada um dos órgãos do Poder Executivo federal.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Tratamento às demandas da Mesa Central de Negociação Permanente

A Mesa Nacional de Negociação Permanente, criada originalmente pelo governo Lula em 2003, foi interrompida em 2016 e reativada em 2023. Com a retomada do instrumento de participação democrática, o governo federal restabeleceu o diálogo com as representações de servidoras e servidores. A MNNP é constituída de uma Mesa Central, que trata de pautas de interesse geral de todas as categorias e que tenham impacto orçamentário, além de Mesas Específicas e Temporárias e Mesas Setoriais.

Em 2024, a Mesa Central celebrou o Termo de Compromisso nº 1, garantindo aumento de 52% no valor do auxílio-alimentação do corpo funcional, que passou de R\$ 658 para R\$ 1.000. Somado ao reajuste concedido em 2023, o reforço no auxílio-alimentação chegou a 118% desde o início do governo. Em 2024 também houve ampliação de 51% no valor da assistência pré-escolar, que subiu de R\$ 321 reais para R\$ 484,90. Já a assistência à saúde (per capita) foi reajustada em percentuais que variaram entre 5% e 100%, a depender da idade e da renda de beneficiárias/os. Essas mudanças entraram em vigor em 1º de maio de 2024, beneficiando todas as servidoras e servidores do Poder Executivo federal.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Tratamento às demandas das Mesas Específicas e Temporárias

As Mesas Específicas e Temporárias da Mesa Nacional de Negociação Permanente tratam de demandas com impacto orçamentário, trazidas pelas entidades representativas das carreiras ou cargos.

Em 2024, o MGI firmou 42 acordos com representações de servidoras/es, resultando em ganhos reais ao funcionalismo, diante da inflação estimada para o período. Os acordos de 2024 envolvem reajuste médio de 27% até 2026, ampliação de tabelas salariais, alteração do intervalo para progressão e promoção, entre outras medidas que conferem maior racionalidade às trajetórias laborais de servidoras/es.

Para materializar os compromissos desses acordos, o governo publicou a Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024. Com as medidas de 2023 e 2024, além de outros normativos editados no período, **os reajustes do atual governo alcançam a totalidade de servidoras e servidores civis do Poder Executivo federal.**



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Acompanhamento de demandas sobre condições de trabalho nas Mesas Setoriais

Em 2024, foram instituídas 12 Mesas Setoriais. Elas envolvem tratativas coletivas de caráter específico sem impacto orçamentário. Cabe a cada órgão a sua instalação e funcionamento, sempre que solicitado pelas entidades sindicais representativas de servidoras/es do órgão.

O MGI faz o acompanhamento e fornece orientações, se necessário, durante o processo de negociação.



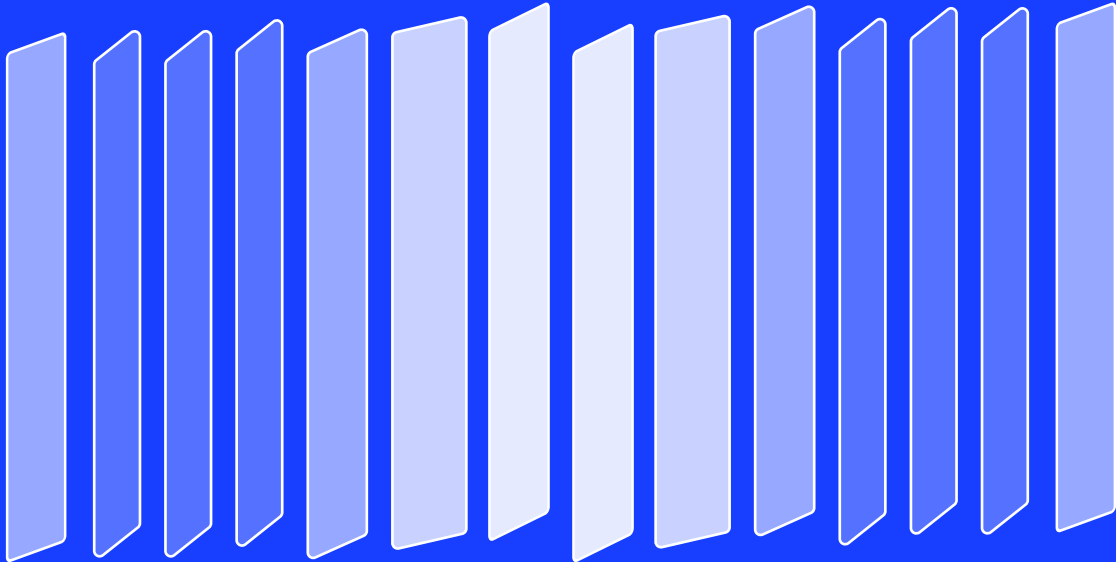
INICIATIVA ESTRATÉGICA

Regulamentação da negociação coletiva no âmbito da administração pública federal

A Mesa Nacional de Negociação Permanente preencheu, no Poder Executivo federal, a lacuna deixada pela Constituição de 1988, que garantiu a organização sindical para servidoras/es, mas não assegurou o direito à negociação. Em 2024, o grupo de trabalho interministerial bipartite (com bancadas sindical e governamental), coordenado pelo MGI, discutiu a regulamentação do direito à negociação e à greve, levando em conta tanto a centralidade do movimento sindical para a democracia quanto o direito da população de acessar os serviços públicos. O resultado foi uma minuta de projeto de lei em fase final de análise no MGI que, em seguida, será submetido ao Congresso Nacional.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

LIDERAR E PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em cooperação federativa, com segurança, transparência e foco nas pessoas



O OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 busca consolidar a plataforma gov.br, expandir o governo digital em estados e municípios (Rede gov.br e a Estratégia Nacional de Governo Digital), avançar na transformação digital no nível federal, fortalecer a maturidade da privacidade e segurança da informação e

evoluir a governança dos recursos de tecnologia da informação (TI) dos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo federal (SISP), considerando a **qualidade e acessibilidade dos serviços prestados pelo Estado**.





INICIATIVA ESTRATÉGICA

Expansão da Plataforma gov.br

OS SERVIÇOS PÚBLICOS FEDERAIS ESTÃO REUNIDOS EM UM ÚNICO LUGAR: A PLATAFORMA GOV.BR. São mais de 4,9 mil serviços públicos disponíveis, 90% digitais. Assim, as pessoas economizam tempo e dinheiro ao acessar serviços a partir de seus dispositivos eletrônicos, sem sair de sua rotina.

Isso inclui serviços como agendamento de consultas no Sistema Único de Saúde (SUS) e prova de vida para que aposentadas/os, pensionistas e outras pessoas possam seguir recebendo benefícios sociais. A expansão da plataforma gov.br possibilita que mais brasileiras/os possam ter acesso aos serviços digitais com melhor experiência e com maior segurança.

Uma das entregas que se destacou em 2024 foi o desenvolvimento e a implantação de uma barra padrão nos diferentes sistemas e portais que integram a plataforma gov.br, possibilitando o acesso tanto aos ambientes (links) de forma uniformizada quanto ao espaço criado. Com isso, as pessoas podem acessar informações relativas ao seu relacionamento com os órgãos do governo a partir do login gov.br e, ainda, ter acesso, de forma simplificada e direta, a documentos como a carteira nacional de habilitação e a certidão negativa de débitos. Mecanismos de segurança (autenticação de dois fatores, por exemplo) permitem melhor gestão da sua identidade gov.br. Para mais informações, acesse [aqui](#).

Outros dados importantes são o número de contas ativas gov.br e de alguns serviços prestados até dezembro de 2024:

	TOTAL DE CONTAS bronze, prata e ouro	169.237.800
	Contas ouro	63.806.026
	Contas prata	29.857.282
	Contas bronze	75.574.492
	Contas ouro e prata	93.663.308
	Contas ativas	197 milhões
	Assinatura digital	191.138.428
	Prova de vida comprovação de que a pessoa está viva e pode continuar recebendo benefício previdenciário	3.477.397



Em 2024, 41% das declarações de imposto de renda feitas à Receita Federal foram pré-preenchidas por meio da conta gov.br, gerando mais agilidade e comodidade a contribuintes. Isso representa aumento do uso do serviço, já que em 2023 o percentual atingiu 23,9%.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Ampliação da Rede gov.br

A Rede Nacional de Governo Digital (Rede gov.br), de natureza colaborativa, promove intercâmbio, articulação e iniciativas inovadoras relacionadas à temática no setor público. O objetivo é aumentar o número de municípios integrados à rede para que possam acessar gratuitamente soluções e ferramentas desenvolvidas pelo governo federal, a exemplo do acesso gov.br, assinatura eletrônica gov.br e prova de vida. Participam da rede os 26 estados e o Distrito Federal.

Em 2024, a Rede **gov.br** alcançou:



1.520
municípios participantes



121
milhões de
brasileiras/os atendidas/os



109%
de aumento em
relação ao ano de 2023

Mais informações sobre a Rede gov.br podem ser obtidas [@ aqui](#).



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Implementação da Estratégia Nacional de Governo Digital

O ano de 2024 foi marcado pelo lançamento da Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD), ocorrido em junho. A ação articula e direciona as iniciativas de governo digital entre os entes federados por meio de um conjunto de recomendações estratégicas. Assim ela atua para **ampliar e simplificar o acesso das pessoas aos serviços públicos**.

A ENGD nasceu a partir de um processo participativo coordenado pelo MGI ao longo de 2024, com o envolvimento de mais de 2 mil pessoas de todas as regiões brasileiras, além de atoras/es e parceiras/os municipais, estaduais, distritais e do governo federal. Prevista na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei do Governo Digital), ela foi formalizada pelo Decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024 e com recomendações estabelecidas pela Portaria SGD/MGI nº 4.248, de 26 de junho de 2024. Para mais informações, acesse [@ aqui](#).



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Implementação da Estratégia Federal de Governo Digital

Também foi criada em 2024 a Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD), por meio do Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024. Ela busca a eficiência e o aprimoramento da governança digital ao direcionar as ações dos órgãos federais da administração para o período de 2024 a 2027. Assim serão oferecidos serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis e a um custo menor para a sociedade.

A EFGD 2024-2027 conta com seis princípios que definem 16 objetivos e se desdobram em 93 iniciativas para garantir uma abordagem integrada e eficaz na modernização dos serviços públicos que sustentam a transformação do governo pelo digital. As iniciativas contam com metas claras e mensuráveis, permitindo o acompanhamento preciso do progresso e garantindo que as entregas sejam realizadas de forma eficiente e transparente. Para mais informações, acesse [@ aqui](#).



ESTRATÉGIAS NACIONAL E FEDERAL?

Os nomes são parecidos porque elas são **complementares**. São alinhadas para potencializar as entregas à população.

SAIBA MAIS +



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Centro de Excelência em Privacidade e Segurança (CEPS gov.br) estruturado

Diversas vulnerabilidades e ameaças rondam a segurança da informação no ambiente cibernético. Por isso, é fundamental promover a cultura de privacidade e segurança da informação nos órgãos e entidades da administração pública. Essa é a missão do Centro de Excelência em Privacidade e Segurança da Informação (CEPS gov.br), instituído pelo Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI).

Em 2024, o CEPS gov.br produziu vídeos e jogos educativos, fomentou materiais educativos de instituições parceiras, realizou eventos, como webinários e palestras. Foram criados cerca de [@ 50 materiais](#) em linguagem simples e acessível.

Também foram lançadas duas turmas (2024/2025) de Pós-Graduação *latu sensu* em Privacidade e Segurança da Informação, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), e cinco novos projetos de pesquisa foram iniciados para prospectar melhorias no PPSI.

O Centro Integrado de Segurança Cibernética do Governo Digital (Cisc gov.br) emitiu mais de 2 mil alertas de segurança às Equipes de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Projetos de Startup gov.br

O Programa Startup gov.br acelera a transformação digital do governo federal, oferecendo suporte técnico e equipes multidisciplinares, com foco em iniciativas de significativo impacto social, potencial de desenvolvimento econômico e economia aos cofres públicos. Atualmente, conta com 20 projetos estratégicos em execução no portfólio e 16 projetos já concluídos. Entre as entregas de 2024, destacam-se:

- **FGTS DIGITAL** | nova plataforma de recolhimento do FGTS integrada ao eSocial e de funcionalidades especiais para atender a pessoas atingidas pelas enchentes no RS
- **ABIS** | ampliação da base biométrica da Polícia Federal com 39 milhões de pessoas identificadas e implantação nas polícias civis em dezoito estados
- **E-NOTIVISA** | entrega de diversos módulos do sistema para cidadãos/ãos notificarem a Anvisa
- **SIGACRIM** | sistema para melhorar as estatísticas criminais com 4.654 operações cadastradas

O foco no resultado, nas entregas escalonadas com melhoria contínua, a priorização da experiência e visão de usuárias/os no processo e a gestão ágil são legados importantes para a administração pública.

ACOMPANHE AS STARTUPS EM OPERAÇÃO

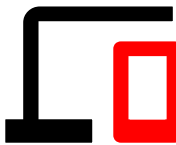


INICIATIVA ESTRATÉGICA

Revisão do arcabouço normativo de acessibilidade digital

A iniciativa busca a ampliação da acessibilidade digital nas plataformas do governo por meio da revisão e implementação de normas a ela relacionadas.

ATÉ DEZEMBRO DE 2024



4.384

serviços de acessibilidade foram disponibilizados no portal gov.br

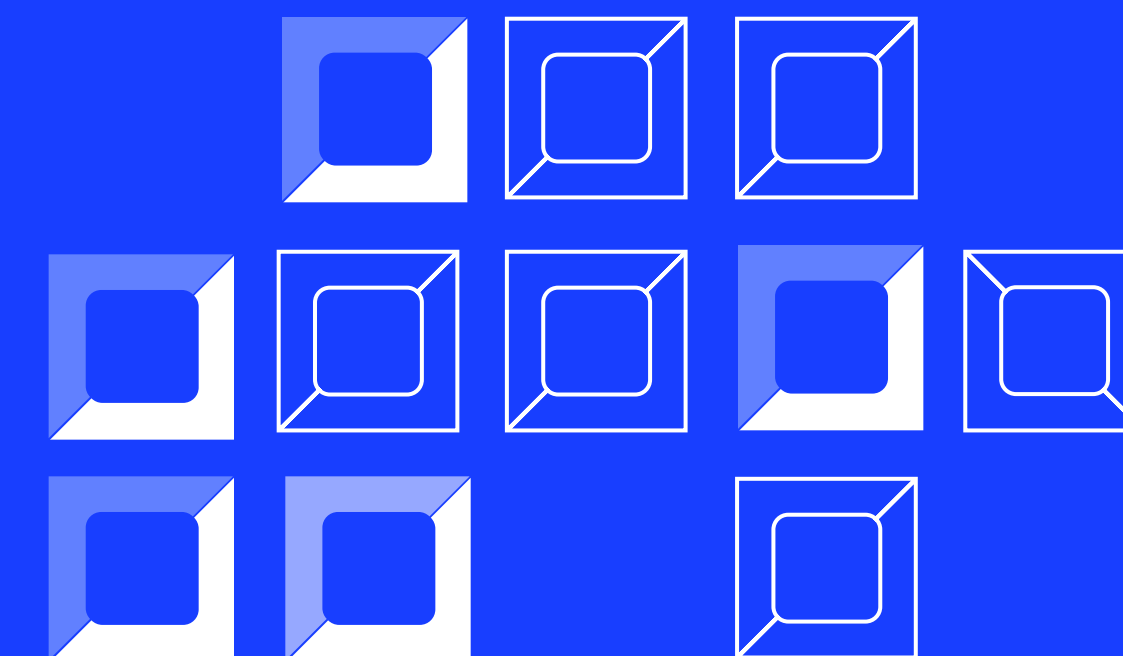
Isso representa uma abrangência de **QUASE 90% dos serviços disponíveis**



Além disso, as Diretrizes para o Conteúdo de Acessibilidade Web, que estipulam padrões de acessibilidade digital a serem seguidos pelos sites, denominado WCAG, teve sua última versão traduzida e publicada. A primeira versão do documento (1.0) havia sido lançada em 1999, com diretrizes reformuladas em 2008 e atualizadas agora em 2024. Assim, por meio da iniciativa, sua última versão - a WCAG 2.2 - já está disponível em português.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

CONSOLIDAR O SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E IMPLANTAR A CARTEIRA DE IDENTIDADE NACIONAL EM TODO O PAÍS, ampliando o acesso aos serviços públicos e a confiança na relação com a população



A Carteira de Identidade Nacional (CIN) transforma o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) em número de identificação pessoal. Com ela, as pessoas têm acesso a uma identificação digital segura e confiável, como um instrumento de cidadania. Há mais segurança, pois uma só pessoa não mais pode tirar diversas carteiras de identidade em vários estados. Por isso, **o objetivo estratégico visa a implantar o Sistema de Identificação Civil, a fim de disponibilizar base de dados centralizada e confiável, para que a CIN seja o documento oficial que padroniza a identificação em todo o país.**

O novo documento já está integrado à conta gov.br e ao portal de serviços unificados do governo. Assim, conforme haja o avanço das emissões de CINs e o sistema se consolide, o acesso a diversos serviços públicos, como saúde, educação e assistência social, será facilitado. Isso fortalece a confiança de cidadãos/ãos no governo, garante segurança e a privacidade dos dados pessoais e simplifica processos burocráticos.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Implementação e expansão do sistema de identificação e nova Carteira de Identidade Nacional

Em 2024, as parcerias com os governos estaduais foram reforçadas para acelerar a emissão da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN). Todas as unidades da Federação já estão emitindo o novo documento. Até dezembro de 2024, em todo o país já foram expedidos mais de 17,1 milhões de documentos. Desse total, 14,42 milhões ou 84,3% ocorreram em 2024. Em 21 estados e no DF agora se emitem apenas as novas carteiras. Os demais apresentam emissão híbrida (RJ, RR, SP e PA).

A CIN já pode ser utilizada como documento de viagem nos países do Mercosul. Já está em andamento a implementação da auditoria biométrica e a construção do serviço biométrico federal, base para a Infraestrutura Pública de Dados de Identificação Civil. Ainda em 2024, foram garantidos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), além de R\$ 47 milhões do próprio MGI, para acelerar as emissões pelos estados em 2025 e 2026.

Todas as unidades da Federação já estão emitindo o novo documento

 17,1 milhões

de documentos expedidos até dezembro de 2024

 14,42 milhões

ocorreram em 2024

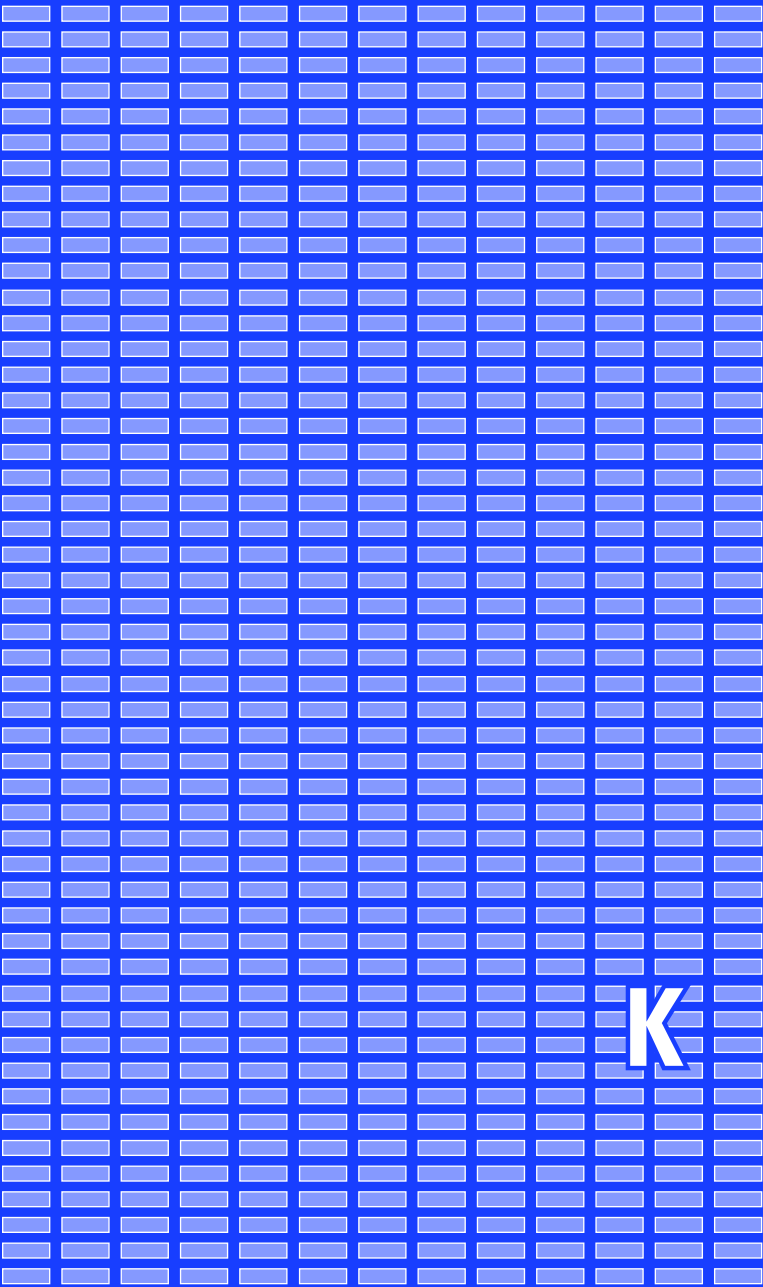
Isso corresponde a 84,3% das emissões do documento desde sua implementação

FOTO: SSP / Piauí



OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

APERFEIÇOAR MODELOS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS E PARCERIAS PÚBLICAS como instrumentos de indução ao desenvolvimento inclusivo e sustentável do país



5

Em 2024, o governo deu um foco especial no **estímulo ao desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável do país**, reforçando a prioridade para a compra de produtos brasileiros e estimulando a indústria nacional. Também

houve a centralização de compras e contratações de serviços, que deram mais eficiência ao atendimento emergencial ao Rio Grande do Sul no início do ano e ao apoio logístico à realização da reunião do G20 no Rio de Janeiro.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Implementação da Estratégia Nacional de Logística Pública

O governo federal juntou esforços com vários estados e municípios brasileiros para apoiar o Rio Grande do Sul no enfrentamento de uma das maiores catástrofes climáticas da história do país, devido a enchentes e fortes chuvas que atingiram o estado em abril e maio de 2024. O MGI atuou na edição da Medida Provisória nº 1.221/2024, publicada em maio, que simplificou e deu mais agilidade às compras e contratações de obras e serviços para enfrentar a calamidade.

Com a flexibilização proporcionada pela medida, foi possível agilizar a compra centralizada de kits de limpeza residencial, cuidados pessoais, serviço de limpeza urbana e combustível para aeronaves. Os recursos foram usados no atendimento a pessoas de 418 municípios no estado.

G20 | O Brasil assumiu em 2024 a presidência temporária do G20, grupo que reúne autoridades das maiores economias do mundo, para debater maneiras de fortalecer a economia e o desenvolvimento socioeconômico globais. Para a realização da Cúpula de Líderes, em novembro, o governo realizou a contratação centralizada da logística, com serviços de locação de veículos e realização de eventos. O modelo de contratação possibilitou uma economia de R\$ 129 milhões.

Programa Calha Norte | Aquisições centralizadas de veículos e equipamentos agrícolas beneficiaram municípios da faixa de fronteira nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Foram atendidos quatro órgãos federais, 26 órgãos municipais e 18 municípios, gerando uma economia de R\$ 220,8 milhões.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Implementação da Estratégia Nacional de Compras Públicas

Em janeiro de 2024, foi criada a [Comissão Intermistrial de Contratações Sustentáveis](#), responsável pela elaboração da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável. Seu objetivo é **potencializar o poder de compra do Estado, de forma alinhada à Nova Indústria Brasil**, a política de neointustrialização a ser implementada pelo país nos próximos dez anos.

A partir de resoluções da comissão e do Decreto nº 11.890/2024, o governo federal criou as chamadas margens de preferência. Elas permitem ao governo dar prioridade à compra de produtos brasileiros, como ônibus, medicamentos e bens de tecnologia da informação e comunicação, fortalecendo a indústria brasileira.

Também foram estabelecidas margens de preferência adicionais para produtos resultantes de desenvolvimento tecnológico no país. Isso fomenta a geração de emprego,

renda, arrecadação de imposto e investimento em inovação no país.

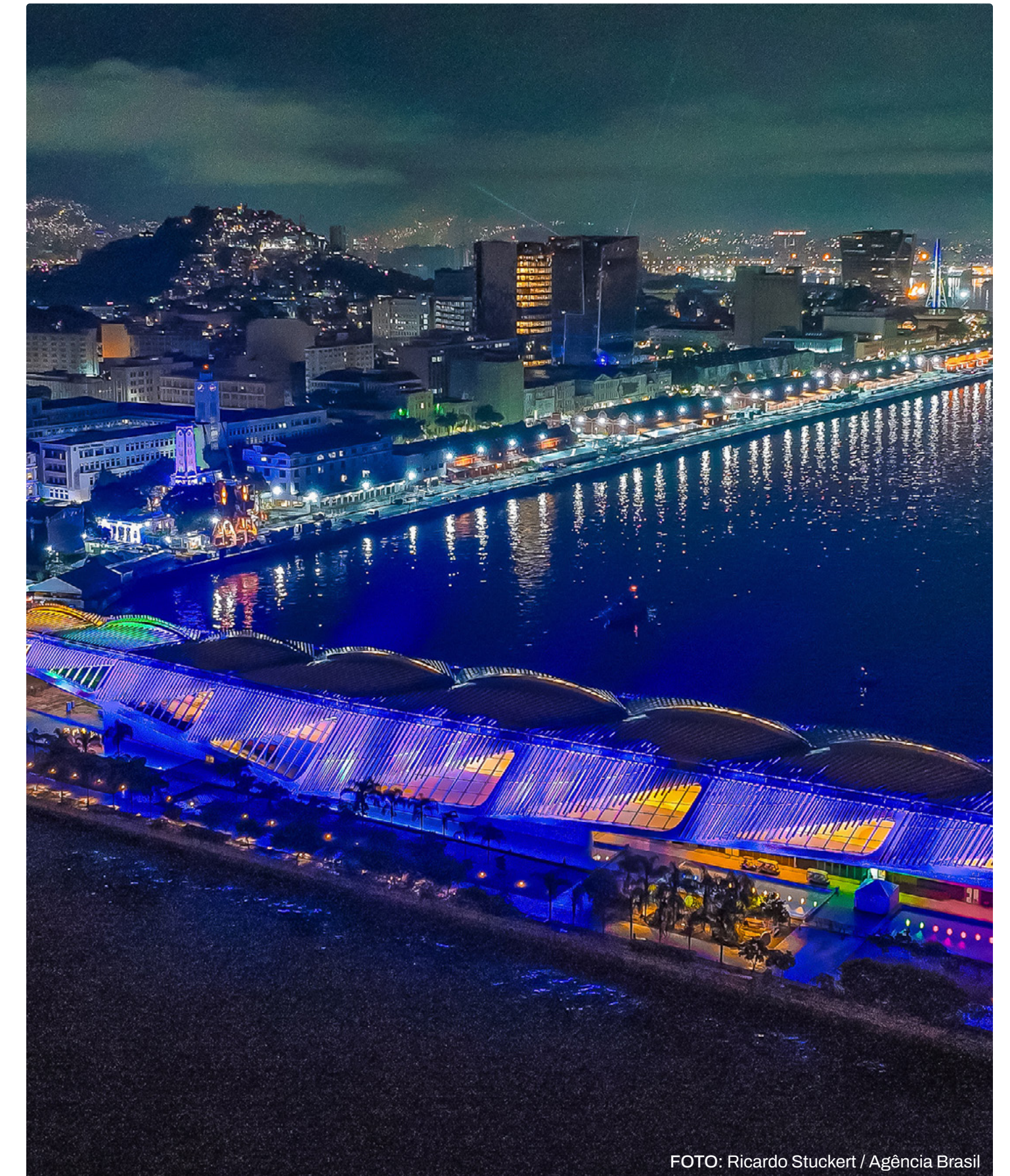
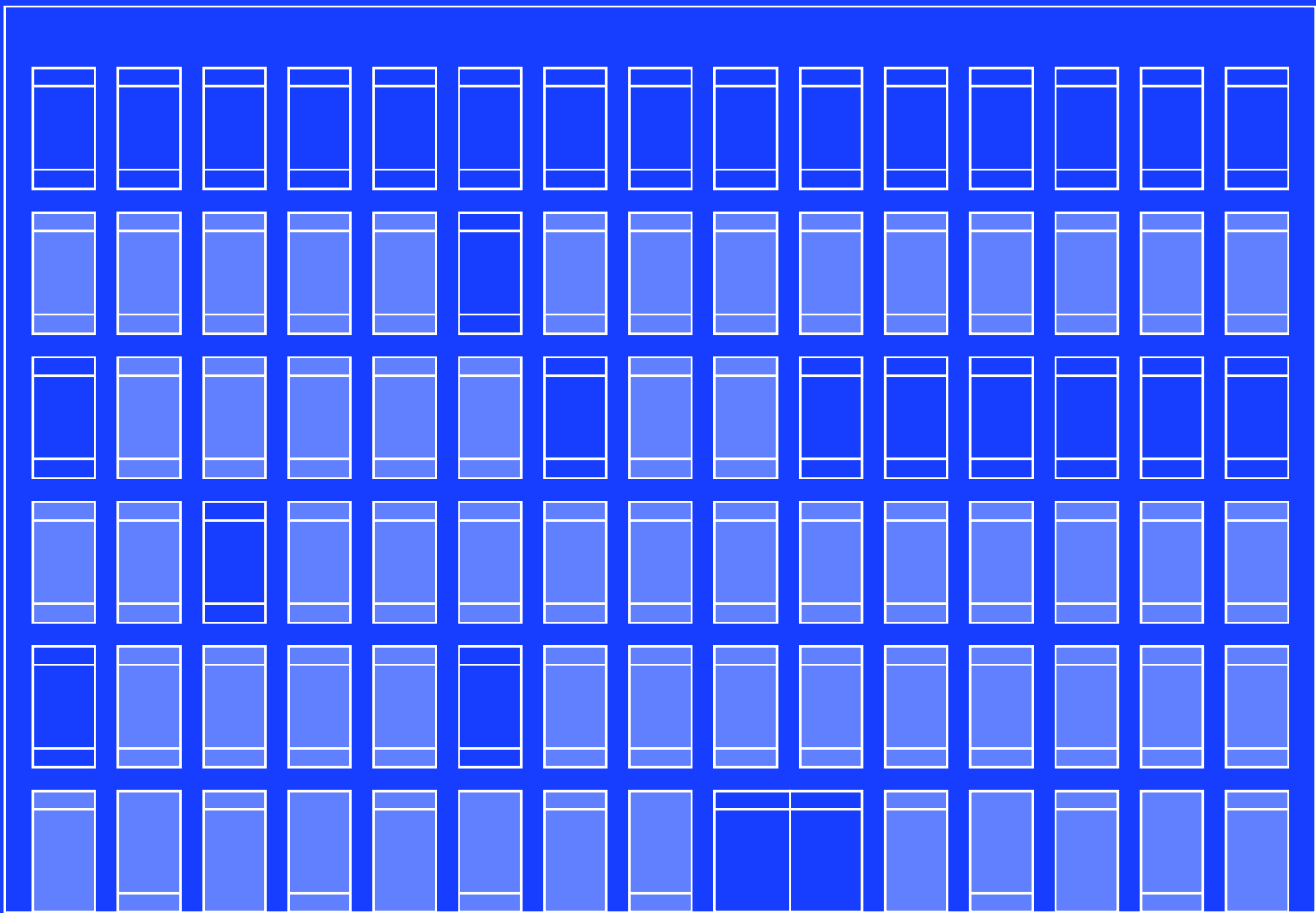


FOTO: Ricardo Stuckert / Agência Brasil

A CÚPULA DE LÍDERES DO G20 foi realizada em 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

APRIMORAR O USO E A DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO POR MEIO DA GESTÃO PARTICIPATIVA, racional, socioambientalmente justa, priorizando o atendimento às políticas públicas



6

O OBJETIVO ESTRATÉGICO 6 tem como foco democratizar a destinação de imóveis da União, por meio de medidas de gestão e fortalecimento da participação social e do diálogo federativo. O objetivo central é **redirecionar estrategicamente os recursos imobiliários para políticas públicas que atendam às necessidades da população.**

O eixo estruturador do objetivo é o Programa de Democratização de Imóveis da União, o Imóvel da Gente, que tem como foco garantir a função socioambiental do patrimônio

imobiliário. Assim, busca promover o uso mais eficiente dos imóveis públicos e ampliar sua destinação para políticas públicas, especialmente de habitação social e regularização fundiária. A expectativa é ampliar o número de unidades habitacionais em programas de habitação social e expandir a regularização fundiária, contribuindo para o fortalecimento de territórios sustentáveis e a redução de desigualdades socioespaciais.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Ampliação da promoção da função econômica social sustentável dos imóveis da União

A iniciativa busca **direcionar a gestão dos imóveis da União para a promoção da sustentabilidade e da preservação ambiental**, incluindo a realização de estudos sobre o tema de forma transversal nas políticas de destinação e garantir terras para povos e comunidades tradicionais, protegendo suas culturas, modos de vida e o equilíbrio ambiental. Conheça os resultados conquistados em 2024:

REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DA UNIÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Seis unidades de conservação foram regularizadas

Foi criado um grupo de trabalho interministerial para elaborar o Plano de Regularização Fundiária das unidades de conservação federais, garantindo sua proteção e uso sustentável

Nos municípios de Caracaraí, Amajari e Alto Alegre, em Roraima, houve a entrega de cinco unidades de conservação federais para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Entre eles, está o Parque Nacional do Viruá (PARNA Viruá), localizado no município de Caracaraí, com espaço de 2.270.110.000,00 m² para preservação e uso sustentável da área

DESTINAÇÃO DE ÁREAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS

Em 2024, 2.536 famílias foram beneficiadas:

- Uma área foi cedida à FUNAI para 100 famílias indígenas
- 8 áreas transferidas ao INCRA para projetos de assentamentos agroextrativista em benefício de no mínimo 272 famílias
- 2.164 Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) emitidos nas modalidades individual e coletiva, considerando-se 07 TAUS coletivos, outorgados em benefício a 2.150 famílias e 14 TAUS individuais em benefício a 14 famílias.

Em outubro de 2024, a comunidade Quilombola Vidal Martins recebeu a concessão de autorização de uso sustentável. Esse instrumento regulariza áreas de domínio da União.



Composta por 31 famílias descendentes de pessoas escravizadas, a comunidade ocupa a área de 170 hectares no Parque Estadual do Rio Vermelho, em Santa Catarina. O reconhecimento territorial de povos e comunidades tradicionais que vivem e cuidam de áreas da União faz parte de uma das linhas de ação do programa Imóvel da Gente.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Democratização do Patrimônio da União
Imóvel da Gente

Esta iniciativa estratégica é composta pelas seguintes entregas, que estão em implementação:

ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE DEMOCRATIZAÇÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO Imóvel da Gente

O programa destina imóveis da União para apoiar as principais políticas públicas do governo federal. Em 2024, foram instalados os 27 fóruns de apoio ao programa, um em cada unidade da Federação, para fortalecer a participação social e o diálogo federativo na identificação e destinação de imóveis. Com representantes dos poderes públicos (local e federal) e da sociedade civil, os fóruns contribuem para democratização do uso dos imóveis, garantindo o cumprimento da sua função social e ambiental.

DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2024, **474 imóveis** foram destinados para diferentes políticas públicas, distribuídos da seguinte forma:

25 imóveis

Destinados à habitação social, em benefício futuro de **4.593 FAMÍLIAS**

22 imóveis

Destinados à regularização fundiária, em benefício futuro de **157.592 FAMÍLIAS**.

429 imóveis

Destinados a outros programas e políticas públicas.

Essas destinações beneficiaram todas as **27 unidades federativas e 238 municípios**.

Em 2023, haviam sido publicadas 50 portarias. Já em 2024 foi publicada mais uma portaria reservando imóveis da União para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Para os 51 imóveis, 26 entidades foram selecionadas pelo Ministério das Cidades. Os demais 25 imóveis seguiram reservados, aguardando novo chamamento. Dos 26 imóveis selecionados, 17 foram destinados pela SPU em 2024, dois já foram destinados em 2025 e sete estão em processo de destinação.

Destacam-se as destinações de edifícios em Belo Horizonte (MG) e em Porto Alegre (RS), que viabilizaram a produção de habitação de interesse social no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades:

BELO HORIZONTE (MG) Na região central da cidade, a União Metropolitana por Moradia Popular de Belo Horizonte (UMMPBH) foi beneficiada com a destinação de um prédio para **88 unidades habitacionais pelo Minha Casa Minha Vida Entidades**.

PORTO ALEGRE (RS) No Bairro Floresta, o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) recebeu um edifício para reforma e atendimento de 35 famílias de baixa renda.

O MGI assinou acordo de cooperação técnica com o estado da Bahia para garantir a propriedade de um terreno de 184 mil m² para 632 famílias de baixa renda pertencentes ao núcleo urbano de Alagados, no município de Salvador. A ação está dentro do programa de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S).

Na área educacional, seis áreas ociosas da União foram destinadas para novos *campi* de institutos federais em SP, SC, PE, AC e MG, possibilitando a oferta de mais de 8 mil vagas em regiões que ainda não possuem unidades ou que registram

número baixo de matrículas em cursos técnicos de nível médio em relação à população da região:

- Campus Itajubá, do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)
- Campus Tijucas, do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
- Campus Mafra, do Instituto Federal Catarinense (IFC)
- Campus Araripina, do Instituto Federal do Sertão de Pernambuco (IFPE)
- Campus São Vicente, do Instituto Federal de São Paulo (IFSP)
- Campus Feijó, do Instituto Federal do Acre (IFAC), que terá foco especial no atendimento a estudantes indígenas

Para 2025, a meta é destinar mais 400 imóveis por meio do programa.

PROGRAMA RACIONALIZA

O Programa Racionaliza busca a **ocupação otimizada e compartilhada** de imóveis da União. Ele foi formalizado e está em fase de implantação. Ao longo do ano, o MGI realizou capacitações com servidoras/es para aprimorar a gestão e a destinação de imóveis.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

AMPLIAR O ACESSO AOS DOCUMENTOS, POR MEIO DO FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS, sob coordenação do Arquivo Nacional, assegurando o direito à informação e à memória do país

Garantir o direito à informação e à memória envolve fortalecer políticas de preservação do patrimônio documental do país, sobretudo o produzido pela administração pública federal. Vinculado ao MGI, o Arquivo Nacional cuida de documentos analógicos e digitais, além de orientar a gestão de documentos no governo federal.

Em 2024, o Arquivo Nacional modernizou processos e ampliou sua atuação dentro e fora do país. No período, 2,1 milhões de documentos foram acessados, com um crescimento de 7% em relação a 2023. Foram 18.667 atendimentos presenciais e online nas unidades do Rio de Janeiro e Brasília.

O Arquivo Nacional disponibilizou mais de 900 mil documentos à sociedade, emitiu 864 certidões com base em documentos históricos e realizou 821 orientações técnicas por meio do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA), representando um crescimento de 33%. Essas orientações são fundamentais para garantir que os órgãos públicos organizem adequadamente seus documentos, permitindo que

a sociedade tenha acesso a informações bem preservadas e organizadas, facilitando o exercício de direitos.

Em nível internacional, o Arquivo Nacional alcançou uma série de resultados:

- **FORTALECIMENTO DE PARCERIAS** na América Latina, África e países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP
- **PROTAGONISMO NA RECRIAÇÃO DO COMITÊ** Nacional do Brasil Programa Memória do Mundo da UNESCO
- **INTEGRAÇÃO À COALIZÃO** *Sites of Conscience*
- **PARTICIPAÇÃO** pelo segundo ano consecutivo **NA FESTA LITERÁRIA DAS PERIFERIAS (FLUP)**
- **REALIZAÇÃO** da Semana Nacional/Internacional de Arquivos



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aperfeiçoamento da Política Nacional de Arquivos

Para qualificar o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), foi criada a [Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal](#), por meio da Resolução Conarq nº 55/2024. Ela reúne representantes dos arquivos públicos e históricos estaduais e do Distrito Federal, de serviços arquivísticos nas unidades da Federação onde esses inexistem, para articular o segmento e dar visibilidade às demandas comuns na Política Nacional de Arquivos.

Em 2024, foi publicada a [Portaria MGI nº 9.618/2024, que convoca a II Conferência Nacional de Arquivos - CNARQ](#), prevista para 1º a 3 de agosto de 2025, com o tema “Arquivos: agentes da cidadania e da democracia”. No ano, dois editais foram lançados sobre o tema, com a expectativa de que outros nove sejam publicados em 2025. Foi concluída ainda a formação de servidoras/es para desenvolver projetos em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para fortalecimento da Política Nacional de Arquivos. O objetivo é articular arquivos públicos, privados e comunitários, garantindo a elaboração de projeto de logística necessário à realização II CNARQ.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Criação do Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) para gestão da informação, documentos e arquivos

O Instituto de Ciência e Tecnologia tem como objetivo promover a pesquisa e o desenvolvimento na área de gestão de documentos e arquivos, fortalecendo parcerias com instituições acadêmicas, com foco na formação continuada de gestoras/es e demais interessadas/os. A iniciativa busca reposicionar o Arquivo Nacional como referência no desenvolvimento de projetos relacionados à gestão documental e arquivística. Atualmente, o órgão elabora minuta de portaria para criação do instituto.

Confira os principais resultados do Arquivo Nacional em 2024



649.047

DOCUMENTOS PRESERVADOS

Esse resultado envolve tanto os registros publicados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), quanto os objetos gerados por meio de digitalização.



772.531

DOCUMENTOS PROCESSADOS

Isso representa um aumento em relação a 2023, que totalizou 589.739 documentos.



4.658.012

DOCUMENTOS PASSARAM POR PROCEDIMENTOS DE CONSERVAÇÃO EM 2024, o que garante a estabilidade do acervo.



1.127.982

DOCUMENTOS PRESERVADOS NO RDC-ARQ

O Sistema Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) assegura a guarda e o acesso contínuo aos documentos digitais.



82.824

DOCUMENTOS RESTAURADOS

Embora tenha havido uma leve redução em relação ao número de documentos restaurados em 2023 (103.313 documentos), a prioridade foi dada à recuperação de itens de grande relevância e ao cuidado de documentos com maior risco de deterioração.



958.315

DOCUMENTOS DIGITALIZADOS

O resultado representa um crescimento em relação a 2023, quando 301.271 documentos foram digitalizados. O avanço reflete a recuperação parcial da capacidade de digitalização da instituição



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Implantação do Programa de Aceleração do Sistema de Gestão de Arquivos e Documentos (SIGA) - Acelera SIGA

Em 2024, o Arquivo Nacional avançou no Programa Acelera Siga para fortalecer o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA) e a gestão eficiente de documentos públicos produzidos pelo governo federal. Foram atendidos 165 órgãos e entidades em todas as regiões do país, com um aumento de 25% em relação a 2023.

A instituição prestou suporte técnico e financeiro, no Rio Grande do Sul, a 22 órgãos do Poder Executivo federal afetados por inundações no primeiro semestre de 2024. O Arquivo Nacional forneceu orientações técnicas para o tratamento de acervos danificados e estabeleceu termos de execução descentralizadas para destinar R\$ 14,6 milhões para a recuperação desses acervos.

Em 2024, foram alcançados os seguintes avanços:

- **REESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA DO SIGA:** Foram realizadas melhorias na coordenação e organização do sistema
- **DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DE DOCUMENTOS:** Identificada a situação atual dos órgãos setoriais e seccionais do SIGA

DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS:

Elaborada nova ferramenta para calcular o impacto financeiro da falta de tratamento adequado de documentos nos órgãos e entidades do SIGA; concluída a elaboração dos termos básicos para o desenvolvimento de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), em parceria com a Dataprev



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Identificação de fundos arquivísticos com foco em gênero e raça dos acervos institucionais

A identificação de fundos arquivísticos com foco em gênero e raça busca promover a visibilidade, democratização e direito à memória de grupos historicamente negligenciados e subdimensionados. Essa iniciativa organiza e identifica documentos por meio de marcadores arquivísticos, garantindo sua integridade e acessibilidade, tendo 100% das suas entregas concluídas dentro do prazo.

Em 2024, o Arquivo Nacional indexou 25 fundos arquivísticos, facilitando a percepção de usuárias/os sobre a existência de documentos que atestam experiências históricas de mulheres, população negra, povos indígenas e comunidade LGBTQIAP+, entre outros. Essa ação também integra o Plano de Ação do MGI no Programa Federal de Ações Afirmativas.

Entre os resultados alcançados, destaca-se o documento “Marcadores de Gênero, Raça e Regionalidade: Guia de Fundos do Arquivo Nacional - 2025”. O vocabulário usado na descrição dos acervos foi atualizado para incluir termos relacionados a gênero, raça e regionalidade de forma acessível e respeitosa. Além disso, foi realizado um hackathon em 2024, o hackatAN, promovendo a criação de soluções inovadoras para identificar documentos arquivísticos relacionados a esses marcadores sociais.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

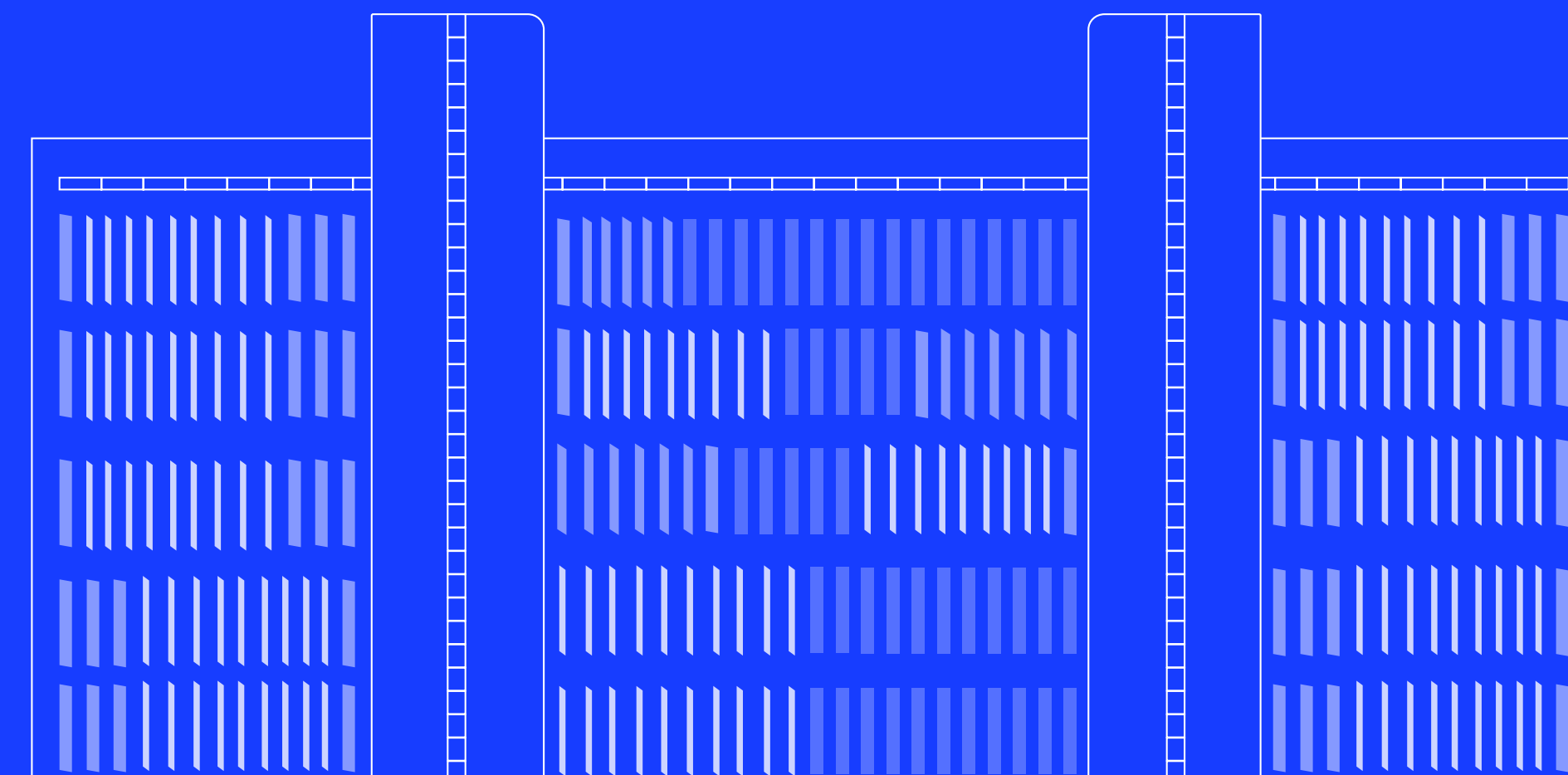
Implantação de laboratórios de preservação

A iniciativa busca criar e requalificar laboratórios de preservação existentes, para ampliar a disponibilização de documentos digitais para cidadãos/ãos e garantir a preservação de documentos analógicos.

Em 2024, foram concluídas duas importantes etapas: diagnóstico da situação atual e projeto de implantação de laboratórios de preservação digital.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8

FORTALECER AS EMPRESAS ESTATAIS, com adequada governança corporativa, revalorizando a propriedade pública e seu papel no desenvolvimento inclusivo e sustentável do país.



As empresas estatais federais geram 435 mil empregos diretos e têm papel fundamental no desenvolvimento social e econômico do país. Por isso, sua valorização é prioridade para o governo brasileiro. Em 2024 foi lançado um conjunto de medidas para torná-las mais eficientes, transparentes, com melhores mecanismos de governança e, sobretudo, fortalecidas e atuantes para o desenvolvimento do Brasil.

Em 2024 as empresas estatais investiram R\$ 96,2 bilhões. Do total, 97,2% foram financiados com recursos gerados pelas próprias empresas. Esses investimentos demonstram o impacto das ações destinadas a gerar benefí-

cios à sociedade e promover uma industrialização inclusiva e sustentável, especialmente nos setores energético, de infraestrutura portuária e aeroportuária, indústria naval e no setor de saúde.

Considerando a relevância dos empregados públicos para a entrega de serviços qualificados à sociedade, foram realizados concursos públicos pelas empresas estatais, com a contratação de mais de 17.600 empregadas/os e autorização de ampliação do quadro de pessoal das empresas em mais 7.241 novas vagas em 2024.





INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento de capacidades nas empresas estatais para o aprimoramento da atuação de suas estruturas de governança

Para fortalecer as capacidades das empresas estatais e aprimorar suas estruturas de governança, foi lançado em dezembro de 2024 o [Programa de Governança e Modernização das Empresas Estatais - Inova](#). Suas ações incluem:

1. Remodelagens de negócios para abertura de novos horizontes de atuação e aproveitamento de sinergias, em especial para as empresas que enfrentam desafios de sustentabilidade
2. Programa de formação continuada – por meio de rede de universidades corporativas – para administradoras/es de empresas estatais e executivas/os do setor público que atuam na coordenação e supervisão das empresas
3. Fomento à pesquisa acadêmica para produzir e disseminar conhecimento científico sobre a promoção de valor público pelas estatais
4. Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais
5. Contínuo compartilhamento de boas práticas

de gestão e de governança entre o conjunto das empresas estatais, com a criação de um fórum permanente e a construção de novos indicadores

6. Fortalecimento das instâncias e práticas de governança corporativa e promoção de medidas para ampliar a integridade, a transparência, o interesse e o valor públicos

Várias das ações propostas já começaram a ser implementadas, como a **assinatura do Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais em setembro de 2024 por 33 empresas e cinco ministérios** (além do MGI, assinam os Ministérios das Mulheres, dos Povos Indígenas, da Igualdade Racial e Direitos Humanos e Cidadania). Acordos de Cooperação Técnica também foram assinados com estatais e ministérios para a remodelagem de negócios em busca de mais eficiência e entrega de valor público à sociedade.

O governo ainda reformulou o modelo da Carta Anual de Políticas Públicas, instrumento apresentado anualmente pelas empresas, para trazer informações consolidadas que expliquem as razões de sua existência e as entregas à sociedade e que possam ser lidas de forma simples por todas/os as/os cidadãs/ãos.

FOTO: Rafa Neddermeyer / Agência Brasil





INICIATIVA ESTRATÉGICA

Implementação de novo arranjo institucional de coordenação e supervisão das empresas estatais

O governo federal está reformulando, por meio de dois decretos, o arranjo institucional de coordenação das empresas estatais. As medidas foram publicadas em 2024 e permitirão emitir diretrizes estratégicas claras e coerentes para gerir de maneira eficiente as empresas que controla e, assim, promover a solidez empresarial e a capacidade de entregas de interesse público.

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União foi fortalecida pelo Decreto nº 12.301/2024. Ela se tornou formalmente responsável por definir as diretrizes para a gestão da carteira estratégica de investimentos e a organização da atividade empresarial do Estado. Já o Decreto nº 12.302/2024 criou o Sistema de Coordenação da Governança, do qual, além do MGI, todas as empresas estatais e seus ministérios supervisores passam a fazer parte. Tendo o ministério como órgão central, essa rede dá ao governo uma visão integrada das operações estatais, de seus desafios e oportunidades de melhoria. Assim, **oferece mais previsibilidade e transparência, harmoniza procedimentos e consolida informações estratégicas.** Toda essa reformulação traz coerência com as políticas públicas pensadas pelo governo.

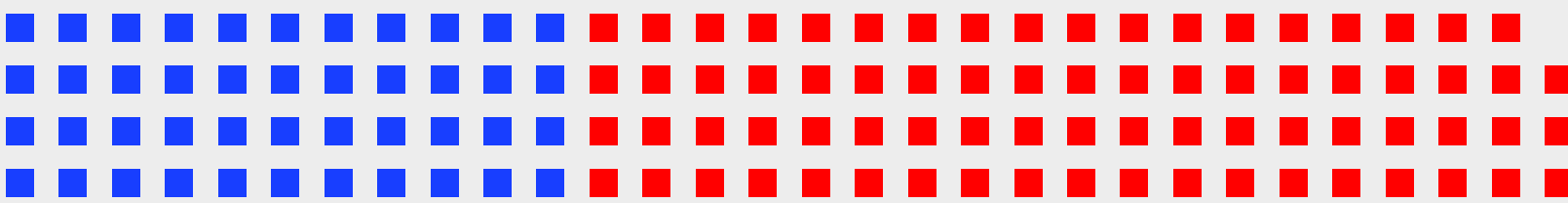
Você conhece as estatais federais?

O [Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais 2024](#) oferece um panorama delas. Mais detalhes sobre cada empresa podem ser obtidos no [Panorama das Empresas Estatais](#). Conheça os grandes números:



123

EMPRESAS ESTATAIS



44 DELAS TÊM CONTROLE DIRETO DA UNIÃO, ou seja, a União detém a maioria das ações com direito a voto

OUTRAS 79 EMPRESAS estavam sob controle indireto da União



R\$ 96,2 bilhões
INVESTIMENTOS DAS
EMPRESAS ESTATAIS
NO ANO DE 2024

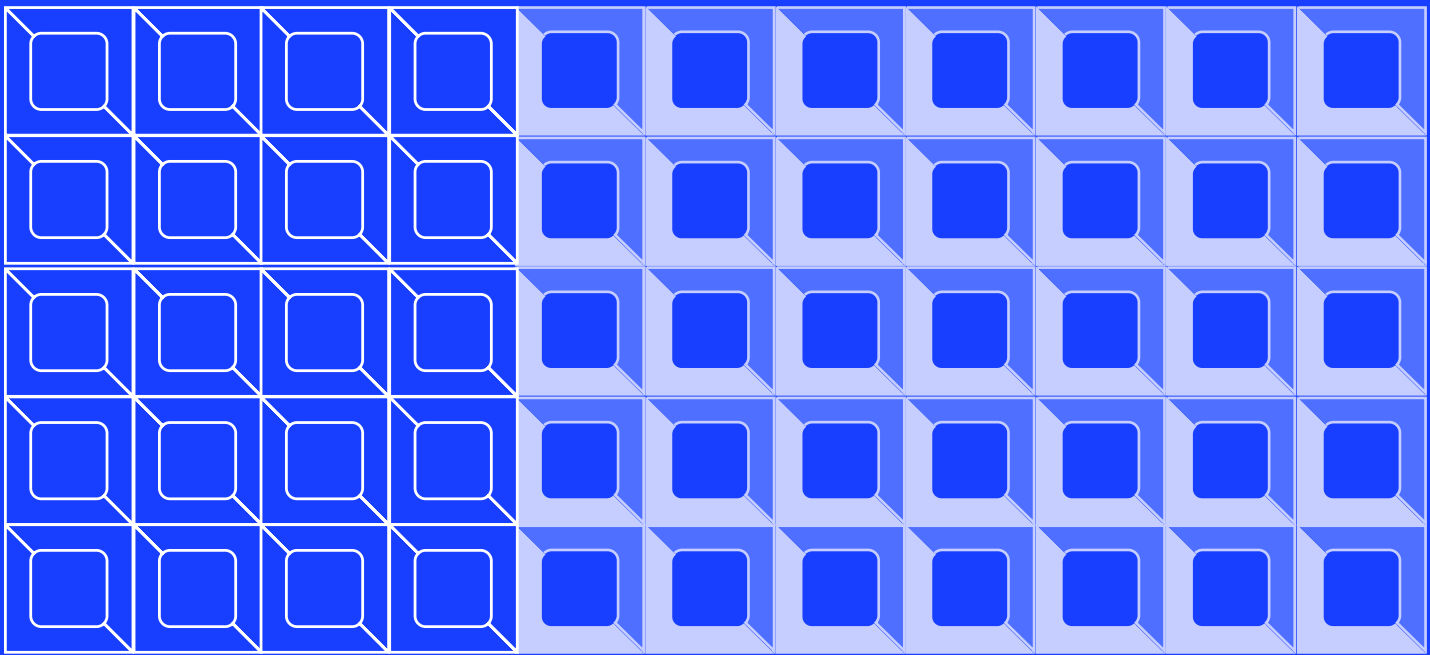


Desse total,
97,2%
foram financiados
com recursos gerados pelas
próprias empresas



OBJETIVO ESTRATÉGICO 9

APRIMORAR OS PROCESSOS E SERVIÇOS DE GESTÃO PATRIMONIAL,
com transformação digital e foco nas pessoas



9

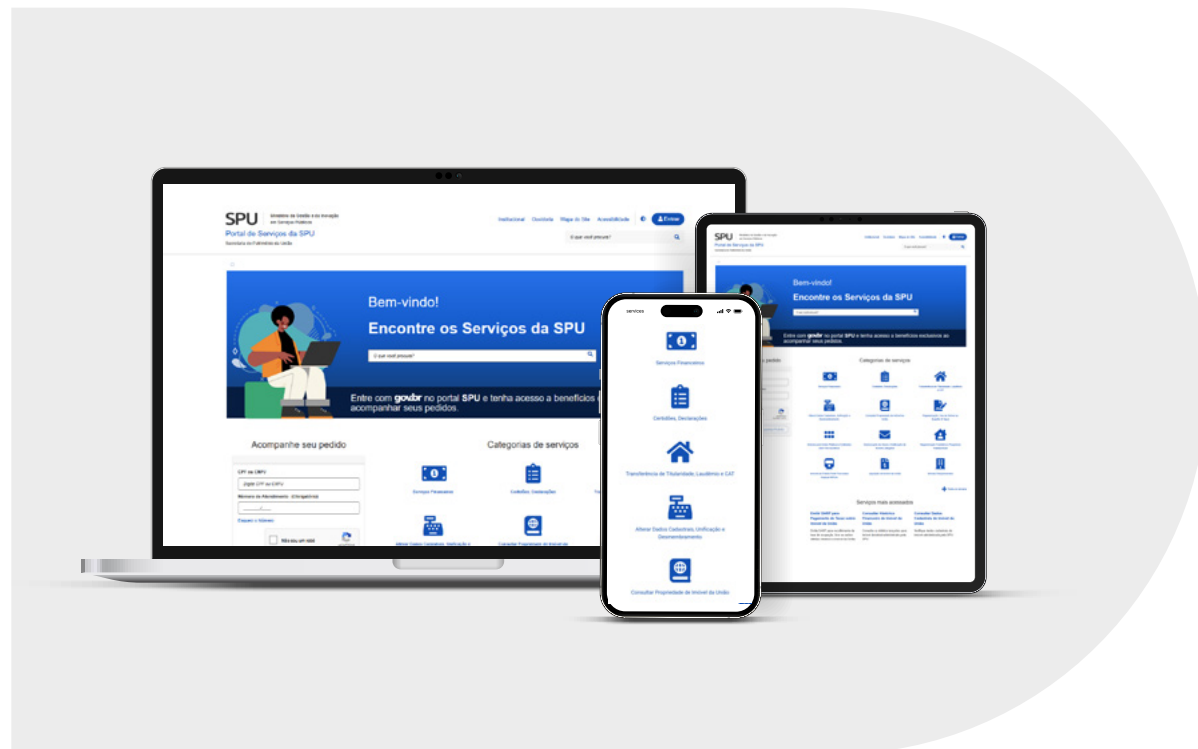
Neste objetivo, o foco está em implementar uma estratégia de transformação digital na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), com foco na unificação das bases de dados dos imóveis da União e no uso de geotecnologias. Essa estratégia busca **melhorar a gestão patrimonial e territorial, padronizar processos e tornar mais eficientes atividades como a destinação e o controle do uso dos imóveis públicos**. A transformação digital também visa a tornar o atendimento mais ágil, eficiente e simplificado, priorizando os serviços mais procurados pela sociedade.

O MGI prevê medidas para fortalecer a capacidade da SPU de assegurar a função socioambiental dos imóveis públicos, como ampliar e atualizar o cadastro de imóveis da União, qualificar informações sobre a carteira imobiliária e ampliar o monitoramento e fiscalização de imóveis. A expectativa é obter uma gestão mais moderna, transparente e focada nas necessidades da sociedade, promovendo eficiência e sustentabilidade no uso dos bens públicos.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Intensificação da transformação digital dos processos e serviços com foco na/o cidadã/ão



NOVA VERSÃO DO PORTAL DE SERVIÇOS DA SPU

Em 2024, a SPU lançou uma nova versão do seu [Portal de Serviços](#), com *design* mais moderno e intuitivo. O objetivo é facilitar o acesso aos serviços mais procurados, tornando a experiência mais simples e eficiente.

- Cerca de 80% da demanda será qualificada com a reformulação de três serviços digitais.
- A melhoria faz parte do projeto Startup SPU + Ágil, que reformula serviços, reduz prazos de resposta e melhora o atendimento ao público.

AVANÇOS NA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA SPUNET

A implantação do sistema SPUnet continua avançando como parte da estratégia para consolidar uma base única de gestão do patrimônio imobiliário da União. Até agora, três dos oito módulos previstos já foram implantados. Os principais resultados incluem:

- Cadastro consolidado de novos imóveis na plataforma
- Produção de dados cartográficos integrados em uma única base
- Geração e assinatura digital de contratos para imóveis de uso especial, de forma 100% online



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Melhoria da governança e da capacidade de gestão institucional da Secretaria do Patrimônio Público da União (SPU)

Essa iniciativa busca aprimorar a governança dos imóveis da União, garantindo a coordenação eficiente das ações e a avaliação do cumprimento das políticas públicas e metas estabelecidas. As principais ações incluem:

- Implantação do Sistema Estruturador de Gestão dos Imóveis Públicos Federais, que centraliza e organiza as informações para uma gestão mais eficaz
- Aperfeiçoamento dos arranjos institucionais necessários, promovendo a integração e articulação entre os diferentes níveis de governo e órgãos envolvidos
- Fomento à cooperação interfederativa, por meio de iniciativas de comunicação, capacitação, e fortalecimento da Rede Nacional do Patrimônio Público

Além disso, a iniciativa visa a fortalecer a capacidade institucional da SPU, com foco na administração eficiente dos imóveis da União. Para isso, estão previstos o desenvolvimento de ferramentas e práticas para gestão do conhecimento sobre a administração de imóveis e a qualificação do corpo técnico, com formação e capacitação contínuos.

FOTO: Felipe Chemicatti / Acervo MGI



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aprimoramento do controle dos imóveis da União

Em maio de 2024, foi lançado o [Módulo de Gestão de Atos e Contratos de Destinação](#) e o [Painel de Contratos de Destinação](#). Com as ferramentas, é possível padronizar e controlar 100% dos contratos envolvendo imóveis de uso especial, garantindo maior eficiência e transparência.

Também em 2024, foi concluído o Plano de Melhorias na Contabilidade Patrimonial para garantir a adequação e precisão na evidenciação contábil, resultando em um balanço patrimonial mais realista e confiável.

Já o Plano Nacional de Caracterização avança na demarcação e caracterização dos terrenos da União.



55 audiências públicas

- foram realizadas, promovendo transparência e participação social nos estados do Amazonas, Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe.



4 comissões foram criadas

- abrangendo os estados da Bahia, Ceará/Piauí, Paraíba/Rio Grande do Norte e São Paulo, sendo 5 já concluídas e 13 em andamento.



Terrenos demarcados

- nos estados do Pará, Maranhão, Amazonas, Mato Grosso e Paraná

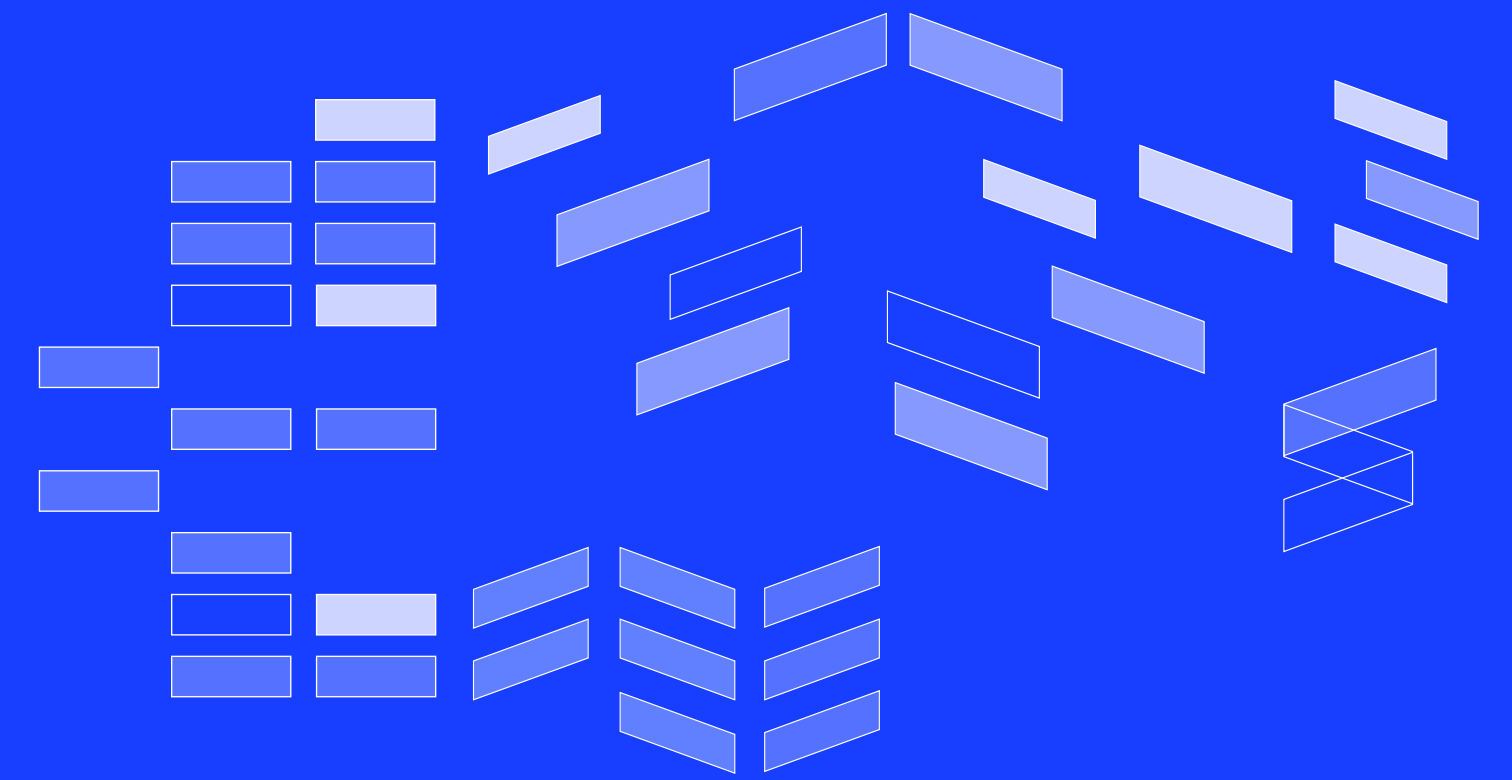


19.257,79 km de terrenos marginais

5.831,65 Km de terrenos de marinha

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

APERFEIÇOAR ESTRUTURAS DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL, modelos de governança e gestão para mais e melhores políticas públicas

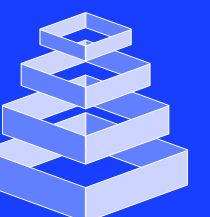


Em 2024, o MGI deu continuidade à construção de uma **administração pública mais eficiente e capaz de entregar políticas públicas de qualidade à população brasileira**. As medidas de aperfeiçoamento da gestão incluíram temas como aprimoramento das regras de concursos públicos, atualização das regras de funcionamento das organizações governamentais e melhorias no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O ministério também promoveu debates nacionais e internacionais sobre transformação do Estado e fortalecimento das capacidades estatais diante dos desafios do século 21, com a publicação de relatórios disponibilizados para a sociedade.

O ministério promoveu diversas ações de aprimoramento de sistemas e modelos de gestão para conferir maior eficiência, transparência e acesso a informações pela população.

CAPACIDADES ESTATAIS

São as habilidades do governo para planejar e executar **políticas públicas**, prestando serviços e garantindo direitos à população. Isso requer pessoas qualificadas, regras legítimas e recursos para melhorar a vida das pessoas





INICIATIVA ESTRATÉGICA

Construção do novo marco do setor público

REVISÃO DAS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em abril, o MGI e a Advocacia-Geral da União criaram uma comissão de especialistas voltada à revisão do Decreto-Lei 200/1967, que é a principal norma que trata da organização da administração pública federal. Em outubro, quatro seminários virtuais alcançaram mais de seis mil pessoas e colheram contribuições para o processo. Os eventos foram temáticos, abrangendo quatro eixos:

1. [Estrutura organizacional](#)
2. [Governança, planejamento e orçamento](#)
3. [Parcerias em políticas públicas](#)
4. [Inovação e controle](#)

DEBATES E ESTUDOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS SOBRE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

Para ampliar o debate público sobre o fortalecimento de capacidades estatais, o MGI publicou em 2024 o documento [“Um Estado inclusivo, democrático e efetivo a serviço da população brasileira”](#). O texto foi construído em diálogo com a Câmara Técnica de Transformação do Estado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável e

apresenta desafios e propostas para a melhoria da administração pública no Brasil, em 15 eixos de trabalho.

O ministério promoveu também discussões e a produção de estudos com parceiros internacionais, com foco no **papel dos Estados na construção de um futuro mais inclusivo, participativo, digital e sustentável**:

- Em julho, o *States of the Future*, evento paralelo do G20, reuniu lideranças globais, especialistas e centenas de representantes da sociedade civil para discutir as capacidades estatais necessárias para os desafios do século 21. O evento contou com mais de mil participantes presenciais e 3 mil online
- Em setembro, no evento DPI *Dialogues Brazil/India/South Africa*, especialistas do Brasil, Índia e África do Sul discutiram estratégias para fortalecer infraestruturas públicas digitais e o uso dessas tecnologias para promover o desenvolvimento e a inclusão social
- Em novembro, foi realizado na Enap o 29º Encontro do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD). Na ocasião, foi lançado o relatório “Estado, Democracia e Desigualdades na América Latina e no Caribe”, elaborado por acadêmicas/os, a pedido do MGI, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Ao longo do ano, foram publicados estudos resultantes da cooperação entre o MGI, a Enap e o Instituto de Inovação e Propósito Público da University College

London (IIPP/UCL). As publicações trazem análises e recomendações sobre ferramentas, instituições e capacidades públicas para a promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável no Brasil

O MGI celebrou, ainda, instrumentos de cooperação internacional para melhoria da gestão pública com os governos do Chile, França, Espanha e Alemanha.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aperfeiçoamento das parcerias e transferências da União

O governo federal tem trabalhado no aperfeiçoamento e na ampliação da transparência da plataforma Transferegov.br, que movimenta R\$ 111,5 bilhões anuais em transferências a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos. Agora é mais fácil rastrear as emendas parlamentares individuais, atendendo a determinações dos órgãos de controle.

A plataforma também tem contribuído para a operacionalização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em 2024 foram R\$ 21,6 bilhões em projetos do Novo PAC assinados e em execução no Transferegov.br.

Além disso, foram realizados em 2024 três fóruns regionais, nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Sergipe, e um fórum nacional de fortalecimento da Rede de Parcerias, associada ao Transferegov.br.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Ampliação do Programa Nacional de Gestão e Inovação

O Programa Nacional de Gestão e Inovação busca estender as práticas de gestão e inovação para além das fronteiras federais, alcançando os governos estaduais e promovendo uma **transformação colaborativa e inovadora na administração pública. Isso é feito por meio de parcerias com estados para que consigam levar aos municípios uma série de soluções do governo federal em áreas como compras públicas, gestão de pessoas, processo eletrônico e patrimônio.**

Atualmente, estão em execução parcerias com cinco estados: Bahia, Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

As atividades envolvem a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e ferramentas e metodologias de gestão de pessoas e de transformação digital. Em 2024 foi iniciado o processo de inclusão de mais dois estados: Ceará e Espírito Santo.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aperfeiçoamento de estruturas organizacionais e da gestão

Em 2024, o MGI deu continuidade ao Programa de Gestão e Desempenho, que altera a forma de acompanhamento do trabalho de servidoras/es. O programa visa a aprimorar o desempenho por meio da adoção de novas ferramentas e tecnologias de gestão, com indicadores claros para avaliação constante das ações e resultados, promover a cultura de meritocracia, garantir maior transparência nas ações do governo, aumentando a confiança pública e a participação cidadã, incentivar a inovação no serviço público, criando um ambiente de trabalho mais ágil e adaptado às demandas do século 21. Em lugar do tradicional controle de ponto, o foco passou a ser nas entregas e na melhoria dos serviços à sociedade.

Em 2024 foi disponibilizado sistema mais moderno de monitoramento de entregas de cada agente público. Houve também a adesão de 175 instituições, com a inclusão de 72.148 participantes.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Expansão do processo eletrônico nacional

Em 2024, o MGI conseguiu ampliar o uso dos sistemas de tramitação de processos digitais entre órgãos públicos, o Processo Eletrônico Nacional. Atualmente são 144 instituições do governo federal que utilizam o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como solução de processo eletrônico, além de 16 estados, um valor 14,3% superior a 2023. Já foram produzidos mais de 1 bilhão de documentos digitais, promovendo a sustentabilidade, a transparência e o fortalecimento da democracia.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aprimoramento dos sistemas de gestão

O Painel  **GOV360** foi implementado em 2024. Trata-se de uma ferramenta gerencial cujo objetivo é **fomentar o acompanhamento da gestão pública**, por meio do uso de dados e informações, e impulsionar o fortalecimento dos sistemas estruturadores do governo federal. O painel consolida um conjunto de dados sobre orçamento primário, pessoal, estrutura de cargos e funções, transformação digital, soluções de modernização, patrimônio da União e o acompanhamento do gasto com custeio administrativo.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aperfeiçoamento do atendimento aos sistemas estruturantes

O aprimoramento do atendimento aos sistemas estruturantes foi um dos focos do MGI em 2024. Por meio da Central de Atendimento, diversas melhorias foram implementadas, resultando na **otimização de processos e na redução do tempo de resposta para usuárias/os dos principais sistemas**.

As ações desenvolvidas tiveram como objetivo garantir um suporte mais ágil e eficaz aos órgãos e entidades que utilizam os sistemas. Entre as principais melhorias, destacam-se:

MODERNIZAÇÃO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO

- Implementação de um novo sistema de gestão de chamados, permitindo maior rastreabilidade e controle das demandas recebidas
- Integração da central de atendimento com ferramentas automatizadas de suporte, reduzindo o tempo de resposta e melhorando a experiência da/o usuária/o

AMPLIAÇÃO DOS CANAIS DE ATENDIMENTO

- Expansão do atendimento multicanal, incluindo chatbots inteligentes, atendimento via WhatsApp e aprimoramento do autoatendimento no portal eletrônico

- Criação de um ambiente unificado de suporte, permitindo que usuárias/os acessem soluções e FAQs (ou Perguntas Frequentes, na sigla em inglês) de maneira mais intuitiva

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

- Implementação de programas de capacitação contínua para atendentes da central, garantindo melhor qualificação e conhecimento atualizado sobre os sistemas estruturantes
- Oferta de cursos e treinamentos online para usuárias/os dos sistemas, promovendo maior autonomia na resolução de dúvidas e problemas operacionais

MONITORAMENTO E MELHORIA CONTÍNUA

- Desenvolvimento de painéis de gestão e indicadores de desempenho, possibilitando o acompanhamento em tempo real da eficiência do atendimento
- Aplicação de pesquisas de satisfação, permitindo ajustes constantes para aprimorar a experiência

Os resultados dessas ações já são visíveis, trazendo benefícios diretos para a administração pública, como redução do tempo médio de resposta aos chamados, aumentando a agilidade no suporte técnico; diminuição do número de reclamações e reaberturas de chamados, indicando maior precisão e qualidade no atendimento e maior acessibilidade aos serviços, garantindo que mais usuárias/os tenham suporte adequado e rápido.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aperfeiçoamento e modernização do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

ACESSO À CENTRAL DO PROPRIETÁRIO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL UTILIZANDO LOGIN GOV.BR

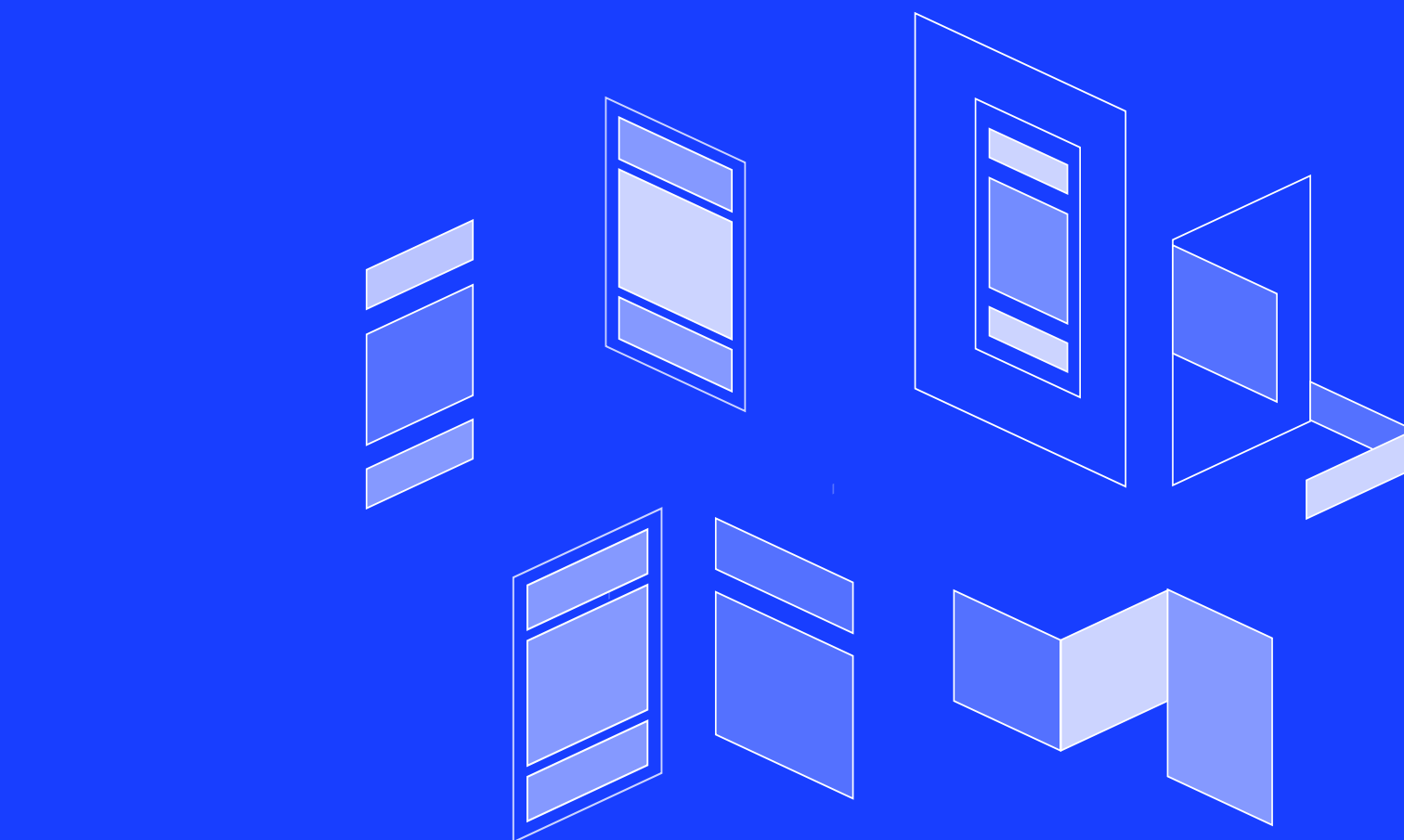
Desde dezembro de 2024, o acesso à [Central do Proprietário do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural \(Sicar\)](#) passou a ser realizado exclusivamente por meio da conta gov.br, em substituição ao método antigo, de CPF/CNPJ e senha. **A medida trouxe mais segurança e praticidade, além de estar alinhada à estratégia do governo federal para unificar o acesso a sistemas públicos.** A mudança também simplificou a recuperação de acesso ao sistema.

ADESÃO DO RIO GRANDE DO SUL AO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Em agosto de 2024, o governo do Rio Grande do Sul aderiu ao [Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural \(Sicar\)](#). Com isso, agora são 17 as unidades da Federação atendidas (AL, AM, AP, CE, DF, GO, MA, MG, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RR, RS e SE). A partir da migração para o sistema nacional, usuárias/os do estado passaram a acessar um sistema com maior eficiência no processamento e na segurança das informações. A mudança também gera economia de recursos ao governo estadual, que não precisa mais manter e desenvolver sistema próprio.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

CONSOLIDAR E GERIR A INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS para facilitar a governança, a integração e o uso de dados nas políticas públicas com segurança, respeito à privacidade e à proteção das informações



A **Infraestrutura Nacional de Dados** define normas, políticas, arquiteturas e ferramentas tecnológicas para integrar, qualificar, analisar, proteger e compartilhar bases de dados entre os órgãos. Isso permite melhorar o serviço público e promover o desenvolvimento econômico e social.

A criação de uma infraestrutura de dados robusta e confiável, que apoie a formulação de políticas públicas mais eficientes e seguras envolve os seguintes elementos:

- Assegurar transparência e responsabilidade (governança)
- Promover a interoperabilidade entre diferentes plataformas e bases de dados, facilitando o compartilhamento de informações (integração de sistemas)
- Utilizar dados de maneira estratégica para embasar decisões e aprimorar políticas públicas (aproveitamento de dados)
- Adotar medidas para proteção dos dados contra violações e para garantir a privacidade das pessoas (segurança e privacidade).



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Implementação da Infraestrutura Nacional de Dados

A Infraestrutura Nacional de Dados totaliza mais de 977 serviços integrados que geraram, somente em 2024, economia de R\$ 3,21 bilhões. No ano, ocorreram 697,4 milhões de transações na plataforma de interoperabilidade, com 207 unidades integradas, 10 conjuntos de dados custeados e seis eventos de comunicação realizados.

Em junho, uma nova portaria estabeleceu diretrizes para a comunicação personalizada, que ocorre quando o governo notifica cidadãos/ãos de forma individualizada sobre serviços públicos específicos em canais digitais pessoais. Assim, houve o envio de mais de 1,6 milhões de comunicações personalizadas, como sobre o Auxílio Reconstrução ou destinadas a empregadoras/es domésticas/os (visando a promover o aumento do acesso à caixa postal da Receita Federal e regularização de débitos, em parceria com o órgão) e Carteira de Identidade Nacional. Saiba mais [aqui](#).

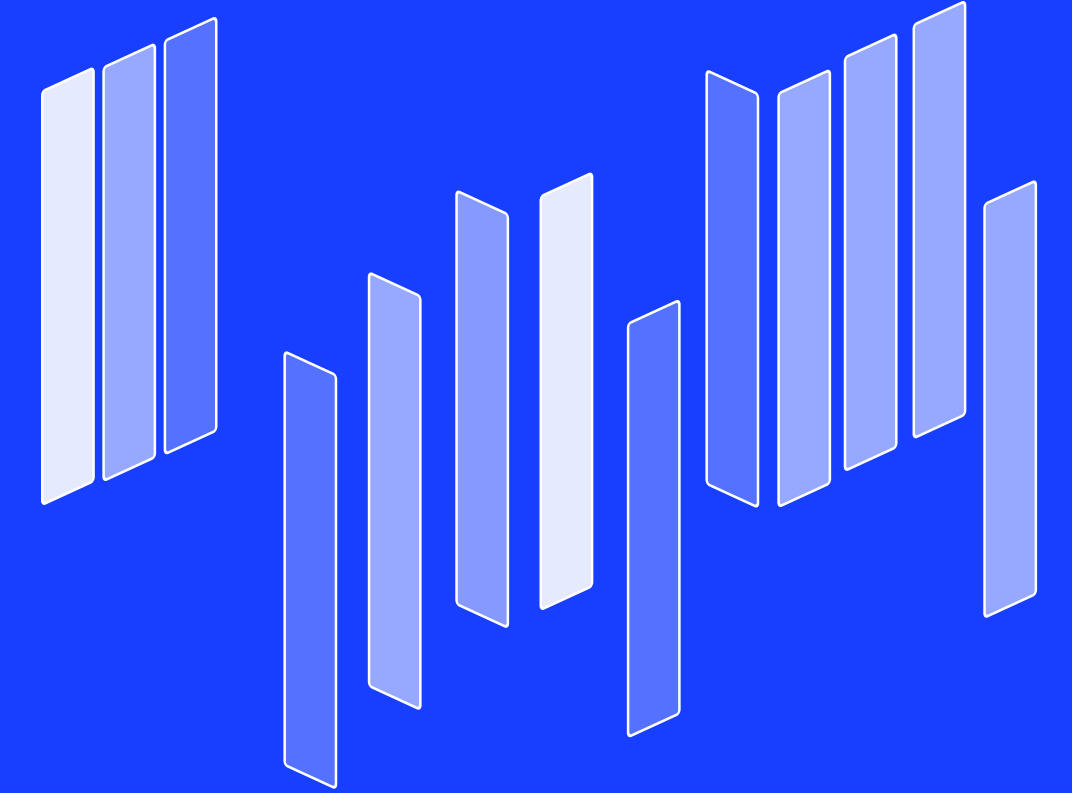
FOTO: Felipe Chemicatti / Acervo MGI



REFLEXOS DE FACHADAS de edifícios da Esplanada nos Ministérios, em Brasília.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12

FORMAR E DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS DE AGENTES PÚBLICOS, necessárias para melhor servir à sociedade, com agilidade e inovação adaptadas aos contextos dinâmicos



Em 2024, o MGI emitiu quase 2 milhões de certificados de participação em capacitação a servidoras/es e cidadãos/ãs, por meio da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). O volume expressivo promove a excelência técnica estatal e gera impacto direto na melhoria dos serviços públicos, ampliando a confiança da sociedade nas instituições e fortalecendo a governança pública. Além disso, o alcance internacional do Brasil na disseminação de boas práticas de gestão pública segue crescendo, com 9 mil certificados emitidos a estrangeiros no ano.

A Semana de Inovação 2024, maior evento de inovação do setor público na América Latina, reuniu mais de 15 mil participantes para discutir a promoção de cuidados, fortalecendo a conexão entre governo e sociedade na busca por soluções

de práticas públicas que contribuam para a consolidação da Política Nacional dos Cuidados.

Para 2025, o tema da semana destaca a urgência da preservação ambiental na construção de um futuro sustentável: “Um planeta, uma chance: inovar para um futuro possível”. No ano em que o Brasil sedia a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - COP 30, o foco é consolidar o protagonismo do país na agenda global de sustentabilidade. A agenda 2025 inclui ainda a Jornada de Educação Ambiental, cursos para lideranças sobre desenvolvimento sustentável em parceria com a ONU e o lançamento de desafios de inteligência artificial voltados para mudanças climáticas.

12



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Formação inicial de servidoras/es federais

A preparação de milhares de servidoras/es aprovados em concurso tem como foco a atuação ética, responsável e de excelência. Em 2024, a formação foi realizada presencialmente, **e todos as pessoas aprovadas iniciaram sua carreira com o conhecimento em profundidade comprovado pelo título de especialização *lato sensu*, garantindo um corpo funcional preparado para os desafios complexos do Estado.** Os cursos de formação combinam conhecimentos teóricos gerais sobre a realidade brasileira, a atuação do Estado e os valores e princípios (*ethos*) do serviço público com conhecimentos técnicos e práticos específicos para cada carreira.

Em 2024, 80 técnicas/os de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) concluíram a formação de 320 horas, enquanto 103 novas/os analistas de planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO iniciaram a jornada de 600 horas de formação. Essas/es servidoras/es estarão prontas/os para atuar em abril de 2025.

Também em 2025, o MGI inicia as formações das mais de 6 mil pessoas aprovadas no Concurso Público Nacional Unificado. Além das formações específicas para carreiras estratégicas, em nível de especialização *lato sensu*, será lançado o curso de formação básica (EaD), que garante a preparação de todas as pessoas aprovadas. Serão milhares de novas servidoras e servidores aptas/os a atuar com conhecimentos necessários para atender as demandas da sociedade.

FOTO: Enap / Divulgação



A ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP) é uma escola de governo, vinculada ao MGI, com o papel de formar e desenvolver agentes públicas/os capazes de inovar, alcançar resultados e servir à sociedade. Criada em 1986, ela oferece cursos de formação, aperfeiçoamento para carreiras, pós-graduação, alta gestão, entre outros, em várias áreas de conhecimento.



INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento de capacidades federativas

Nove estados brasileiros já contam com uma página própria da [Escola Virtual.Gov \(EV.G\)](#), ampliando a qualificação para servidoras/es estaduais e municipais: no Nordeste, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Sergipe e Paraíba; no Norte, Amapá e Roraima e, no Sudeste, Espírito Santo. Em 2024, foram 400 mil certificados para servidoras/es estaduais e 280 mil para municipais nos mais de 700 cursos abertos e gratuitos disponíveis na EV.G.

Tanto a gestão municipal quanto a estadual foram fortalecidas por meio de programas de capacitação específicos, com mais de 250 lideranças capacitadas em 2024. O programa Gestão Municipal - Capacidades para uma melhor gestão, lançado em 2024, aborda os desafios dos primeiros meses de gestão e transição de governo em temas essenciais: saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, direitos humanos e equidade.

Mais de 50 secretárias/os estaduais nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste foram qualificados no curso Fortalecimento da Gestão Pública Estadual. Para 2025, estão previstas mais de 200 vagas em cursos para prefeitas/os e gestoras/es locais nos temas de licitações, orçamento, governo digital e mudanças climáticas. Essas iniciativas levam excelência e inovação em serviços públicos para mais perto da população.



400 mil
certificados

para servidoras/es
estaduais



280 mil
certificados

para servidoras/es
municipais



700 cursos abertos
e gratuitos

disponíveis na
Escola Virtual .Gov

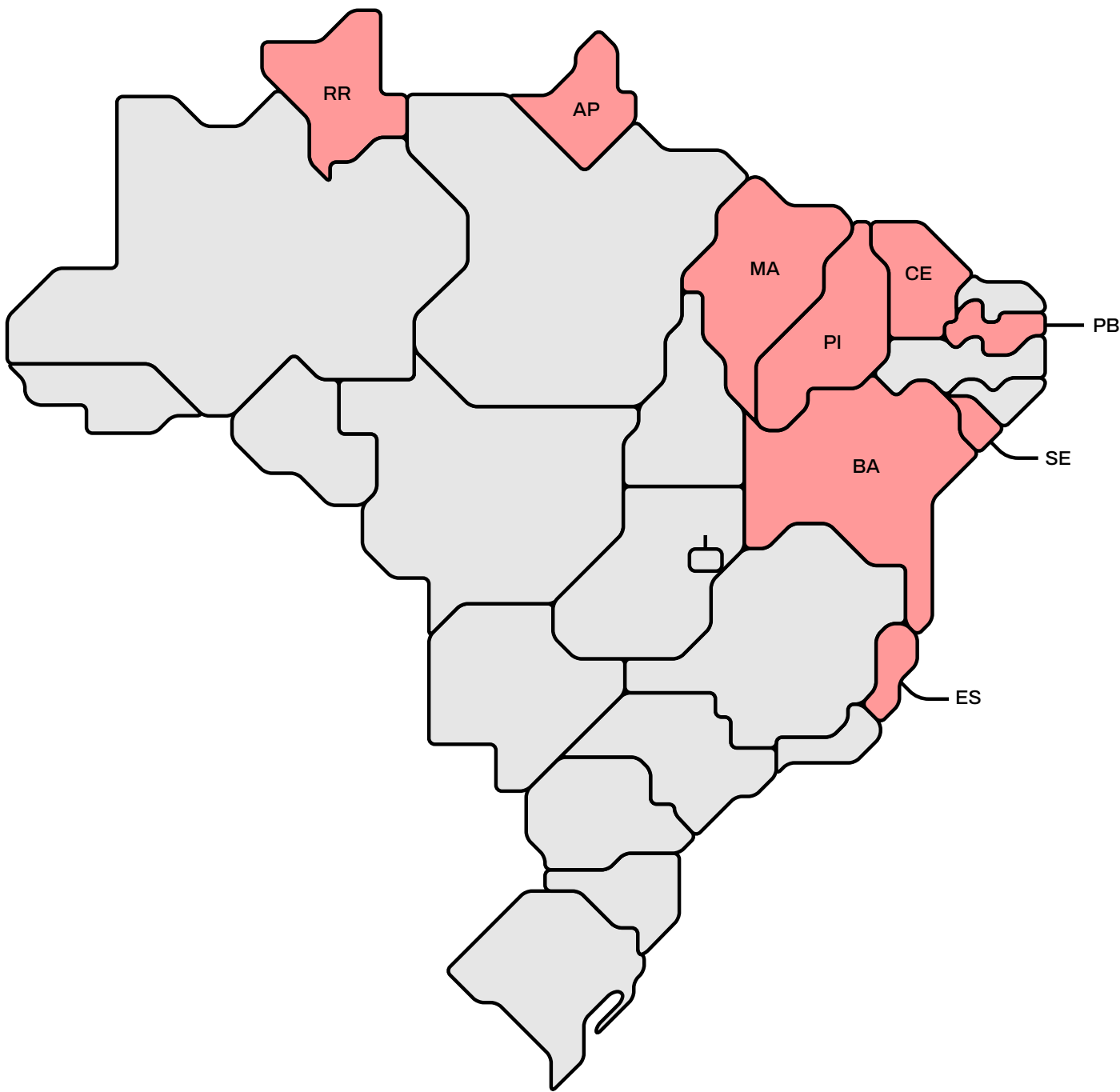


Capacitação
de mais de 250 lideranças

Tanto a gestão municipal quanto a estadual
foram fortalecidas por meio de programas de
capacitação específicos



NOVE ESTADOS BRASILEIROS contam com uma
página própria da Escola Virtual.Gov EV.G





INICIATIVA ESTRATÉGICA

Implementação do Programa de Transformação do Setor Público

Em 2024, o compromisso com a equidade e diversidade no setor público ganhou reforço com o lançamento do Programa Formação de Iniciativas Feministas no Encontro Latino-Americano para Igualdade de Gênero na Administração Pública. **Juntos, o Programa Formação de Iniciativas Feministas e o Programa de Formação de Iniciativas Antirracistas, ativo desde 2023, somam 150 iniciativas, 8 mil certificados e 1 mil lideranças formadas.**

O mais novo Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial, lançado na Enap logo após o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial - PBIA, desenvolve soluções inovadoras. Em adição, 50 mil pessoas foram certificadas em cursos sobre inteligência artificial e outras 43 concluíram o curso da primeira turma de *Master in Business Administration* - MBA em Ciência de Dados e Inteligência Artificial Aplicadas. Para 2025, as capacitações e projetos de inteligência artificial terão foco em mudanças climáticas, defesa civil e equidade racial.

Ainda em 2024, **o país sediou o 29º Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), maior evento ibero-americano sobre Estado e administração pública.** Sob o tema “A transformação necessária para um Estado inclusivo, democrático e efetivo”, o evento reuniu mais de mil participantes, entre ministras/os, acadêmicas/os e servidoras/es de 20 países da América Latina e Europa. Nele houve debates sobre reforma do Estado e inovações na gestão pública, consolidando o Brasil como referência no intercâmbio de ideias e experiências globais.

Leia mais [@ aqui](#)

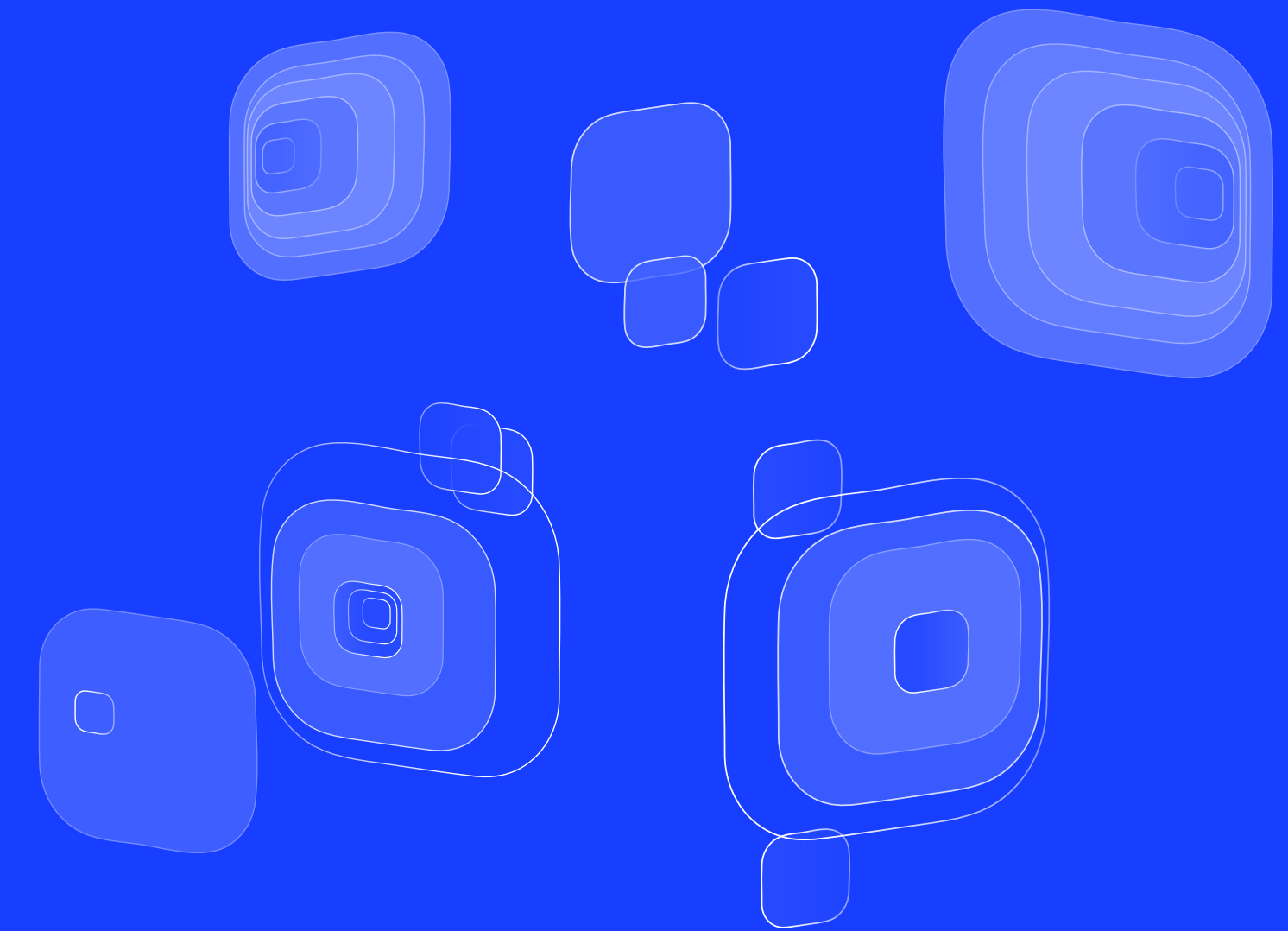
FOTO: Acervo MGI



A 29ª EDIÇÃO DO CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD reuniu em Brasília servidoras/es públicas/os, acadêmicas/os e pesquisadoras/es para abordar a evolução da gestão pública.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13

PROVER SERVIÇOS DE SUPORTE COMPARTILHADOS E DIFUNDIR SOLUÇÕES
DE ALTA QUALIDADE para toda administração pública federal



13

O Centro de Serviços Compartilhados - ColaboraGov, lançado pelo governo federal em 2023, é um modelo inovador que possibilita ganhos de escala, especialização com qualidade e redução de custos, por meio da **oferta de suporte administrativo de forma centralizada aos ministérios,**

com controles estabelecidos e transparência. A iniciativa permite otimizar o uso de mão de obra e gestão, ampliar a produtividade e potencializar a capacidade das áreas de suporte dos órgãos atendidos.

Em 2024, o ColaboraGov passou a prestar serviços de logística, contratações, gestão documental, orçamento e finanças, gestão de pessoas, gestão estratégica e tecnologia da informação a 13 ministérios.

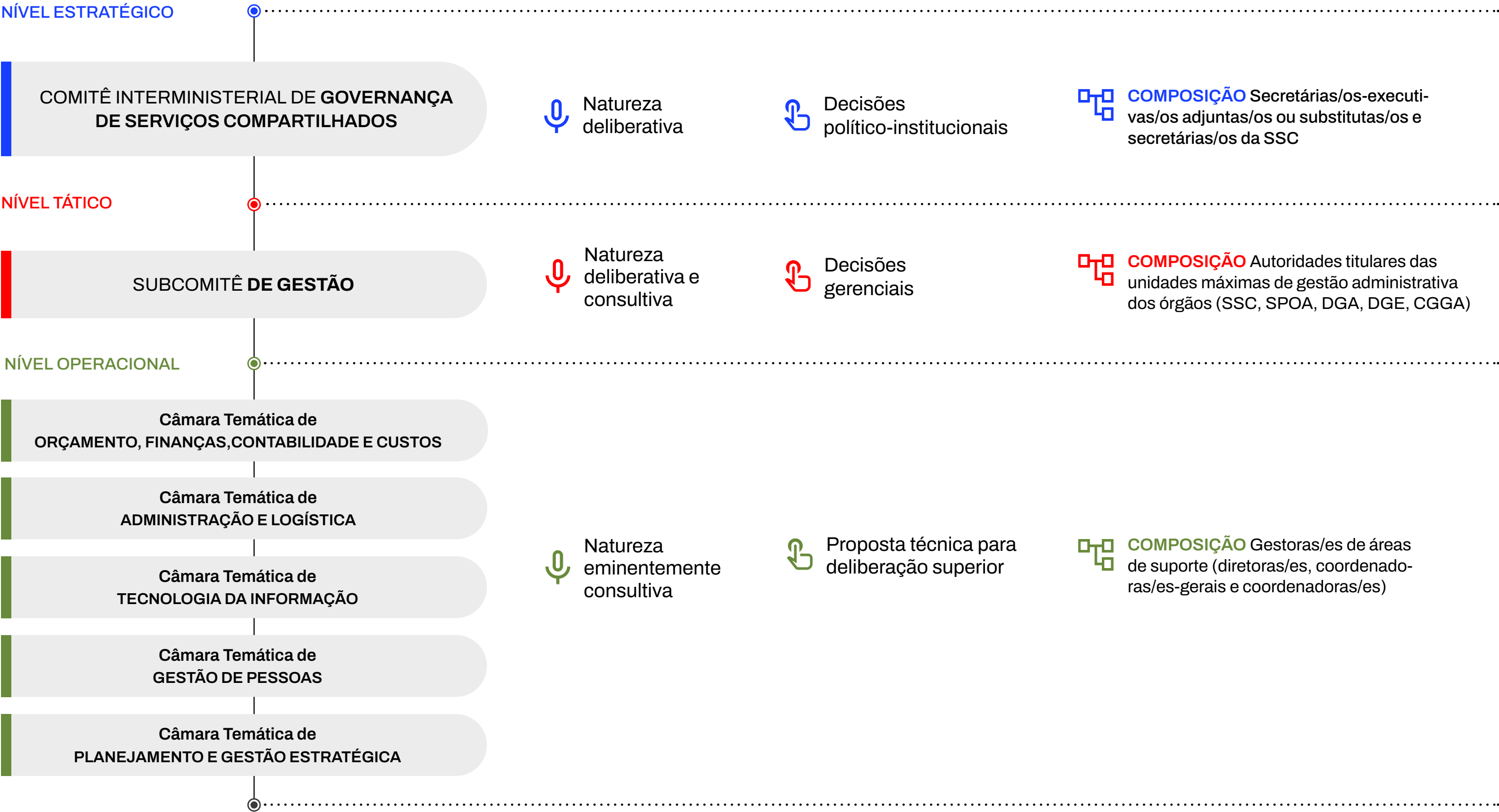
O ColaboraGov conta com o Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados (CIG-SC) e seis instâncias de apoio à governança: o Subcomitê de Gestão e cinco câmaras temáticas de apoio à governança de serviços compartilhados, que tratam de:

- Orçamento, finanças, contabilidade e custos (CTOFC)
- Tecnologia da informação (CTTI)
- Administração e logística (CTAL)
- Gestão de pessoas (CTGP)
- Planejamento e gestão estratégica (CTPGE)

O CIG-SC, de natureza deliberativa (decisões político-institucionais), é composto por titulares ou adjuntas/os da secretarias-executivas, além da/o secretária/o de Serviços Compartilhados do MGI, que coordena o comitê. Já as chefias das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) ou autoridades equivalentes compõem o SG, que apresenta pautas deliberativas ou consultivas sobre decisões táticas. Gestoras/es das áreas de suporte, por sua vez, integram as câmaras temáticas, que têm natureza eminentemente consultiva, focando em discussões técnico-operacionais.

Ao longo de 2024, foram 26 reuniões ordinárias dos colegiados do CSC, perfazendo 100% dos encontros previstos normativamente, com participação média dos órgãos de 85%.

A imagem a seguir representa a estrutura de governança interministerial do CSC. Saiba mais sobre a governança do ColaboraGov [@ aqui](#).





INICIATIVA ESTRATÉGICA

Ampliação e aprimoramento do ColaboraGov

O ColaboraGov encerrou 2024 englobando 13 ministérios, com ampliação em mais de 100% na sua capacidade de atendimento. Com seis ministérios atendidos no final de 2023, a integração de mais sete ministérios em 2024 fortalece a proposta de centralização de serviços entre órgãos do executivo federal.

PRINCIPAIS ENTREGAS EM ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Em 2024, o ColaboraGov 2024 agrupou 1.791 demandas de compras e contratações dos ministérios, conforme o Plano de Contratações Anual Consolidado. O objetivo foi racionalizar procedimentos e otimizar o trabalho das unidades executoras. Assim, foram realizados 11 planejamentos de contratações compartilhadas, os quais embasarão futuros contratos.

Na gestão patrimonial, o Colaboragov doou 2.787 itens para ministérios, otimizando espaços de armazenamento. A frota de veículos de representação foi modernizada com a contratação de veículos híbridos, atendendo 10 órgãos, integrando serviços como abastecimento, manutenção e seguro.

O ColaboraGov desenvolveu ainda projetos de arquitetura para adequação de espaços em edifícios do MGI e ocupados por órgãos, como salas de apoio à amamentação, espaços de convivência e *coworking*.

Órgãos integrantes do COLABORAGOV

MDIC	Ministério do DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	ATENDIDOS EM 2023
MF	Ministério da FAZENDA	
MPD	Ministério do PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
MPI	Ministério dos POVOS INDÍGENAS	
MGI	Ministério da GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS	
MEMP	Ministério do EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE	
MDHC	Ministério dos DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA	INCLUÍDOS EM 2024
MESP	Ministério do ESPORTE	
MMulheres	Ministério das MULHERES	
MPOR	Ministério dos PORTOS E AEROPORTOS	
MIR	Ministério da IGUALDADE RACIAL	
MPS	Ministério da PREVIDÊNCIA SOCIAL	
MTur	Ministério do TURISMO	



FOTO: Felipe Chemicatti / Acervo MGI

PRINCIPAIS AÇÕES EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

As iniciativas estratégicas de governança de tecnologia da informação - TI, gestão de dados e transformação digital no ColaboraGov seguem as melhores práticas do mercado, incluindo *frameworks* reconhecidos como COBIT e DAMA-DMBOK, e as normas ISO 38505, voltada para a governança de dados, e ISO 56002, para gestão da inovação. Essas práticas asseguram a modernização e a inovação constante, promovendo transparência, eficiência operacional e segurança aos ministérios participantes do ColaboraGov e a outros parceiros do MGI. Destacam-se as seguintes ações:

- **COMPARTILHA SERVIÇO E COMPARTILHA GESTÃO** | ferramentas para acompanhar requisições por ministérios do ColaboraGov, fundamental para a visão das demandas, prazos de atendimento e avaliação dos serviços
- **CENTRAL DE PAINÉIS DO COLABORAGOV** | painéis de dados estruturados e padronizados para acesso ágil, seguro e transparente às informações, consolidando a governança de dados e garantindo a integridade, consistência e a qualidade dos dados
- **SEMANA DA GOVERNANÇA DE DADOS** | incentivo à cultura de dados por meio de painéis, palestras e apresentações de casos de sucesso, visando à implementação de projetos de inteligência artificial de forma sustentável e inovadora no ColaboraGov

PRINCIPAIS ENTREGAS EM GESTÃO DE PESSOAS

O ColaboraGov promoveu a gestão das folhas de pagamento de pessoal de 40.670 pessoas de 13 órgãos, que integram o Centro de Serviços Compartilhados, totali-

zando R\$ 1 bi/mês e assegurando remuneração a agentes públicas/os dos respectivos órgãos.

Para garantir maior transparência, foram normatizadas as diretrizes de avaliação de desempenho individual e institucional e de pagamento de gratificações de desempenho para ocupantes de cargos públicos efetivos do quadro de pessoal do MGI e dos órgãos do Centro de Serviços Compartilhados.

O ColaboraGov também contratou 45 ações de desenvolvimento centralizadas por meio de 19 instituições de ensino, resultando na capacitação de 2.329 servidoras/es, com economia estimada de R\$ 169.194,85 em razão de descontos concedidos devido ao volume da contratação. Foi publicado edital para credenciar instituições de ensino e conceder benefícios em forma de desconto em matrículas ou mensalidades de ações de desenvolvimento a servidoras/es do ColaboraGov.

Foi implementado o Painel de Gestão de Pessoas, que centraliza e organiza dados de trabalhadoras/es dos órgãos do ColaboraGov, em um sistema inovador para a gestão de equipes, com visão unificada em todos os níveis de gestão. A ferramenta estratégica permite melhor planejamento da gestão e contribui para a eficiência, desempenho e qualidade do serviço público.

Com uma abordagem humanizada, o ColaboraGov implementou ações para auxiliar servidoras/es em sua preparação para aposentadoria. A iniciativa aborda a preparação para essa nova fase, o bem-estar, a valorização e o reconhecimento pela sua contribuição ao serviço público.

Riscos, oportunidades e perspectivas

ESTE CAPÍTULO APRESENTA COMO O MGI GERENCIA OS RISCOS que podem impactar sua capacidade de gerar valor no curto, médio e longo prazo. O objetivo é detalhar a estrutura de governança adotada, o modelo de gestão de riscos, incluindo sua Política de Gestão de Riscos, e as práticas de monitoramento contínuo voltadas à prevenção e mitigação desses riscos.

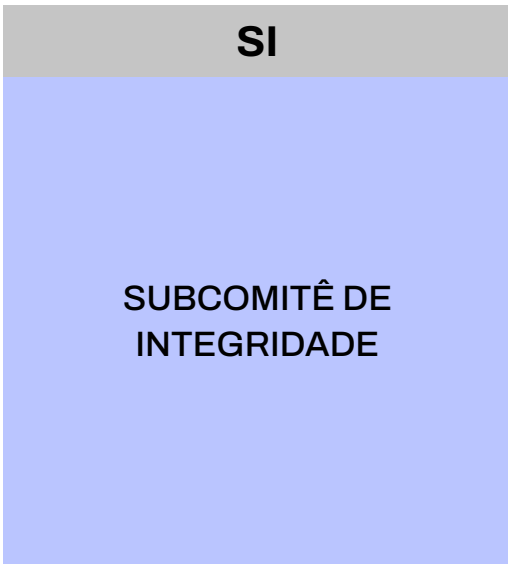
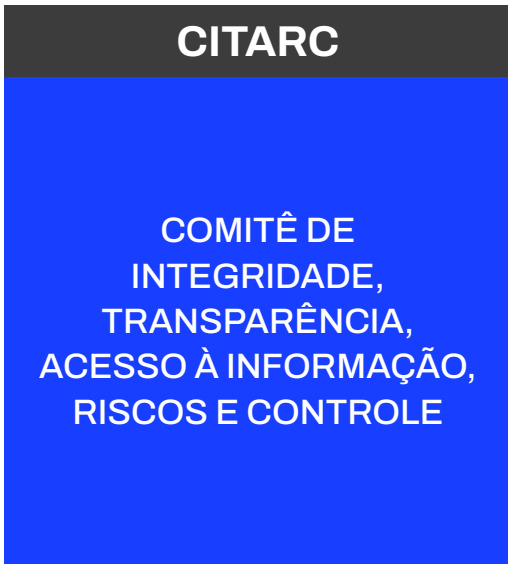


A GESTÃO DE RISCOS É ESSENCIAL PARA QUALQUER ORGANIZAÇÃO, especialmente no contexto governamental. Ela envolve ações para contribuir com a geração de valor e tem a capacidade de antecipar ameaças e oportunidades, permitindo a minimização de potenciais danos previstos em cenários adversos de maneira eficiente, efetiva e eficaz.

O tema desempenha um papel estratégico no MGI, de modo a garantir a efetividade na prestação de serviços à sociedade. Em um cenário dinâmico e desafiador, essa prática **fortalece a capacidade do ministério de antecipar ameaças, mitigar impactos e encontrar soluções** antes que os problemas se concretizem. Ao identificar oportunidades, a gestão de riscos aprimora a transparência e a confiança por parte de cidadãos e cidadãos.

Dentro da governança da gestão de riscos no MGI, atua o Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle - CITARC, com apoio do Subcomitê de Integridade - SI. O CITARC e SI foram instituídos pela Portaria GM/MGI nº 5.897, de 5 de outubro de 2023, e são vinculados ao Comitê Ministerial de Governança (CMG).

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA GESTÃO DE RISCOS DO MGI



Nesse tema, o ano de 2024 foi marcado por um período de estruturação de instrumentos importantes no MGI, a partir da atuação do CITARC. São eles

CARTEIRA DE RISCOS ESTRATÉGICOS

Foi definida a carteira de riscos estratégicos, englobando riscos vinculados às iniciativas que compõem o planejamento estratégico do MGI. O monitoramento desses riscos é realizado pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) do ministério, que acompanha periodicamente as ações de tratamento, com reportes ao CITARC e ao CMG.

RESOLUÇÃO CITARC / MGI Nº 2

GUIA DE GESTÃO DE RISCOS

O documento é uma referência às diversas áreas do ministério na gestão dos riscos de seus projetos e processos. Ele apresenta a contextualização, estruturação do tema, padronização conceitual, orientação sobre a metodologia e as partes interessadas. Assim, fornece uma estrutura prática para a implementação de um sistema de gestão de riscos aprovado pelo CITARC.

RESOLUÇÃO CITARC / MGI Nº 4

MULTIPLICADORES DE INTEGRIDADE

Em cada uma das secretarias do ministério, foram designadas/os servidoras/es para atuarem como multiplicadoras/es de integridade. Entre suas atribuições, participam dos procedimentos de avaliação de riscos à integridade em sua unidade. A rede foi estabelecida pela Resolução CITARC/MGI nº 3, de 28 de junho de 2024.

RESOLUÇÃO CITARC / MGI Nº 3

GESTÃO DE RISCOS DO MGI

O ministério também conta com a **Política de Gestão de Riscos**, aprovada pelo CITARC no ano anterior, por meio da [Resolução CITARC/MGI nº 1, de 15 de dezembro de 2023](#). O documento compreende objetivos, princípios, diretrizes e competências aplicáveis à gestão de riscos no âmbito ministerial.

A partir do monitoramento definido na carteira, ao longo de 2024, foram identificados 259 eventos de riscos. Houve a classificação do nível de risco e foram estabelecidas ações de mitigação, cujo *status* também é objeto de acompanhamento. A seguir, estão apresentados os grandes números referentes ao monitoramento de riscos.

RISCOS IDENTIFICADOS

13	27	49	436
Objetivos estratégicos	Resultados-chave	Iniciativas estratégicas	Entregas estratégicas
259	217	3	39
Eventos de risco	Respostas ao risco	Riscos à integridade	Intervenções da secretaria executiva

STATUS DA MITIGAÇÃO

NÃO INICIADA	42
EM ANDAMENTO	103
CONCLUÍDA	114

NÍVEL DE RISCO

ALTO	134
CRÍTICO	78
MODERADO	38
PEQUENO	9

FONTE: Sistema de Gestão da Estratégia do MGI (SIsGE) consultado em dezembro de 2024.

Entre as iniciativas para as quais foram identificados riscos relevantes, destacam-se:

CONSTRUÇÃO DO NOVO marco do setor público (SETE)

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA de Aceleração do Sistema de Gestão de Arquivos e Documentos - SIGA (Arquivo Nacional)

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA Nacional de Compras Públicas e aperfeiçoamento das parcerias e transferências da União (SEGES)

FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES nas empresas estatais para o aprimoramento da atuação de suas estruturas de governança (SEST)

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA Federal de Governo Digital - EFGD e Expansão da Plataforma gov.br (SGD)

CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO - CPNU e a realização do Dimensionamento da Força de Trabalho (SGP)

NEGOCIAÇÃO DAS DEMANDAS DA MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE e a instituição da unidade gestora centralizada dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) da União - Uniprev (SRT)

DEMOCRATIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO da União - Imóvel da Gente (SPU)

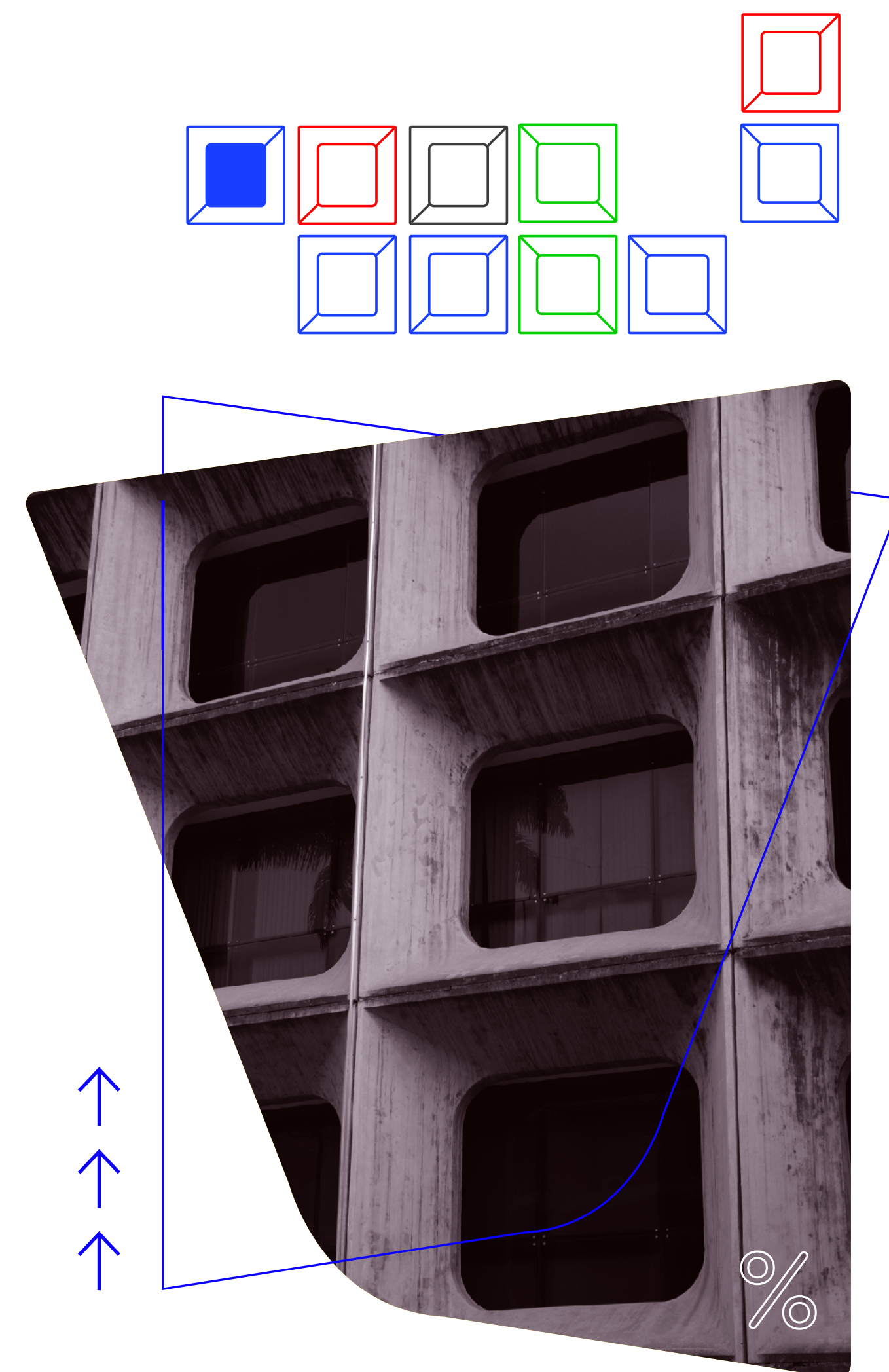


INICIATIVAS ESTRATÉGICAS COM
EVENTOS DE RISCO IDENTIFICADOS

Ampliação da promoção da função econômica social	6	Fortalecimento de capacidades nas empresas estatais	4
Ampliação do Programa Nacional de Gestão e Inovação	6	Identificação de fundos arquivísticos com foco em gestão	5
Ampliação e aprimoramento do ColaboraGov	55	Implantação de laboratórios de preservação	6
Aperfeiçoamento da Política Nacional de Arquivos	18	Implantação do Programa de Aceleração do Sistema	26
Aperfeiçoamento das parcerias e transferências da União	3	Implementação da Estratégia Nacional de Compras Públicas	5
Aperfeiçoamento de estruturas organizacionais e de gestão	1	Implementação da Estratégia Nacional de Governo Digital	2
Aperfeiçoamento do atendimento aos Sistemas Estruturantes	2	Implementação da Estratégia Nacional de Logística Pública	1
Aperfeiçoamento e modernização do Cadastro Ambiental Rural	5	Implementação da Infraestrutura Nacional de Dados	1
Aprimoramento da Comissão de Ex-Territórios	1	Implementação de novo arranjo institucional de coordenação	5
Aprimoramento da governança dos recursos da União	4	Implementação e expansão do sistema de identificação	13
Aprimoramento do controle dos imóveis da União	8	Instituição da Unidade Gestora Centralizada dos Regimes	3
Aprimoramento dos Sistemas de Gestão	3	Melhoria da governança e da capacidade de gestão	5
Capacidades das empresas estatais	1	Minuta do decreto da Estratégia Nacional de Governo Digital	7
Centro de Excelência em Privacidade e Segurança (CEPS)	1	Produção de subsídios para a transformação do Estado	3
Concurso Público Nacional Unificado (CPNU)	4	Realização do Dimensionamento da Força de Trabalho	4
Consolidação do ciclo laboral do servidor	1	Reestruturação do sistema de carreiras	1
Construção do novo marco do setor público	9	Revisão das competências da Comissão Interministerial	1
Criação do Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT)	7	Revisão do arcabouço normativo de acessibilidade	3
Democratização do Patrimônio da União	8	Tecnologia da informação	1
Elaboração de propostas voltadas à transformação do setor	1	Unidade Gestora do RPPS da União	2
Expansão da Plataforma gov.br	3		
Expansão do Processo Eletrônico Nacional	2		
Fortalecimento da gestão do atendimento ao aposentado	10		
Fortalecimento da gestão documental - Fábrica de Digitalização	2		

Com o amadurecimento e sistematização do processo de gestão dos riscos das iniciativas estratégicas do ministério, as/os dirigentes do MGI obtêm informações para revisar e recalibrar as ações preventivas e mitigadoras necessárias ao tratamento dos riscos.

As lideranças também têm acesso à classificação de cada evento de risco previsto, de modo a incentivar a **resiliência a crises, o planejamento, o uso eficiente de recursos e a governança.**



Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

A SEGUIR, O MGI TRAZ UM PANORAMA de suas informações orçamentárias, financeiras e contábeis, essenciais para compreender seu desempenho ao longo de 2024. O capítulo evidencia os principais fatos contábeis da gestão no exercício por meio de textos, tabelas e infográficos. Para maior transparência, o relatório fornece acesso às demonstrações contábeis completas, garantindo clareza e precisão na prestação de contas.



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

O orçamento do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 2024 foi de R\$ 14,30 bilhões.

O valor representa um aumento de 4,33% em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o período.

O incremento ocorreu principalmente devido às fortes chuvas ocorridas no Rio Grande do Sul em maio de 2024. Com a decretação de calamidade pública no estado, foram disponibilizados mais recursos, os chamados créditos extraordinários, para proteger e recuperar acervos arquivísticos essenciais para a manutenção da história, cultura e patrimônio documental do estado e do país.

As enchentes também acabaram atrasando a realização do primeiro Concurso Nacional Unificado (CNU). Para não prejudicar as pessoas afetadas e inscritas no processo seletivo, foi necessário adiar a aplicação das provas. Assim, novas despesas surgiram e requereram aumento de dotação orçamentária, também por meio de créditos extraordinários.

O orçamento do MGI inclui unidades da administração direta, o Arquivo Nacional e demais recursos sob supervisão do ministério.

VALOR APRESENTADO NO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL [PLOA]

R\$ 13,80 bilhões

A cada ano, o Poder Executivo elabora o projeto de lei orçamentária (PLOA) para o ano seguinte. No documento é apresentada sua proposta orçamentária levando em consideração as orientações dadas por outros dois instrumentos: o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

VALOR APROVADO PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL [LOA]

R\$ 13,71 bilhões

O Congresso Nacional examina o PLOA. Durante esse processo as/os parlamentares podem fazer ajustes ou emendas ao projeto. Depois de aprovado o PLOA, o Congresso Nacional o devolve ao Poder Executivo para ser sancionado pelo presidente da República e publicado no Diário Oficial da União. Ele então se transforma na Lei Orçamentária Anual (LOA).

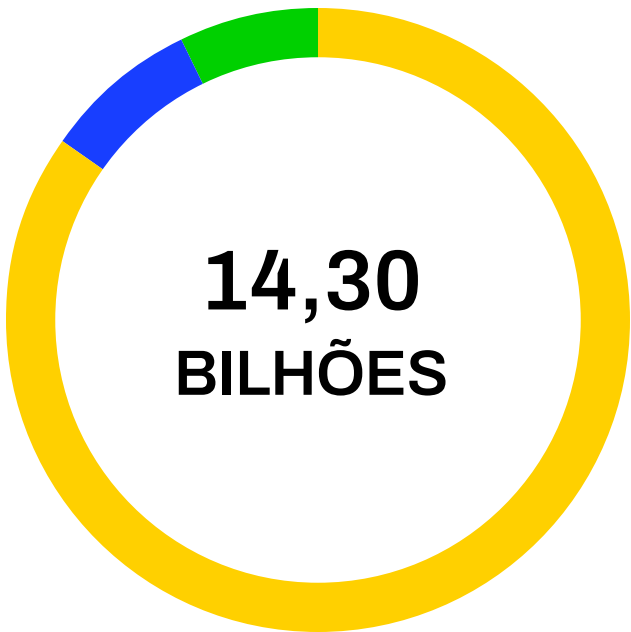
R\$



DOTAÇÃO ATUAL ↗
14,30 bilhões

Publicada a LOA, os órgãos federais estão aptos a utilizar os recursos para custear as entregas à sociedade, isto é, começam a executar as despesas previstas. Ao longo da execução do orçamento, podem surgir situações específicas que demandam ajustes. Isso é feito também por meio da aprovação de créditos adicionais, como ocorreu no MGI. A dotação atual então corresponde ao valor disponível final, considerados os ajustes efetuados ao longo do ano.

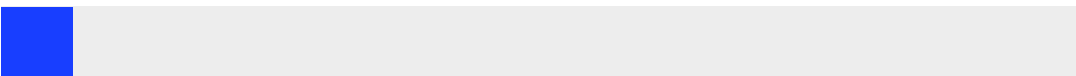
A ORÇAMENTO DO MGI está dividido em despesas obrigatórias, discricionárias e financeiras.



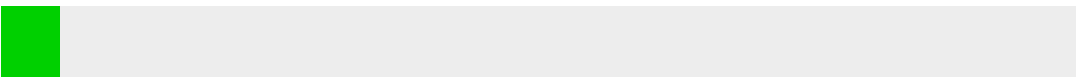
DESPESAS OBRIGATÓRIAS 85,14%



DESPESAS DISCRICIONÁRIAS 8,48%



DESPESAS FINANCEIRAS 6,39%



R\$ 12,27 bilhões

DESPESA OBRIGATÓRIA

Gastos determinados pela Constituição Federal ou por leis. A principal despesa obrigatória corresponde a gastos com pessoal.

R\$ 1,15 bilhão

DESPESA DISCRICIONÁRIA

Gastos que o governo federal pode decidir fazer ou não, sem obrigatoriedade estabelecida em lei. As prioridades governamentais direcionam a alocação dessas despesas.

R\$ 884,38 milhões

DESPESA FINANCEIRA

São os gastos destinados ao pagamento das contribuições da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência de servidoras/es públicas/os federais.

Durante a execução do orçamento, é necessário um processo com várias etapas para efetivação dos pagamentos. Quando pretende realizar uma despesa, inicialmente o governo emite um empenho, que é o compromisso de que aquele valor será usado para pagar determinada despesa no futuro. Funciona como uma obrigação de pagamento ainda pendente.

Em seguida, depois que o serviço é prestado ou o produto é entregue, é neces-

sário fazer a liquidação, que é a verificação dessa entrega. Nessa etapa então o governo verifica se o serviço foi prestado ou se o produto foi entregue corretamente antes de liberar o pagamento.

A tabela abaixo apresenta os valores empenhados, liquidados e pagos pelo MGI relativos ao orçamento de 2024. Eles estão separados entre despesas financeiras, obrigatórias e discricionárias.

	DEPESAS FINANCEIRAS	DESPESAS OBRIGATÓRIAS	DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	TOTAL
DOTAÇÃO ATUAL	884,38 milhões	12,27 bilhões	1,15 bilhão	14,30 bilhões
EMPENHADO	479, 58 milhões	11,99 bilhões	1,15 bilhão	13,62 bilhões
LIQUIDADO	465, 09 milhões	11,61 bilhões	0,69 bilhão	12,77 bilhões
PAGO	465, 09 milhões	10,76 bilhões	0,68 bilhão	11,90 bilhões

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extração 08/01/2025

Pagamentos por grupo e elementos de despesa

Nesta seção, são apresentados mais detalhes sobre os valores pagos relativos ao orçamento de 2024.

Eles foram divididos conforme seus grupos ou elementos de despesas, ou seja, entre despesas de pessoal e encargos sociais; de custeio; e de investimento.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
R\$ 4,27 BILHÕES		Aposentadorias, reserva remunerada e reformas
R\$ 2,83 BILHÕES		Pensões
R\$ 2,50 BILHÕES		Vencimentos e vantagens fixas PESSOAL ATIVO CIVIL
R\$ 0,56 BILHÃO		Contribuições patronais
R\$ 0,45 BILHÃO		Outras despesas com pessoal e encargo

DESPESAS DE CUSTEIO		
R\$ 294,23 MILHÕES		Serviço de tecnologia da informação e comunicação PESSOA JURÍDICA
R\$ 227,34 MILHÕES		Auxílio-alimentação
R\$ 222,06 MILHÕES		Outros serviços de terceiros PESSOA JURÍDICA
R\$ 206,14 MILHÕES		Pensões especiais
R\$ 310,92 MILHÕES		Outras despesas correntes

INVESTIMENTO		
R\$ 18,90 MILHÕES		Equipamento e material permanente
R\$ 1,04 MILHÃO		Serviço de tecnologia da informação e comunicação PESSOA JURÍDICA
R\$ 0,72 MILHÃO		Outros serviços de terceiros PESSOA JURÍDICA
R\$ 0,40 MILHÃO		Contribuições
R\$ 0,20 MILHÃO		Obras e instalações

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

As despesas com pessoal e encargos sociais totalizaram o montante de R\$ 10,61 bilhões.

A maior parte foi gasta com despesas com aposentadorias, reservas e pensões, executadas principalmente pela unidade orçamentária 73113 (Recursos sob supervisão do MGI), que inclui inativas/os e pensionistas de ex-territórios e pessoas anistiadas.

DESPESAS DE CUSTEIO

O maior fornecedor do MGI é o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), responsável por uma variedade de serviços de tecnologia da informação, incluindo hospedagem de sistemas, computação em nuvem e suporte de infraestrutura. **Destacam-se também os outros serviços de terceiros, como apoio administrativo, técnico e operacional.**

INVESTIMENTOS

Entre as despesas classificadas como investimentos, destaca-se a aquisição de equipamentos e material permanente, como computadores, e manutenção de servidores de dados, **que totalizaram mais de 89% do montante total.**

Despesas pagas por área de atuação de políticas públicas

O orçamento do MGI foi mobilizado para a execução de políticas públicas que garantem entregas para a sociedade.

Essas entregas se vinculam aos objetivos estratégicos do ministério, apresentados no capítulo 2.

A seguir, estão apresentados os valores pagos ou efetivamente executados no orçamento de 2024, relacionados a algumas políticas prioritárias do ministério.

	Gestão do governo digital	R\$ 92,16 MILHÕES	Promove a transformação e simplificação de serviços públicos, com acesso digital seguro, governança de dados, integração entre órgãos e oferta de plataformas tecnológicas compartilhadas.
	Governança e fiscalização do patrimônio imobiliário da União	R\$ 40,26 MILHÕES	Envolve a administração, regularização, fiscalização e incorporação de bens, bem como a formulação de políticas de gestão integradas ao desenvolvimento sustentável.
	Promoção do acesso ao patrimônio documental nacional	R\$ 35,89 MILHÕES	Consiste na gestão, preservação e difusão de documentos públicos, garantindo informações para decisões governamentais, defesa de direitos e fomento ao conhecimento científico e cultural.
	Gestão do Cadastro Ambiental Rural	R\$ 8,25 MILHÕES	Integra as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.
	Demais políticas públicas	R\$ 10,62 MILHÕES	Engloba iniciativas de aperfeiçoamento da gestão pública, fortalecimento da gestão de pessoas e coordenação das empresas estatais federais.

PARA SABER MAIS SOBRE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



CLIQUE AQUI

O **§10 DO ARTIGO 165** da Constituição Federal estabelece que a administração pública tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando as medidas e os meios necessários para assegurar a efetiva

entrega. Nesse contexto, o MGI, em 2024, demonstrou elevado comprometimento com a eficiência na gestão dos recursos públicos ao executar os recursos disponíveis.



99,99% de execução do orçamento



das despesas primárias
discrecionárias disponíveis

FUNDOS

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), criado em 1986, foi uma autarquia federal destinada a financiar investimentos para o desenvolvimento nacional e apoiar a iniciativa privada. Gerido operacionalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o fundo captava recursos por meio da emissão de quotas e obrigações e integrava ao seu patrimônio ações de empresas estatais. Em 2010, o FND entrou em processo de extinção, formalizado pela Lei nº 12.431/2011.

Após a extinção, iniciou-se um complexo processo de inventariança, formalizado em 2017, para organizar bens, direitos e obrigações do fundo. Sob coordenação do atual MGI, a conclusão dos trabalhos já sofreu diversas prorrogações e está prevista para ocorrer em 19 de dezembro de 2025, conforme a Portaria MGI nº 9.116/2024.

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO OCORRIDA EM 2024

Valor total das cotas	R\$ 308.384.741,03
Atualização monetária*	R\$ 376.771.856,80
Total	R\$ 685.156.597,83

*Até dezembro de 2024

INFORMAÇÕES DE CUSTOS

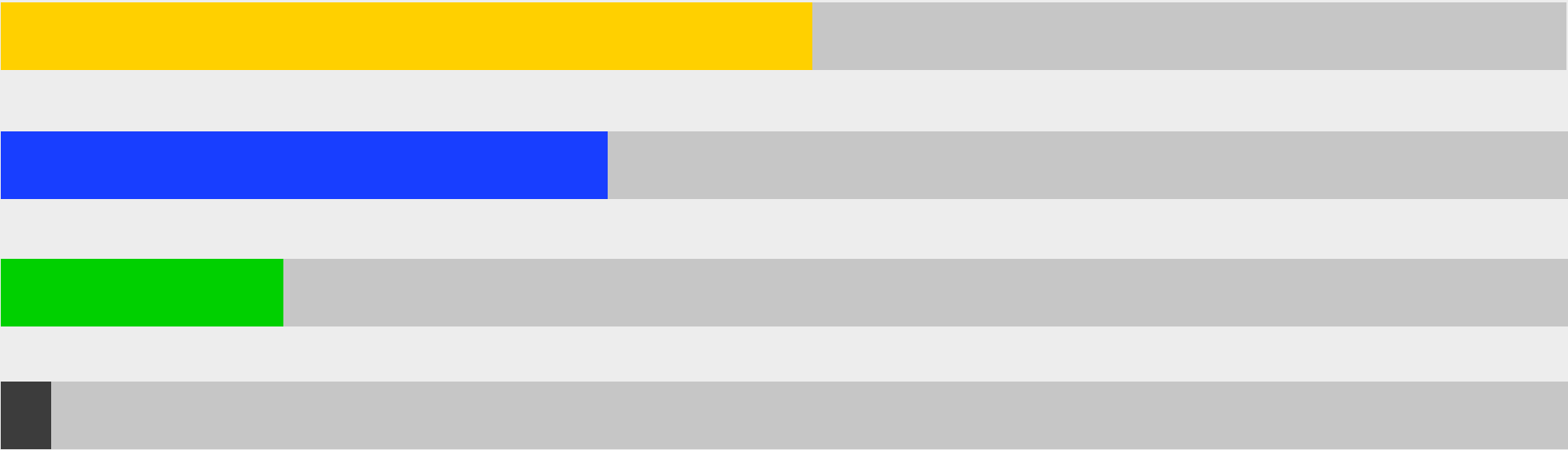
Em 2024, o MGI desenvolveu e implementou uma nova metodologia para apuração e alocação de custos, por meio do ColaboraGov. Para a apuração dos custos, foi adotado o custeio por departamentalização, tendo como objeto de custo a unidade administrativa dos órgãos analisados.

A análise baseou-se nas variações patrimoniais diminutivas, garantindo fidedignidade e comparabilidade dos dados. Os custos foram classificados em objetos resumidos de contratações, e o registro seguiu o regime de competência.

Diante dos desafios na organização dos dados, foram estruturados 3.909 processos e atualizadas informações de 25 edifícios de 13 órgãos, permitindo a identificação dos custos diretos e indiretos. A metodologia revelou três eixos principais de análise: mão de obra, contratos (tecnologia da informação e comunicação - TIC e demais contratos administrativos) e outros, proporcionando maior transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

No exercício de 2024, os custos do MGI totalizaram o montante de R\$ 2.432.046.781, sendo o custo mensal de R\$ 202.670.565, conforme demonstrado no gráfico.

Eixos de análise dos custos

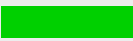


MÃO DE OBRA



46,33%
R\$ 1.126.795.389,62

CONTRATOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)



16,15%
R\$ 392.663.757,26

CONTRATOS DEMAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



34,67%
R\$ 843.101.357,38

OUTROS



2,82%
R\$ 69.486.277,18

Custo de mão de obra

O **custo de mão de obra refere-se ao total gasto com a força de trabalho efetiva** do órgão, englobando remuneração, benefícios e encargos trabalhistas de servidoras/es. Para o cálculo, entende-se como força de trabalho efetiva servidoras e servidores que desempenham efetivamente suas funções no órgão e contribuem para as entregas do ministério, incluindo pessoas requisitadas e excluindo as cedidas.

A mão de obra é classificada em duas categorias: SIAPE (servidoras/es registradas/os no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e Extra-SIAPE

(requisitadas/os que não estão cadastradas/os no SIAPE e recebem por meio de ressarcimento).

No exercício de 2024, o MGI contou, em média, com **5.782 servidoras/es**, resultando em um custo médio salarial mensal de R\$ 16.241 por pessoa. Considerando a distribuição do quantitativo de servidoras/es, destaca-se o Distrito Federal, que corresponde a cerca de 55% da força de trabalho do MGI, seguido pelo Rio de Janeiro, que representa 11% do total. Com relação à departamentalização, tem-se como destaque as seguintes secretarias:

Secretaria	Quantidade média de pessoal	Custo total
Secretaria de Serviços Compartilhados SSC	2514	R\$ 321.012.329
Secretaria do Patrimônio da União SPU	1575	R\$ 265.996.522
Secretaria de Gestão SEGES	555	R\$ 169.265.202

CUSTO DA MÃO DE OBRA DAS MAIORES SECRETARIAS DO MGI

Elaboração própria SSC/DFC/CGCON/COINC

Contratos (tecnologia de informação e comunicação - TIC e demais contratos administrativos) e outros

Recorrendo aos eixos de análises contratos (TIC e demais contratos administrativos) e outros, é possível identificar o custo de funcionamento da administração pública, que representa os gastos realizados pelos entes públicos necessários para o exercício de suas atividades. **O valor desses custos em 2024 foi de R\$ 1.304.783.447,66**

Entre os eixos analisados, destacam-se demais contratos administrativos, que representam 64,62% do montante. Entre esses custos, o mais expressivo é o de serviços de apoio, que equivale a 41% do total. Os serviços de apoio são aqueles prestados por pessoa jurídica para apoiar as atividades administrativas, técnicas e operacionais dos

órgãos públicos, como auxiliar administrativo, vigilância e climatização.

Já o eixo de TIC representa 30,09% dos custos das contratações. A maior parte dessa despesa é destinada ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que equivale a 96%.

FOTO: Felipe Chemicatti / Acervo MGI

Boletim de Custo

Para o exercício de 2025, o MGI vai elaborar o Boletim de Custo, que fornecerá uma visão consolidada e estruturada dos custos dos órgãos do ColaboraGov, possibilitando a análise de seus componentes e a identificação de padrões de gastos. Esse acompanhamento promoverá maior transparência e controle sobre os gastos públicos. **O boletim irá subsidiar a melhor alocação de recursos públicos e a consolidação da cultura de custos baseada em evidências.**

A previsão é iniciar o estudo da mensuração dos custos de políticas públicas e de custos prediais, além de subsidiar a elaboração do orçamento e aprimorar a tomada de decisão.

1.04058345

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Situação patrimonial

A situação patrimonial refere-se ao conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade pública em determinado momento.

Ela é evidenciada no **balanço patrimonial (BP)**, que demonstra a posição financeira da entidade e sua capacidade de cumprir compromissos.

A análise da situação patrimonial é essencial para compreender a solvência, liquidez e sustentabilidade financeira da entidade pública, auxiliando na tomada de decisões e no cumprimento da responsabilidade fiscal.

ELEMENTOS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO

Recursos controlados pela entidade pública que podem gerar benefícios futuros, como bens móveis e imóveis, caixa e investimentos

PASSIVO

Obrigações presentes da entidade, incluindo fornecedores, restos a pagar e precatórios

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Diferença entre ativo e passivo, representando a riqueza líquida da entidade

FOTO: Felipe Chemicatti / Acervo MGI



EDIFÍCIOS ANEXOS A exemplo dos edifícios principais da Esplanada dos Ministérios, seus anexos seguem o estilo modernista. A estética das grandes vidraças contribui para ampliar a iluminação natural dos corredores, salas e saguões do espaço interno.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.124.539.959,70	OBRIGAÇÕES TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	1.510.162.639,57
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	136.536.577,96	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	146.570.146,17
ESTOQUES	5.153.518,93	PROVISÕES	4.000.000.000,00
IMOBILIZADO	232.712.930.491,29	DEMAIS OBRIGAÇÕES	5.786.293.698,29
INTANGÍVEL	405.748.384,4		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	296.272.385,01		
ATIVO	236.681.181.317,29	PASSIVO	11.443.026.484,03
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	225.238.154.833,26
TOTAL	236.681.181.317,29	TOTAL	236.681.181.317,29

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Fonte: SIAFI



O MGI apresenta uma **situação patrimonial positiva de R\$ 225,2 bilhões**, uma vez que o ativo total, no valor de R\$ 236,6 bilhões, supera a soma dos passivos, que totalizam R\$ 11,4 bilhões, conforme evidenciado pela sua estrutura patrimonial.

Ativos

O imobilizado (bens móveis e imóveis) corresponde a aproximadamente 98% dos ativos totais.

Passivos

O montante registrado em provisões corresponde a 35% do passivo total e está relacionado a ações judiciais classificadas como de perda provável, conforme a Advocacia-Geral da União.

Registradas em demais obrigações, as compensações financeiras entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) representam, isoladamente, 44% do passivo total, estando também contabilizadas no ativo. Esse registro reflete o papel do MGI como órgão gestor de contribuições e pensões do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec).

Patrimônio líquido

Houve uma variação positiva de aproximadamente R\$ 18 bilhões, decorrente do registro das reavaliações de bens imóveis, conforme a Portaria nº 10/2023 (SPU/STN) e a Instrução Normativa nº 67/2022 (SPU), em consonância com a Macrofunção 021006 - Manual de Regularizações Contábeis.

Resultado patrimonial

O resultado patrimonial representa a variação na situação líquida patrimonial de uma entidade pública durante um período contábil. Ele reflete o impacto das operações da entidade sobre seu patrimônio líquido e pode ser:

Superavitário

Quando as **receitas** patrimoniais **superam** as despesas

Deficitário

Quando as **despesas** patrimoniais **superam** as receitas

O resultado patrimonial é apresentado na **demonstração das variações patrimoniais (DVP)** e é essencial para avaliar a sustentabilidade fiscal e a eficiência da gestão de recursos públicos.

RESULTADO PATRIMONIAL

Fonte: SIAFI / tesouro gerencial

	2024	2023
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	51.115.665.924,71	48.208.417.127,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	41.455.958.999,09	44.190.802.559,00
RESULTADO PATRIMONIAL	9.659.706.925,62	4.017.614.568,00



O MGI registrou um **superávit patrimonial de R\$ 9,6 bilhões**, impulsionado pelos seguintes fatores:

R\$ **2,2 bilhões**

Cessão a agentes financeiros para operacionalização do pagamento da folha de pessoal e outros pagamentos a terceiros

R\$ **28,3 bilhões**

Transferências financeiras líquidas

R\$ **11 bilhões**

Ganhos com incorporação devido à regularização de imóveis

R\$ **26,6 bilhões**

Gastos com pessoal, encargos e benefícios previdenciários

R\$ **1,4 bilhão**

Gastos com uso de bens, serviços e consumo de materiais

R\$ **2,7 bilhões**

Reavaliação de imóveis

R\$ **3 bilhões**

Constituição de provisão

Geração líquida de caixa

A geração líquida de caixa no setor público representa o saldo entre entradas e saídas de recursos financeiros em um determinado período.

Ela é apurada na **demonstração dos fluxos de caixa (DFC)** e reflete a capacidade de a entidade pública gerar caixa suficiente para cobrir suas despesas operacionais, investimentos e obrigações financeiras.

COMPONENTES

INGRESSOS DE CAIXA

Recursos recebidos por meio de arrecadação de tributos, transferências, alienação de bens, entre outros

SAÍDAS DE CAIXA

Pagamentos de despesas correntes, investimentos, amortização de dívidas, entre outros

Se o resultado for **positivo**, significa que houve um aumento no saldo de caixa e equivalentes. Se for **negativo**, indica que os pagamentos superaram as entradas, podendo sinalizar necessidade de financiamento ou ajustes na gestão orçamentária.

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

Fonte: SIAFI

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS	278.922.091,37	- 351.194.897,45
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 71.839.974,39	57.234.239,46
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
TOTAL	207.082.116,98	- 293.960.657,99



O MGI auferiu uma **geração líquida de caixa superavitária de R\$ 207 milhões**.

Os principais fatores que impactaram a variação foram:

R\$ **28,3 bilhões**

Transferências financeiras líquidas

R\$ **27,3 bilhões**

Pessoal e demais despesas

Resultado orçamentário

O resultado orçamentário representa a diferença entre receitas e despesas orçamentárias realizadas em um determinado período.

Ele indica se a execução orçamentária resultou em superávit ou déficit.

POSSÍVEIS SITUAÇÕES

SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO

Quando as receitas arrecadadas superam as despesas executadas

DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

Quando as despesas executadas superam as receitas arrecadadas

COMPONENTES DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Arrecadação prevista no orçamento, como tributos, transferências e operações de crédito

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Gastos autorizados no orçamento, como pessoal, custeio e investimentos

O resultado orçamentário é apresentado no balanço orçamentário (BO) e reflete a eficiência na gestão dos recursos públicos, auxiliando no cumprimento das regras fiscais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Fonte: SIAFI

	2024	2023
ORÇAMENTO CORRENTE	- 28.403.922.433,65	- 32.460.036.163,42
ORÇAMENTO DE CAPITAL	- 2.818.242.283,45	24.822.183,99
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	- 31.222.164.717,10	- 32.435.213.979,43



Em 2024, houve um **déficit orçamentário** de aproximadamente R\$ 31 bilhões, decorrentes de despesas com pessoal e encargos sociais e outras despesas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro é apresentado no **balanço financeiro (BF)**. Ele é composto pelo resultado orçamentário, somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ao resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo restos a pagar).

RESULTADO FINANCEIRO

Fonte: SIAFI

	2024	2023
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-28.490.031.007,89	-32.502.323.729,32
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	534.150.384,46	332.396.854,32
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	29.024.181.392,35	32.834.720.583,64
RESULTADO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	28.092.668.764,35	30.641.887.232,49
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	28.581.562.960,99	32.124.250.992,47
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	488.894.196,64	1.482.363.759,98
RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO	604.444.360,52	1.566.475.838,84
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	5.460.710.358,47	4.521.041.104,74
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	4.856.265.997,95	2.954.565.265,90
RESULTADO FINANCEIRO	207.082.116,98	-293.960.657,99



O resultado financeiro do MGI em 2024 foi **superavitário em R\$ 207 milhões**.

Restos a pagar

Os **restos a pagar (RAP)** representam despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício financeiro, sendo transferidas para pagamento no exercício seguinte.

CLASSIFICAÇÃO

Restos a pagar não processados

Despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas

Restos a pagar processados

Despesas liquidadas, mas ainda não pagas

IMPORTÂNCIA

- Permitem que despesas realizadas em um ano sejam pagas no ano seguinte, garantindo a continuidade de serviços e investimentos públicos.
- São monitorados para evitar acúmulo excessivo de obrigações sem cobertura financeira, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O controle de restos a pagar é essencial para a gestão fiscal e orçamentária, pois impacta diretamente o equilíbrio financeiro do setor público.

Restos a pagar não processados		Inscritos exercícios anteriores	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas correntes	Pessoal e encargos	30.965.001,25	79.888.956,40	47.998.703,63	47.998.703,63	47.614.387,28	15.240.866,74
	Outras despesas	405.584.090,62	1.043.733.898,64	803.544.943,19	783.896.118,91	265.428.316,69	399.993.553,66
	SUBTOTAL	436.549.091,87	1.123.622.855,04	851.543.646,82	831.894.822,54	313.042.703,97	415.234.420,40
Despesa de capital	Investimentos	105.775.707,99	185.120.848,63	96.203.302,92	96.083.172,30	50.489.989,12	144.323.395,20
	SUBTOTAL	105.775.707,99	185.120.848,63	96.203.302,92	96.083.172,30	50.489.989,12	144.323.395,20
TOTAL		542.324.799,86	1.308.743.703,67	947.746.949,74	927.977.994,84	363.532.693,09	559.557.815,60

RESTOS A PAGAR

Fonte: SIAFI

Restos a pagar processados		Inscritos exercícios anteriores	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas correntes	Pessoal e encargos	1.247.748,81	1.830.051.441,70	1.829.628.642,13	46.098,28	1.624.450,10
	Outras despesas	1.545.211,77	53.329.862,26	53.192.657,92	124.538,40	1.557.877,71
	SUBTOTAL	2.792.960,58	1.883.381.303,96	1.882.821.300,05	170.636,68	3.182.327,81
Despesa de capital	Investimentos	6.382,77	163.473,87	163.473,87	-	6.382,77
	SUBTOTAL	6.382,77	163.473,87	163.473,87	-	6.382,77
TOTAL		2.799.343,35	1.883.544.777,83	1.882.984.773,92	170.636,68	3.188.710,58

PARA SABER MAIS SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DO MGI

Informações mais detalhadas podem ser obtidas nas notas explicativas do 4º trimestre do exercício de 2024.

Nelas, os aspectos financeiros e contábeis são apresentados de forma abrangente, garantindo maior transparência e facilitando a compreensão dos dados apresentados.

No Portal do MGI, as demonstrações contábeis do ministério são apresentadas trimestralmente. Assim é possível acompanhar os desdobramentos no tema ao longo do ano.

[Clique aqui e acesse os dados](#)



EXPEDIENTE TÉCNICO

DIRETORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Wanessa Queiroz de Souza Oliveira

COORDENADOR-GERAL DE GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL - CGGOV
Rodrigo Lino de Brito

PROJETO EDITORIAL E EDIÇÃO
Luiza de Andrade Penido (coordenadora)
Clarissa Ferreira Lima Paes de Barros
Marcela Torres Rezende
Patrícia Araújo Gonçalves
Ana Luísa Tormin Vaz (estagiária)

PROJETO GRÁFICO
Felipe Chemicatti

FOTOGRAFIAS
Felipe Chemicatti e agência públicas

PONTOS FOCAIS NO MGI

GABINETE DA MINISTRA
Felipe Cerqueira Guth
Miriam Barbuda Fernandes Chaves

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Denise Maria Neumann
Renata Cristina Ribas Gomes
Fabiana Botelho Conte

ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS PARLAMENTARES
Arthur Oliveira Chagas

ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Sara de Sousa Coutinho
Mathias Alberto Moller

ASSESSORIA ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIVERSIDADE
Juliana Mendes Rodrigues
Vitor Marcelo Almeida

ASSESSORIA ESPECIAL DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA
Enzo Tessarolo
Daniela Medeiros

ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO
Dilson Gonzaga Pereira Neto
Flávio Horácio Souza Vieira

CORREGEDORIA
Cláudio Hermann Domingos Guimarães
Patrícia Araújo Gusmão Souza

COMISSÃO DE ÉTICA
Roberta Patricia Marinho Braga
Walkyria Lauer

OUVIDORIA
Karyta Damásio Monteiro Lopes
Rildo Pereira Peixoto

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO - SETE
Renata Anício Bernardo
Roberta Tiemi Saita

SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO - SEGES
André Luiz Saraiva
Rafael Gazzola

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL - SGD
Ana Carolina Romão Degaspari
Edimária Cerqueira Rodrigues Lamounier

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP
Maria da Penha Barbosa da Cruz
Mariana Mara Dantas

SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO - SRT
Mario dos Santos Barbosa
Marlene Zacarias Amâncio

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU
Isadora Tami Lemos Tsukumo
Fernanda Caetano Costa

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST
Luciana de Almeida Toldo
Juliana Xavier Araújo

SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - SSC
Marcela Coelho Monteiro
Robson Prado Cutrim
Cleide Muniz Soares Braz
Rudson Pereira Costa da Silva

Maiko Henrique Lopes Lemes
Alexandre Da Silva Castro
Dayane Feitosa
Glauber Krause
Rafael de Souza
Paulo Augusto Rocha Goulart
Isabel Tarrisse da Fontoura
Adriano Caetano Santos
Letícia Campos Guedes
Rodrigo Lino de Brito
Daniele Meira Borges
Laila Ferreira Hossain
Gustavo Ferreira Bechelany
Steffani Christina Almeida
Valdete Campos da Silveira

ARQUIVO NACIONAL - AN
Raquel dos Santos Ribeiro
Fabio Costa de Souza

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
Isabela de Jesus da Silva

QUEREMOS SABER SUA OPINIÃO



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

